



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS/BACABAL

**CLERIA LOURDES MOREIRA PEREIRA**

**BAIRROS URBANOS DE PINHEIRO/MA E SUAS MOTIVAÇÕES  
TOPONOMÁSTICAS**

Bacabal  
2023

CLERIA LOURDES MOREIRA PEREIRA

**BAIRROS URBANOS DE PINHEIRO/MA E SUAS MOTIVAÇÕES  
TOPONOMÁSTICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Bacabal da Universidade Federal do Maranhão, UFMA – Centro de Ciências, Educação e Linguagens – CCEL, Bacabal, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Letras.

Linha de pesquisa: Texto e Discurso

Orientadora: Profa. Dra. Heloísa Reis Curvelo

Bacabal

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

PEREIRA, CLERIA LOURDES MOREIRA.

BAIRROS URBANOS DE PINHEIRO/MA E SUAS MOTIVAÇÕES  
TOPONOMÁSTICAS / CLERIA LOURDES MOREIRA PEREIRA. - 2023.  
101 f.

Orientador(a): HELOÍSA REIS CURVELO.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em  
Letras - Bacabal, Universidade Federal do Maranhão,  
BACABAL, 2023.

1. Bairros de Pinheiro/MA. 2. Léxico toponímico. 3.  
Motivação toponomástica. 4. Toponímia maranhense. I.  
CURVELO, HELOÍSA REIS. II. Título.

**CLERIA LOURDES MOREIRA PEREIRA**

**BAIRROS URBANOS DE PINHEIRO/MA E SUAS MOTIVAÇÕES  
TOPONOMÁSTICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Bacabal da Universidade Federal do Maranhão, UFMA – Centro de Ciências, Educação e Linguagens – CCEL, Bacabal, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Letras.

Linha de pesquisa: Texto e Discurso

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Heloísa Reis Curvelo  
Orientadora – UFMA

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maria Isabel Soares Oliveira  
Examinadora externa – IFMA

---

Prof. Dr. Luís Henrique Serra  
Examinador interno – UFMA

A Nossa Senhora, minha mãe celestial e a  
minha família.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço incomensuravelmente a Deus por sempre me guiar e, mesmo diante da minha incompreensão jamais me abandonou, me carregando muitas vezes em seus braços, de modo que meu caminho continuou escrito com as marcas de suas firmes pegadas.

Agradeço ao meu pai (in memoriam) que mesmo não estando fisicamente presente, esteve o tempo todo comigo em pensamento; à minha mãe, mulher forte em aparência frágil, cujas conexões se refizeram nesta longa jornada.

Agradeço, em toda a minha existência, às minhas irmãs. Sempre soube que eram fundamentais para a minha existência, mas descobri que são verdadeiras titãs! São rochas, fortaleza, doçura, aço e meu sustentáculo em todos os momentos. Ah, as mulheres da minha vida! Uma ode a vocês, minhas irmãs Cleyciane, Cleydiane e Cleyliane.

Ao meu irmão, Kleysson, e dos seus "eu te amo, minha irmã e estou aqui contigo" nos momentos mais difíceis e às suas "cópias" que alegram, trazem cor, gritaria, algazarra e que são o príncipe e a princesa da tia.

À minha orientadora, a Profa. Dra. Heloísa Reis Curvelo, que nunca me abandonou, estendeu a mão e disse "vamos juntas", me deixou fluir sem amarras e cuja amizade levarei para a vida.

Aos professores Luís Henrique Serra, Antônia da Silva Mota e Maria Isabel Soares Oliveira por aceitarem o convite de participar das bancas de qualificação e defesa deste trabalho. Agradeço imensamente as contribuições generosas que fizeram para as melhorias do mesmo.

Aos meus companheiros de turma, em especial Alzilane (Nani), Gabriela (Gaby), Maria Valcirene (Kalunga), Edilene e André pessoas com as quais dividi as conquistas, as incertezas e alegrias nesses dois anos em que convivemos virtualmente; amizades que jamais esquecerei.

Às minhas amigas cãimbranetes Márcia (que sempre me ligava ou mandava mensagem para saber como estava, se ainda estava viva ou sã! Kkkk), Kayla (pelas leituras atentas e dicas atentas), Cecília, Nonata, Cláudia pelo companheirismo e amizade sempre genuínos.

Ao meu amigo Álex Reis pelos momentos de descontração e por estender as mãos quando mais precisei.

Ao Márcio e a Dona Rosário por serem acolhida, apoio e ajuda nestes últimos anos e por me auxiliarem quando tanto precisei.

À Adriana Paixão, muito obrigada pelo suporte; Rosi pela leitura e dicas durante a escrita do projeto.

Aos meus companheiros de trabalho, em especial às queridas Kátia, Elis e ao meu ex-diretor, o professor Manuel.

Aos meus informantes, Dona Sandra Mendes, Dona Graça Leite, Dona Ivonete, Seu Mirval, Seu Pedro Basto e o Sr Evandro Pereira, cujas memórias me foram preciosíssimas para desvendar e passear pela história de Pinheiro.

Agradeço ao GELMIC e à professora Georgiana, pela acolhida e integração nestes dois anos e meio.

Agradeço, também, aos professores do Programa de Letras da UFMA de Bacabal, em especial, às professoras Kátia Cilene, Mariana Ribeiro e ao professor Wendel que muito me ensinaram durante o mestrado.

Por fim, gratidão a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram nesta jornada e desculpas se deixei algum nome de fora destes agradecimentos, saibam que sua ajuda foi essencial. Meu muito obrigada!

É perfeitamente dispensável, portanto, na geografia da Amazônia, pela profunda inexpressividade, essa piracema de topônimos genuinamente lusitanos. E, inversamente, como falam à sensibilidade da alma brasileira, enamorada de seu passado, esses topônimos olvidados e que recordam toda a história primitiva de nossa terra...

Armando Levy Cardoso



## RESUMO

Bairros urbanos de Pinheiro/MA e suas motivações toponomásticas. A cidade de Pinheiro foi fundada pelo capitão-mor Inácio José Pinheiro no início do século XIX, a partir da necessidade de expandir as pastagens das fazendas de gado dos criadores do município de Alcântara. A data precisa da chegada dos colonizadores à região das margens do Rio Pericumã, ainda é motivo de discussão; entretanto, o local de fundação é tido como certo, no bairro da Matriz, cujo início se dá com o desenvolvimento da povoação. Diante disso, entender as motivações por trás das denominações dos topônimos que dão nome aos bairros da zona urbana pinheirense, nos permite fazer um resgate da memória da cidade desde a sua fundação. Assim, tivemos como objetivo geral, analisar a motivação toponomástica dos bairros da zona urbana pinheirense, que compõem o conjunto dos 10 primeiros fundados desde a chegada do capitão-mor até a década de 1940. Para tanto, buscamos responder aos seguintes questionamentos: quais as causas denominativas que nomeiam os primeiros bairros de Pinheiro? Quais são os fatores linguísticos que motivaram a nomeação dos bairros pinheirenses? Quais os fatores extralinguísticos que influenciaram na constituição dos nomes desses bairros? Qual a categoria toponímica retrata a denominação toponímica dos bairros pinheirenses: taxas físicas ou antropoculturais? Diante de tais questionamentos, fundamentamos nosso aporte teórico, que embasa e subsidia a construção da nossa pesquisa, partindo dos estudos de Dick (1980, 1990, 1992, 1998); Seabra (2006, 2018); Curvelo (2009) e Curvelo-Matos(2014). No que concerne aos procedimentos metodológicos, evidenciamos o caráter qualitativo da nossa pesquisa, com utilização do método de Abordagem Indutivo e o procedimental Tipológico; com coleta de dados através da pesquisa de campo, que nos proporcionou coletar as informações diretamente/na interação com entrevistado/informante que morava no bairro ou que conhecia os motivos da nomeação toponímica do lugar/bairros. Na pesquisa de campo, usamos como instrumento de coleta e armazenamento das informações, uma entrevista pautada em perguntas, dessa forma, pudemos explorar tanto os motivos da nomeação da localidade quanto os fatores culturais, históricos, sociais, geográficos, políticos que influenciaram nessa nomeação. Somada à pesquisa de campo, também usamos a bibliográfica, feita em livros, teses, dissertações e artigos científicos para complementarmos nossos dados de análise e, evidentemente, vermos a visão que têm outros pesquisadores, de outras áreas sobre os lugares e a importância social de seu nome/topônimo. Como resultado das nossas análises, caracterizamos os 10 primeiros bairros surgidos na zona urbana pinheirense em: 01 Cardinotopônimo (Matriz); 01 Geomorfotopônimo (Campinho); 02 Cronotopônimos (Antigo Matadouro e Antigo Aeroporto); 01 Fitotopônimo (Floresta); 01 Corotopônimo (Alcântara); 01 Hagiotopônimo (São Benedito); 02 Sociotopônimos (Fomento e Bubalina) e 01 Zootopônimo (Pacas); com predominância de motivação relacionada às atividades sociais dos primeiros moradores que chegaram após a fundação da Povoação.

**Palavras-chave:** bairros de Pinheiro/MA; motivação toponomástica; toponímia maranhense; léxico toponímico.

## RESUMEN

Barrios urbanos de Pinheiro/MA y sus motivaciones toponomásticas. La ciudad de Pinheiro fue fundada por el Capitão-mor Inácio José Pinheiro a principios del siglo XIX, a partir de la necesidad de ampliar los pastos de las haciendas ganaderas de los creadores del municipio de Alcântara. La fecha precisa de la llegada de los colonizadores a la región a orillas del Río Pericumã sigue siendo un tema de debate; sin embargo, se da por cierto el lugar de fundación, en el barrio de Matriz, que se inició con el desarrollo del pueblo. Ante ello, comprender las motivaciones detrás de los nombres de los topónimos que nombran los barrios de la zona urbanapinheirense, permite rescatar la memoria de la ciudad desde su fundación. Así, nuestro objetivo general fue analizar la toponomástica de los barrios del área urbana de Pinheirense, que componen el conjunto de los primeros diez fundados desde la llegada del capitão-mor hasta la década de 1940. Por lo tanto, buscamos contestar a las siguientes preguntas: ¿cuáles son las causas denominativas que nombran los primeros barrios de Pinheiro? ¿Cuáles son los factores lingüísticos que motivaron el nombramiento de los barrios de Pinheiro? ¿Cuáles son los factores extralingüísticos que influyeron en la constitución de los nombres de estos barrios? ¿Qué categoría toponímica retrata la denominación toponímica de los barrios pinheirenses: taxes físicos o antropoculturales? Ante tales interrogaciones, fundamentamos nuestro aporte teórico, que sostiene la construcción de nuestra investigación, a partir de los estudios de Dick (1980, 1990, 1992, 1998); Seabra (2006, 2018) y Curvelo (2009, 2014). En cuanto a los procedimientos metodológicos, evidenciamos el carácter cualitativo de nuestra investigación, utilizando el método de Enfoque Inductivo y el método Procedimental Tipológico; con la recolección de datos a través de la investigación de campo, lo que permitió recolectar información directamente/en interacción con el entrevistado/informante que vivía en el barrio o que conocía los motivos de la denominación toponímica del lugar. En la investigación de campo, utilizamos una entrevista basada en preguntas como instrumento de recolección y almacenamiento de información, por lo que pudimos explotar tanto las razones por las que se nombró el lugar como los factores culturales, históricos, sociales, geográficos y políticos que influyeron en esta nominación. Además de la investigación de campo, también utilizamos la bibliografía, compuesta por libros, tesis, disertaciones y artículos científicos para complementar nuestros datos de análisis y, evidentemente, para ver la visión que otros investigadores, de otras áreas, tienen sobre los lugares y la importancia social de su nombre/topónimo. Como resultado de nuestros análisis, caracterizamos los primeros 10 barrios que surgieron en el área urbana de Pinheir en: 01 Cardinotopônimo (Matriz); 01 Geomorfopônimo (Campinho); 02 Cronotopônimos (AntigoMatadouro y AntigoAeroporto); 01 Fitotopônimo (Floresta); 01 Corotopônimo (Alcântara); 01 Hagiopônimo (São Benedito); 02 Sociotopônimos (Fomento y Bubalina) y 01 Zootopônimo (Pacas); con predominio de la motivación relacionada con las actividades sociales de los primeros pobladores que llegaron después de la fundación del Asentamiento.

**Palabras clave:** barrios de Pinheiro/MA; motivación toponomástica; toponimia de Maranhão; léxico toponímico.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Áreas de conhecimento que se inter cruzam na toponomástica.....	36
<b>Figura 2</b> – Perímetro Urbano atual de Pinheiro.....	42
<b>Figura 3</b> – Mapa dos Bairros da Zona Urbana atual de Pinheiro .....	47
<b>Figura 4</b> – Perímetro Urbano de Pinheiro, 2008 .....	49
<b>Figura 5</b> – Áreas que fazem divisa com Matriz.....	51
<b>Figura 6</b> – Áreas que fazem divisa com Campinho.....	52
<b>Figura 7</b> – Áreas que fazem divisa com Antigo Matadouro.....	53
<b>Figura 8</b> – Áreas que fazem divisa com Alcântara.....	55
<b>Figura 9</b> – Áreas que fazem divisa com Floresta .....	56
<b>Figura 10</b> – Áreas que fazem divisa com São Benedito.....	58
<b>Figura 11</b> – Áreas que fazem divisa com Fomento .....	59
<b>Figura 12</b> – Áreas que fazem divisa com Bupalina.....	60
<b>Figura 13</b> – Áreas que fazem divisa com Pacas .....	62

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Questionário toponímico .....	45
<b>Quadro 2</b> – Modelo da ficha lexicográfico-toponímica .....	48

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2</b>	<b>PRINCÍPIOS TEÓRICOS DA TOPONOMÁSTICA</b> .....	17
<b>2.1</b>	<b>A atividade humana de nomeação</b> .....	17
<b>2.2</b>	<b>Onomástica e Toponímia</b> .....	19
<b>2.3</b>	<b>O topônimo: o signo linguístico, o signo toponímico e a questão da motivação</b> .....	22
<b>2.4</b>	<b>As fases das pesquisas toponímicas brasileiras</b> .....	25
2.4.1	Publicações toponímicas: primeira, segunda e terceira fases .....	26
2.4.2	As publicações toponímicas da quarta fase .....	28
<b>2.5</b>	<b>Pesquisas regionais que contribuem com o Atlas Toponímico Brasileiro (ATB)</b> .....	29
<b>2.6</b>	<b>Classificação léxico-semântica dos topônimos</b> .....	32
2.7.1	Taxes de natureza física .....	32
2.7.2	Taxes de natureza antropocultural .....	33
<b>2.7</b>	<b>A Toponímia e a interdisciplinaridade</b> .....	34
<b>3</b>	<b>PINHEIRO: A PRINCESA DA BAIXADA</b> .....	38
<b>4</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	44
<b>5</b>	<b>PINHEIRO-MA: MOTIVAÇÃO TOPONOMÁSTICA DOS NOMES DOS BAIROS URBANOS PINHEIRENSES</b> .....	49
<b>5.1</b>	<b>Matriz</b> .....	50
<b>5.2</b>	<b>Campinho</b> .....	51
<b>5.3</b>	<b>Matadouro &gt;Antigo Matadouro</b> .....	52
<b>5.4</b>	<b>Aeroporto &gt;Antigo Aeroporto</b> .....	54
<b>5.5</b>	<b>Alcântara</b> .....	54
<b>5.6</b>	<b>Toma Fresco &gt;Floresta</b> .....	55
<b>5.7</b>	<b>São Benedito</b> .....	56
<b>5.8</b>	<b>Posto Agropecuário de Pinheiro-PAP &gt; Fomento Agrícola de Pinheiro &gt; Fomento</b> .....	58
<b>5.9</b>	<b>Fazenda Bubalina&gt;Bubalina</b> .....	59

<b>5.10 Rio das Pacas&gt; Pacas .....</b>	<b>61</b>
<b>6 BAIROS URBANOS DE PINHEIRO/MA E SUAS MOTIVAÇÕES TOPONOMÁSTICAS .....</b>	<b>63</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>66</b>
REFERÊNCIAS .....	69
APÊNDICES .....	75

## 1 INTRODUÇÃO

O homem é um ser indissociável da linguagem e como tal faz uso dela para se comunicar, dominar e nomear seres, coisas, fenômenos, formações geográficas. Nada mais natural que dar nome aos lugares em que habita e desenvolve suas atividades, uma vez que ao fazê-lo cria referências de localização espacial, social, jurídica entre outras. Este comportamento nos acompanha desde as primeiras civilizações e relaciona fatores geográficos, antropológicos e culturais na designação dos nomes dos lugares.

Para além de denominar formações geográficas e fenômenos naturais, o ato de nomear os lugares remonta a aspectos culturais e identitários dos seres humanos, resgata a história social de civilizações e comunidades anteriores as atuais. Os topônimos representam instrumentos de resgate da memória de comunidades, tendo em vista que conservam informações da memória coletiva da comunidade de origem de quem nomeia.

Os estudos toponímicos se estabeleceram na segunda metade do século XIX, na França, com a fundação da cadeira de estudos toponímicos no Collège de France e na École Pratique hautes-Études, por August Longnon. A obra de Longnon foi sucedida por *Les Noms de Lieux Origine et Evolution* de Albert Dauzat, que organizou de forma sistematizada as normas de pesquisa na área e que cunhou, também, o termo *fossilização do topônimo*<sup>1</sup> (TIZIO, 2009).

No Brasil, os primeiros trabalhos voltam-se para a descrição das toponímias indígenas, que tinham como objetivo identificar a etimologia das palavras de línguas indígenas, sobretudo as de origem tupi, na definição dos topônimos brasileiros. Tais publicações iniciaram-se ainda no período da colonização portuguesa, com a Carta de Pero Vaz de Caminha escrita durante a expedição de Pedro Álvares Cabral no “descobrimento” do Brasil; mas ganharam importância com a publicação da tese de doutoramento da pesquisadora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick.

A Toponímia ou Toponomástica<sup>2</sup>, enquanto disciplina constituinte da área da Onomástica, ramo da Lexicologia, se ocupa dos topônimos levando em consideração esses aspectos históricos e sociais das comunidades a que pertencem os denominadores e as motivações intrínsecas à escolha dos signos linguísticos que serão convertidos em signos

<sup>1</sup>De acordo com Dick (1990) dois fatores são preponderantes para o sucesso do topônimo como *fóssil linguístico*: a presença do nome dado ao acidente geográfico associado à ausência da determinação motivadora em uma perspectiva linguística sincrônica.

<sup>2</sup>Ao longo deste trabalho faremos uso dos termos Toponímia e Toponomástica, referindo-se ao mesmo grupo lexical, uma vez que esta última também vem sendo empregada na atualidade para identificar o campo da linguística que se ocupa do léxico toponímico (CAMBRAIA; SEABRA, 2023).

toponímicos. Assim, identificar o que motivou a denominação dos nomes dos lugares é condição essencial para entendermos o percurso histórico, social e político que constituem a nossa comunidade, tal como ela é na contemporaneidade.

Tendo em vista a importância dos topônimos como resgate da memória e história de uma comunidade como meio não só de identificação dos nomes desses lugares, mas em uma perspectiva mais ampla, é que buscamos, como objetivo geral, analisar a toponomástica dos bairros da zona urbana pinheirense, que compõem o conjunto dos dez primeiros fundados desde a chegada do capitão-mor Inácio José Pinheiro às paragens do rio Pericumã até a década de 1940.

Nesse sentido, a Toponímia nos auxiliará na identificação dos aspectos sincrônicos inerentes à criação dos bairros pois nos permite acessar informações relevantes de áreas como a geografia, história, antropologia, arqueologia, zoologia, botânica, psicologia, linguística e cartografia; cujos objetos de conhecimento não se estratificam, mas se complementam e sobrepõem semântica e lexicalmente nos permitindo fazer essa visita ao passado para compreender as relações locais do presente.

Ao escolhermos estudar a toponímia pinheirense, nos propusemos a compreender o processo histórico e as nossas raízes ancestrais como filhos de um dos municípios de grande relevância social, político e econômica da Baixada Maranhense, cuja expansão colonizadora possibilitou o desenvolvimento da região, a partir do avanço econômico e político. Outrossim, o justificamos por ainda não existirem estudos dentro da área da linguagem, linguística, nem trabalhos lexicográficos-toponímicos voltados à descrição de cidades da Baixada Maranhense, local de início da colonização portuguesa na região continental nas porções norte em direção ao sentido leste do Estado.

Diante do destaque do município para a região da Baixada Maranhense e da posição geográfica de destaque para a expansão colonizadora na área, é importante perceber a influência dos portugueses, índios (que habitavam a região) e negros africanos para a motivação toponímica dos bairros pinheirenses, bem como os processos histórico-culturais que ao longo da história culminaram nas denominações contemporâneas. Outrossim, a escolha pela descrição da toponímia de Pinheiro deve-se à necessidade de estabelecermos raízes identitárias e compreendermos a memória local enquanto filhos da *Princesa da Baixada*.

A partir desses pressupostos nos propusemos a responder os seguintes questionamentos, no percurso investigativo: quais as causas denominativas, tanto na origem quanto na evolução histórica dos topônimos que nomeiam os bairros da zona urbana de Pinheiro? Quais são os fatores linguísticos que motivaram a constituição desses nomes de



bairros? Quais fatores extralinguísticos influenciaram na motivação toponímica dos bairros pinheirenses? Como os topônimos podem auxiliar no resgate da memória histórica, cultural e social da sociedade pinheirense?

Assim, temos como objetivos específicos (i) determinar a motivação toponímica de dez bairros da zona urbana do município de Pinheiro/MA; (ii) evidenciar os elementos extralinguísticos memorizados nos topônimos pinheirenses; (iii) descrever a motivação toponímica de dez bairros da zona urbana, a fim de construir o perfil toponomástico dos nomes dos bairros urbanos.

No que concerne aos procedimentos metodológicos, evidenciamos o caráter qualitativo da nossa pesquisa, com utilização do método de Abordagem Indutivo (MARCONI; LAKATOS, 2003), que nos permite chegar a conclusões gerais a partir de dados particulares, e o procedimental Tipológico, para a execução das etapas investigativas: planejamento, delimitação do tema e desenvolvimento da pesquisa, a fim de verificar as informações acerca dos bairros pesquisados em documentos oficiais e através de aplicação de entrevistas *in loco*. Além destes, para a coleta de dados, utilizamos as técnicas de pesquisa de documentação direta e indireta, com foco na investigação documental e bibliográfica referente ao tema.

Tendo em vista os objetivos definidos para esta pesquisa, organizamos esta dissertação em cinco capítulos. O primeiro corresponde à Introdução que apresenta a relevância do tema, bem como a delimitação do mesmo, a justificativa da pesquisa e os objetivos que norteiam a investigação sobre a toponomástica dos 10 nomes de bairros da zona urbana pinheirense fundados desde a colonização até a década de 1950.

O segundo capítulo aborda os *Princípios teóricos da Toponomástica*, com enfoque à relação entre a toponímia e interdisciplinaridade; o conceito do topônimo, definindo-o enquanto signo linguístico, signo toponímico e a questão da motivação na constituição dos Topônimos; abordaremos, também, a estrutura, bem como a classificação léxico-semântica e as taxas de natureza física e antropocultural que servirão de base para a análise dos topônimos que constituem o *corpus* deste trabalho; traz, também, um compilado dos *Estudos toponímicos no Brasil*, fazendo, antes uma retrospectiva dos estudos da Toponímia em outros países; levantamento das publicações realizadas a nível de dissertações e teses no Brasil.

No terceiro capítulo, fazemos um resgate histórico da fundação do município de Pinheiro, descrevendo os eventos que levaram ao seu povoamento e as divergências quanto à data de chegada e fundação pelo Capitão-mor Inácio José Pinheiro. No capítulo seguinte, o quarto, descrevemos todas as etapas que seguimos para a execução da pesquisa nos

*Procedimentos metodológicos*, bem como a descrição do município investigado e o processo histórico de sua fundação; a fim de subsidiarmos as análises toponomásticas que faremos no quinto capítulo seguinte: *Pinheiro-MA: motivação toponomástica dos nomes dos bairros urbanos pinheirenses*. Nesse capítulo mostramos os resultados da pesquisa com base na análise classificatória dos topônimos e quantificamos os resultados em gráfico de acordo com as taxas. Encerramos nossa pesquisa com o quinto capítulo em que apresentamos as *Considerações finais* sobre a toponímia da zona urbana pinheirense.

## **2 PRINCÍPIOS TEÓRICOS DA TOPONOMÁSTICA**

Nesta parte do trabalho, discutem-se os pressupostos teóricos que embasam a nossa pesquisa. Inicialmente, fizemos uma abordagem sobre a atividade humana de nomeação, a fim de compreendermos como essa atividade afeta e é afetada pela dinâmica dos denominadores; logo após fizemos a definição de Onomástica e Toponímia enquanto áreas de conhecimento da linguagem.

Em seguida, enfocamos o topônimo, definindo-o enquanto signo linguístico, signo toponímico, a questão da motivação e estrutura na constituição dos Topônimos; bem como a classificação léxico-semântica, em taxas de natureza física e antropocultural. Como forma de delimitar o campo de estudo, demos enfoque à toponímia e interdisciplinaridade.; além de fazer um apanhado sobre as pesquisas regionais que contribuem ou contribuíram para o Atlas Toponímico Brasileiro (ATB), delimitando, posteriormente, as fases das pesquisas toponímicas nacionais a fim de situarmos nossa pesquisa dentro dos marcos cronológicos que norteiam as publicações sobre a Toponímia brasileira.

### **2.1 A atividade humana de nomeação**

O nome faz parte da atividade humana e está presente em todas as instâncias da nossa existência. É ele quem caracteriza algo ou alguém, identificando objetos, pessoas ou lugares. É constituído através da língua e traz uma gama de significados próprios, carregando traços individuais e sociais; logo, é parte constituinte do ser humano, diferenciando-nos dos demais seres e objetos do mundo. O nome nos dá identidade enquanto indivíduos, assim, deixamos de ser anônimos e passamos a existir socialmente.

Silva (2017, p. 25) afirma que a identidade está diretamente relacionada à diferença e ambas são produtos do mesmo processo, a identificação. Segundo esse autor após ser nomeado “[...] o objeto passa a ser identificado também pelas diferenças que possui em relação àquilo que não é, ou melhor, é diferenciado face aos demais elementos do mundo extralinguístico, conferindo-lhe existência” (SILVA, 2017). Assim, ter um nome preconiza a sua existência e isso, quer dizer também, que passa a integrar o corolário de seres e objetos conhecidos e reconhecidos por uma sociedade.

O ato de nomear os seres e coisas tem acompanhado o homem ao longo da história e ao utilizar os signos linguísticos para identificar algo ou alguém, os grupos sociais conseguem registrar os conhecimentos acerca dos seus valores pessoais, sociais e realidade na língua.

Dessa forma, os costumes, crenças e mitologias são transmitidos através das gerações por intermédio da linguagem, constituindo, assim, a memória identitária dos grupos sociais (BATISTA, 2011).

Com a atividade de nomeação, os seres humanos construíram um grande grupo de signos linguísticos que contemplam informações que ajudam a nos organizar espacial e temporalmente. Assim, a cada novo nome constituído acrescentou-se um signo linguístico ao conjunto dos já existentes dentro de um grupo social, ampliando, assim, o léxico daquela comunidade linguística; gerando, com isso, a identificação linguística entre os integrantes destes grupos. Para Biderman (2001, p. 13) esse movimento é importante, pois “[...] ao reunir os objetos em grupos, identificando semelhanças e, inversamente, discriminando os traços distintivos que individualizam esses seres e objetos em entidades diferentes, o homem foi estruturando o mundo que o cerca [...]”.

Nesse sentido, o léxico ganha uma importância significativa, pois representa o conjunto de informações sobre a realidade que nos cerca. É através dele que nossos antepassados fizeram a descrição do meio em que viviam, delimitaram os espaços que habitavam e criaram relações de dominância entre eles e os demais seres, coisas e espaços geográficos que mantinham relações. A constituição do léxico permitiu que nos distanciássemos mais ainda dos demais animais, pois ao dar nome aos demais seres, imprimimos a categorização dos mesmos. Biderman (1998, p. 88) afirma que:

A atividade de nomear, isto é, a utilização de palavras para designar os referentes extra-linguísticos é específica da espécie humana. A nomeação resulta do processo de categorização. Entende-se por categorização a classificação de objetos feita por um sujeito humano, resultando numa única resposta a uma determinada categoria de estímulos do meio ambiente. A categorização supõe também a capacidade de discriminação de traços distintivos entre os referentes percebidos ou apreendidos pelo aparato sensitivo e cognitivo do indivíduo.

Não se pode afirmar quando o ato de nomear surgiu e, conseqüentemente, a categorização dos seres e coisas, entretanto percebe-se que é algo muito antigo. Está presente na história das civilizações clássicas antigas, na mitologia para explicar as relações de poder e dominação da alma pelos deuses egípcios, por exemplo, e ganhou importância divina no Cristianismo, quando Deus deu o poder ao homem para nomear todos os seres e coisas no capítulo II, versículos 19 e 20, no livro do Gênesis:

<sup>19</sup>Depois que o SENHOR Deus formou da terra todos os animais selvagens e todas as aves, ele os levou ao homem para que pusesse nome neles. E eles ficaram com o nome que o homem lhes deu. <sup>20</sup>Ele pôs nomes nas aves e em todos os animais domésticos e selvagens. Mas para Adão não se achava uma ajudadora que fosse como a sua outra metade (BÍBLIA ..., 2011, p. 5).

Para além de nomear seres e coisas, os homens também deram nomes aos espaços geográficos que ocupavam como forma de identificar, delimitar e tomar posse dessas áreas. O processo de nomeação dos lugares é uma atividade inerente do homem, que indica como os indivíduos interpretam simbolicamente o espaço em que vivem e como eles se apropriam do espaço físico e se relacionam com este. Ao nomear um local esse homem atribui ao espaço as suas marcas ideológicas e crenças, as quais carregam traços identitários individuais e sociais daqueles que ali convivem. Carvalho (2012, p. 25) afirma que “ao se apropriar do espaço, nomeando-o, o ser humano revela-se. Por isso, no processo de nomeação presentifica-se um caráter simbólico e figurativo. Despontam, assim, as ideologias e as crenças”.

A ação de dar nome é uma atividade linguística imprescindível para os diferentes grupos sociais; uma vez que através da linguagem é que as ideologias, crenças e valores, bem como a memória social das comunidades são transmitidas através das gerações. É através da denominação que esses indivíduos registram, na linguagem, as marcas ideológicas e sociais de um tempo cronológico que não compartilhamos na contemporaneidade.

Segundo Silva (2017, p. 26) o nome de um lugar “[...] corporifica aquilo que determinada comunidade assimilou de seu meio circundante [...]”, ou seja, as impressões apreendidas individualmente refletem as características proeminentes do espaço em que vivem. O ato de nomear imprime, assim, a cultura, a história, a geografia deste grupo através da língua e deixa marcas lexicais que nos permitem conhecer a memória das comunidades.

## **2.2 Onomástica e Toponímia**

A Onomástica insere-se como um dos campos de investigação da Lexicologia. Seabra (2006, p. 1953) define Lexicologia como ciência linguística para a qual “[...] o patrimônio lexical de uma língua constitui um arquivo que armazena e acumula as aquisições culturais representativas de uma sociedade, refletindo percepções e experiências multisseculares de um povo”. Como um campo mais abrangente, esta agrupa o conjunto de palavras do léxico de um grupo social.

Biderman (2001, p. 16), por sua vez, define a Lexicologia como uma “[...] ciência antiga, [que] tem como objetos básicos de estudo e análise a palavra, a categorização e a estruturação do léxico”. Nesse sentido, todas as instâncias que envolvam a constituição das palavras interessam à Lexicologia, uma vez que inscrevem em si os referentes linguísticos e extralinguísticos que as compõem.

Por outro lado, é preciso diferenciar a Lexicologia da Lexicografia, esta mais atual e definida como “a ciência dos dicionários” se consolidou a partir da criação dos dicionários nos séculos XVI e XVII, preocupando-se com a significação das palavras em contraposição à Lexicologia que se ocupa da estrutura do léxico (BIDERMAN, 2001).

A Onomástica, enquanto ramo da Lexicologia, investiga a origem da constituição do *onoma*<sup>3</sup>. Seabra e Isquerdo (2018) caracterizam-na como disciplina da ciência Lexicologia, cujo interesse investigativo tem como objeto os nomes próprios; sendo estes agrupados em Antroponímia, nomes das pessoas – nomes próprios, nomes parentais, sobrenomes e as alcunhas ou apelidos e Toponímia, que investiga a motivação e origem dos nomes de lugares.

O ato de nomear, que pressupõe a presença de um nomeador e alguém ou algum local a ser nomeado, atrai a atenção dos estudos da Onomástica, pois esta se interessa mais pela relação extralinguística que encerra essa atividade do que apenas pela composição estrutural linguística dos nomes criados. Dick (1998, p.103) define os elementos externos à linguística como actantes básicos, quais sejam “[...] o nomeador (sujeito, emissor ou enunciador), o objeto nomeado (o espaço e suas subdivisões conceptuais, que incorpora a função referencial, sobre o que recairá a ação de nomear), o receptor (ou o enunciatário, que recebe os efeitos da nomeação, na qualidade de sujeito passivo)”.

Faz-se importante salientar que o nome é a transposição da palavra do sistema lexical para o sistema onomástico, passando esta do plano da designação da língua para o plano da significação. Nesse processo, a palavra passa a incorporar o sentido mental atribuído pelo nomeador e o nome se cristaliza, forma que chega às demais gerações (SEABRA, 2006).

Enquanto a Antroponímia, do grego *ánthopos* (homem) e sufixo grego – *onoma* (nome), estuda os nomes próprios das pessoas; a Toponímia, formada pelo radical grego *topos* (lugar) mais o sufixo – *onoma* (nome), estuda os topônimos. Dick (1990) afirma que os estudos da Toponímia abrangem os acidentes geográficos físicos (montanhas, rios, lagos, morros, etc.) e os designativos de caráter antropoculturais (vilas, povoados, cidades, rodovias, etc.).

O ato de nomear os lugares sempre é motivado por um significado relacionado à vida do nomeador, fato ou acontecimento marcante para ele; sendo o ato de nomear carregado de simbologia, interesses e ideologias daqueles que nomearam. Os topônimos são, além de

---

<sup>3</sup>Carvalhinhos (2003) afirma que o conceito atual de nome deriva do *onoma* grego, abrangendo os léxicos de nome próprio e nome comum. Anteriormente, entre os filósofos naturalistas e os convencionalistas o conceito de *onoma* se aplicava às categorias que designavam seres individuais, atividades humanas e objetos.

referência de localização para os indivíduos, testemunhas das transformações históricas e culturais da humanidade.

Nesse sentido, as designações onomásticas podem levar em consideração características predominantes dos lugares que o nomeiam; entretanto não é incomum que esta relação, entre significante e significado, ocorra apenas no sentido da linguagem. Dessa forma, os nomes dos lugares e os espaços se tornam uma “unidade inseparável” linguisticamente, que pode parecer monossêmica, sobretudo para o nomeador, mas detém grande teor polissêmico quando analisado sob o viés diacrônico da língua (DICK, 1995).

Os estudos toponímicos levam em consideração a relevância social e estrutural dos nomes, tendo em vista que se organizam a partir dos indicativos espaciais, geográficos e temporal; com características dos aspectos físicos dos lugares ou antropocultural. Dick (1990) afirma que é uma das atividades humanas de relevante importância, pois ao nomear um local o homem se insere socio-historicamente no contexto coletivo em que vive, isto ocorre porque ele

[...] em sua qualidade de membro de um agrupamento, representa, por força da introjeção de costumes e de hábitos generalizados, senão integralmente, pelo menos uma parcela significativa do pensamento coletivo. É a resultante de uma modelagem constantemente burilada pelo próprio dinamismo das paralelas línguo-sociológicas em que se movimenta. Suas ideias e manifestações de espírito, suas atitudes e condutas – conscientizadas, ou não, diante de situações concretas reguladas pela necessidade humana de sobrevivência – e seu próprio existir, enfim, tornam-no a “personalidade histórica” atemporal e a espacial, por excelência (DICK, 1990, p. 30).

Andrade (2012) ressalta que a Toponímia, enquanto disciplina, é atravessada pelos conhecimentos da geografia, história, antropologia, arqueologia, zoologia, botânica, psicologia, linguística e cartografia. Essas áreas de conhecimento não se estratificam na denominação dos *onomas*, elas se complementam e se sobrepõem semântica e lexicalmente.

A relação entre as funções toponímicas e as memórias toponímicas aproximam o sujeito do passado e o levam a reconectar-se com a sua história, ideologia e a uma multiplicidade de saberes a partir da etimologia dos nomes dos lugares. Andrade (2012, p. 205) defende que a Toponímia precisa “[...] ser pensada como um complexo línguo-cultural: um fato do sistema das línguas humanas”, isso porque estuda *onomas* que agregam muitas informações em seu léxico.

Nesse sentido, os estudos toponímicos tomam como preceito as comunidades que a habitaram anteriormente. Isso porque as toponímias contêm as especificidades do ambiente, as convicções, os sentimentos e ideologias do denominador e estas nos dão pistas de como era

o contexto social, histórico e político em que o denominador estava inserido (NUNES; ANDRADE, 2015).

Ainda, os estudos toponímicos ajudam a nos perceber como membros de nossas comunidades. O resgate da história do nome do lugar onde vivemos ou exercemos nossas atividades nos traz a sensação de pertencimento, nos conecta com nossos antepassados e nos aproxima de nossas raízes culturais e etimológicas. Mostra como nossos antecessores enxergavam o espaço geográfico e quais relações estabeleciam com ele e entre si, os situa histórica e geograficamente.

Neste sentido, a interdisciplinaridade junta os conhecimentos que são trabalhados em uma abordagem fragmentada, primando, assim, pelo todo. Os topônimos, por sua vez, são compostos por elementos geográficos, sociais, antropológicos e culturais; então precisam ser estudados com o intuito de contemplar essas áreas de forma universalizada e isso auxiliando-nos a compreender a dinâmica do local em que vivemos e, assim, construirmos uma “memória identitária dos lugares” (NUNES; ANDRADE, 2015).

### **2.3 O topônimo: o signo linguístico, o signo toponímico e a questão da motivação**

Segundo Carvalhinhos (2003) o conceito de *onoma* se aplicava anteriormente às categorias que designavam seres individuais, atividades humanas e objetos em geral. Esse conceito derivava da corrente naturalista – desenvolvida por Platão, para quem a concepção de nome estava diretamente ligados à relação entre som e sentido – e da convencionalista, organizada por Aristóteles, que definia a relação de significado como resultado de convenções sociais estabelecidas, que uniam a palavra e o objeto.

Para Schaff (1968 *apud* Zamariano, 2012) a noção de signo linguístico é controversa, sendo complexa a sua delimitação, pois ao longo do desenvolvimento da ciência linguística já foi definido signo, índice, símbolo, sinal, etc. De modo que a definição de signo linguístico não atende a uma fórmula específica. A noção mais aceita para a linguística contemporânea baseia-se na relação psicossocial dos elementos componentes do signo, apresentada no início do século XX.

Ferdinand de Saussure, ao definir o conceito de arbitrariedade do signo se aproximou da corrente aristotélica. Para ele, o signo linguístico é composto por significado e significante, conceito e imagem acústica, respectivamente; cuja relação só pode ser explicada através da associação psíquica que fazemos de ambos no nosso cérebro, já que não há como explicá-las



fora desse contexto, na realidade concreta. Para Saussure (2006, p. 80) essa noção fica evidente, pois

O signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (*empreinte*) psíquica desse som, a representação dele nos dá o testemunho de nossos sentidos; tal imagem é sensorial e, se chegamos a chamá-la “material”, é somente neste sentido, e por oposição ao outro termo da associação, o conceito, geralmente mais abstrato.

A arbitrariedade do signo linguístico foi definida como o primeiro princípio da língua e, ainda hoje, não encontra oposição, pois não se consegue explicação que melhor descreva a associação entre significante e significado para signo. Entretanto, deixa claro que essa arbitrariedade não é algo individual e que tal associação não é criada aleatoriamente; ao contrário, é resultado de convenções sociais estabelecidas pelos grupos linguísticos que usam a língua. Saussure (2006, p. 83) deixa claro que “[...] o significante é *imotivado*, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural de realidade”.

Para Dick (1980) os topônimos não se constituem de signos linguísticos especiais e nem possuem características constitucionais específicas, eles correspondem sim a uma reordenação do uso destes; que passam a ter função significativa diferenciada, enquanto a estrutura morfológica primária dos mesmos permanece inalterada. Ao contrário do signo linguístico, o signo toponímico prescinde de uma motivação para sua existência. Dick (1990, p. 34) menciona que

[...] ainda que, na língua, o signo participe, genericamente, de uma natureza convencional de significação, ao se aplicar o mesmo princípio à Toponímia notar-se-á uma diversidade de aspecto: o elemento linguístico comum, revestido, aqui, de função onomástica ou identificadora de lugares, integra um processo relacionante de motivação onde, muitas vezes, se torna possível deduzir conexões hábeis entre o nome propriamente dito e área por ele designada.

A principal característica do topônimo reside em que o que é arbitrário (em termos de língua) e serviu como base para a conceitualização de signo linguístico, se torna essencialmente motivado. Dick (1990, p. 41) afirma que

[...] tanto os topônimos como os antropônimos, ao lado de uma função identificadora, guardam em sua estrutura imanente, uma significação precisa, muitas vezes não mais transparente em virtude da opacidade que esses nomes adquirem, ao se distanciarem de suas condicionantes tempo-espaciais.

A motivação da toponímia está embasada nas condições sociais, culturais e ambientais do espaço geográfico em que o denominador habita e cuja projeção de significante e significado se aproxime do real, seja descrevendo características físicas do lugar nomeado (Igarapé Fundo, Chapada Grande, Boca da Mata, Areia Grossa, Estrada Grande, etc.) e

características de origem semântica da denominação com procedências diversas (Santo Antônio, Tiquara, Passa Bem, Tingidor, Campo de Canoa, etc.). Para Dick (1990, p. 39) esse duplo aspecto da motivação toponímica é marcado em dois momentos:

- primeiro, na intencionalidade que anima o denominador, acionado em seu agir por circunstâncias várias, de ordem subjetiva ou objetiva, que o levam a eleger, num verdadeiro processo seletivo, um determinado nome para este ou aquele acidente geográfico;
- e, a seguir, na própria origem semântica da denominação, no significado que revela, de modo transparente ou opaco, e que pode envolver procedências as mais diversas.

Dessa forma Dick (1990) englobou as toponímias em dois grupos, de acordo com as características constituintes dos *onomas*: categorias de origem física e natureza antropocultural. Os aspectos físicos ou antropoculturais seriam importantes fatores de identificação do local nomeado, uma vez que carregariam características que não transparecessem dúvidas quanto à área denominada. Isto porque

[...]os topônimos não são símbolos ideológicos ou do imaginário popular, mas apontam direções ('praia do norte'), caminhos físicos ('caminho do tatu') ou posições situacionais ('rio acima'). São instantâneos, flagram o cotidiano como num flash filmográfico; a mensagem que transmitem codifica-se num enunciado evidente, sem possibilidade de dúvidas ou incertezas. Por isso se tornam arquetípicos, com valores e significação universais, de fácil reversibilidade intercódigos (DICK, 1998, p. 61).

Assim, percebemos que a toponímia é motivada por aspectos ambientais e socioculturais dos grupos sociais do nomeador e por representar o recorte de um momento histórico da sociedade em que foi criado, nos possibilita acessar a memória histórica, social, geográfica e cultural destas comunidades. Ao contrário de outros léxicos, em geral, os topônimos não sofrem alterações significativas em sua estrutura, sendo, assim, considerados "fósseis linguísticos" da língua (DICK, 1990).

Essa permanência ou cristalização da língua guarda o momento em que o nomeador e o local nomeado estavam em perfeita sintonia no espaço e tempo; revela, também, as nuances e particularidades orais da língua que só temos acesso quando percorremos os caminhos que levam à motivação toponímica. Tizio (2009, p. 21) destaca que "[...] a fossilização do topônimo, é entendido como o momento em que tanto a língua oral muda, como o meio ambiente se transforma, mas o nome conserva-se no terreno". Assim, a toponímia funciona para nós como uma fotografia da língua e de sua relação com os aspectos antropoculturais dos nossos antepassados.

O topônimo é constituído, via de regra, por um termo ou elemento genérico que delimita o acidente geográfico e um termo ou elemento específico que é o topônimo propriamente dito; este segundo elemento imprime a intenção do denominador e pode ser

constituído por uma característica geográfica, aspecto histórico, cultural ou ideológico do grupo social a que pertence.

De acordo com Dick (1992) os topônimos podem ser classificados, conforme a estrutura morfológica, em: (i) topônimos ou elementos específicos simples – *onoma* formado por apenas um elemento que pode ser acrescido de sufixação aumentativa ou diminutiva, Pinheiro, Folhal, Imberatuba; (ii) topônimos compostos ou elementos compostos – *onoma* constituído por dois ou mais elementos formados por conteúdo de origem diversa, Chapada Grande, Montes Claros, Monte Pio, Bom Viver; e (iii) topônimos híbridos ou elementos específico híbrido, cujos elementos linguísticos que o compõem tem procedências variadas, Olho D'Água, Alto do Braga, Boca da Mata, Duas Visitas.

O termo ou elemento genérico e o termo ou elemento específico atuam no sintagma toponímico seja por justaposição, como em “Águas Boas-MA” ou por aglutinação, como em “Macapazinho-MA”. Neste último caso, os termos ou elementos genéricos e os termos ou elementos específicos já não podem mais ser distinguidos e/ou separados (BATISTA, 2011).

Essas características estruturais compõem a toponímia geral. No que tange à toponímia brasileira, Câmara Júnior (1986, p. 233) aponta que

No Brasil, os topônimos, ainda sem grandes mudanças fonéticas, representam: a) nomes comuns, ou locuções substantivas, de caráter descritivo; b) nomes de santos padroeiros; c) reprodução de topônimos portugueses, ou, escolhidos por imigrantes de outros países, topônimos do seu país de origem; d) tupinismos e africanismos; e) antropônimos de autoridades governamentais ou homens públicos.

Assim, percebemos a grande influência dos três povos que formam a base da identidade nacional brasileira, os portugueses, os indígenas e os africanos, em uma tentativa de manter as suas raízes e como registro histórico de suas memórias sociais e culturais.

#### **2.4 As fases das pesquisas toponímicas brasileiras**

Inicialmente, os estudos toponímicos brasileiros foram divididos em três fases: 1901-1979; 1980-1989 e 1990-2009 (Isquierdo, 2012). Sendo a primeira fase marcada pelos estudos sobre o significado etimológico dos topônimos e produção de vocabulários e glossários toponímicos, com o intuito de construir as bases da Toponímia enquanto disciplina; a segunda e terceira fases têm como marco inicial as pesquisas e publicações de Dick, com foco na descrição dos aspectos semânticos em uma perspectiva de sincronia, sendo esta última representação com um volume maior de pesquisas a partir da delimitação da proposta

taxonômica de Dick em 1990, com a delimitação das 27 *taxes* de natureza física e antropocultural (SANTOS, 2020).

De acordo com Santos (2020), Aparecida Negri Isquerdo revisou a proposta tripartite anterior, acrescentando a quarta fase que se estende de 2010 até a atualidade. A produção científica acadêmica sobre a toponímia brasileira, de fato iniciou na segunda fase e conta com 142 trabalhos já concluídos e publicados em nível de dissertação e teses; sendo a maior parte produzidas em instituições públicas da região Sudeste – Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – e região Centro-Oeste – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), sendo 18 dissertações/11 teses, 9 dissertações/8 teses e 16 dissertações/1 tese, respectivamente (ANANIAS; TAVARES, 2022).

A grande quantidade de trabalhos científicos produzidos na USP está diretamente relacionada à presença da pesquisadora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, que estava vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral desta universidade, atuando diretamente em pesquisas voltadas para a Toponímia brasileira.

A fim de delinear o perfil das pesquisas acadêmicas, subdividimos este tópico em dois itens: o primeiro, tomamos como referência as pesquisas de Ananias e Tavares (2022); Sousa e Dargel (2020); Santos (2019) e Curvelo (2014), uma vez que os mesmos realizaram a descrição das publicações referentes à primeira, segunda e terceira fases dos estudos toponímicos brasileiros; enquanto para a construção do referencial concernente à quarta fase, realizamos levantamento junto ao Catálogo de Teses e Dissertações da Plataforma Capes<sup>4</sup> e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações<sup>5</sup>, utilizando as expressões “topônimo”, “toponímia”, “toponímia brasileira” e “levantamento toponímico”.

#### 2.4.1 Publicações toponímicas: primeira, segunda e terceira fases

Com a criação de cursos voltados ao estudo da Toponímia em 1984 e do Curso de estudos Onomásticos da USP em 1989, começaram a ser formados pesquisadores em toponímia e antroponímia nacional e, assim, foram produzidas as primeiras teses e dissertações em caráter acadêmico acerca da onomástica brasileira (CURVELO, 2014). Dessa forma, a produção científica, em nível acadêmico em cursos de Pós-Graduação sobre a Toponímia brasileira, de fato, só começou a ocorrer a partir da segunda fase dos estudos toponímicos nacional. Assim, esta fase é marcada pela delimitação da metodologia de

<sup>4</sup> <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

<sup>5</sup> <https://bdtd.ibict.br/vufind/>

pesquisa toponímica nacional, enquanto a terceira fase, pela criação dos Atlas toponímicos em diferentes regiões do país.

No período correspondente à segunda e terceira fases foram publicados um total de 13 teses e 26 dissertações entre 1980 a 2009; sendo a tese de Dick (1980) – *A motivação toponímica. Princípios teóricos e modelos taxionômicos* – o primeiro trabalho defendido e que desenhou a metodologia a ser adotada pelos pesquisadores que viriam a seguir (ANANIAS; TAVARES, 2022).

A maior parte das teses se concentra no intervalo de 2004 a 2009: *A formação e a fixação da Língua Portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da região do Carmo* (2004) por Maria Cândida Trindade Costa de Seabra; *Hierotoponímia portuguesa, de Leite de Vasconcelos às atuais teorias onomásticas. Estudo de caso: as Nossas Senhoras* (2005) por Patrícia de Jesus Carvalhinhos; *A toponímia do pantanal Sul-Mato-Grossense: os nomes das fazendas* (2006) por Raimunda Madalena Araújo Maeda; *Atlas Toponímico de Origem Indígena do Estado do Tocantins* (2006) por Karylleila dos Santos Andrade; *A rede ferroviária e a urbanização da freguesia do Brás: estudo onomástico contrastivo* (2007) por Alessandra Martins Antunes; *Desbravando a Amazônia Ocidental Brasileira: estudo toponímico de acidentes humanos e físicos acreanos* (2007) por Alexandre Melo de Sousa; *Toponímia dos municípios baianos: descrição, história e mudanças* (2008) por Ricardo Tupiniquim Ramos; *Santo André – A causa toponímica na denominação de seus bairros* (2009) por Iberê Luiz Di Tizio; *Topônimo Mineiros e o processo de ocupação, exploração e formação do território nacional* (2009) por Jocyare Cristina Pereira de Souza.

Dentre os temas abordados, Ananias e Tavares (2022) destacam que a maior parte dos estudos realizaram recorte regional da toponímia; enquanto os demais abordaram o tipo de motivação ou acidentes geográficos/locais específicos; a origem linguística dos topônimos e contribuições com Atlas toponímicos. As dissertações seguem a mesma perspectiva (Apêndice A), acrescentando-se a este rol pesquisas de caráter lexicográfico.

A maior parte das dissertações publicadas no período, como pudemos confirmar, tratam da toponímica local, de caráter regional; com o intuito de identificar a motivação por trás da nomeação dos acidentes geográficos, locais e, mesmo, contribuir para a construção de Atlas Toponímicos regionais.

#### 2.4.2 As publicações toponímicas da quarta fase

A quarta fase das pesquisas toponímicas brasileiras começou em 2010 e se estende até os dias atuais, conforme fala de Aparecida Negri Isquerdo em palestra proferida em Canal da Abralin, no Youtube (ABRALIN, 2022). É marcada pelo maior volume de produções científicas, sobretudo dissertações e teses em cursos de Pós-Graduações vinculadas a instituições públicas em diversas regiões do país.

A partir dos levantamentos no Catálogo de Teses e Dissertações da Plataforma Capes e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, seguido de revisão de literatura (ANANIAS; TAVARES, 2022; SOUSA; DARGEL, 2020; SANTOS, 2019 e CURVELO, 2014) identificamos 29 teses e 80 dissertações produzidas entre o período de 2010 a 2021. Destas, salientamos que somente aquelas produzidas a partir de 2013 podem ser acessadas na íntegra, uma vez que a inclusão das versões finais dos trabalhos passou a ser exigida com a criação da Plataforma Sucupira<sup>6</sup> nesse ano.

As teses, em geral, versam sobre a toponímia regional, com recortes de aspectos locais que influenciam no resgate da memória e motivação toponímica; bem como lexicografia, resgate dos aspectos linguístico, contribuições às construções de Glossários e Atlas Toponímicos locais e contribuições ao ATB (Apêndice B).

As dissertações, por sua vez, são em maior número e apresentam contribuições à toponímia regional, com recortes de identificação dos topônimos locais e/ou regionais; estudo do léxico e lexicografia; propostas de construções de atlas; contribuições ao conjunto do léxico toponímico que compõem os Atlas regionais; construções de Atlas Toponímicos de Estados; estudos com foco na motivação toponímica dos nomes de lugares e acidentes geográficos; identificação de aspectos históricos; abordagem linguística; a toponímia no ensino e influência de taxes específicas na toponímia local (Apêndice C).

Ao analisarmos as dissertações e teses produzidas em cursos de Pós-Graduações nas áreas de Letras e Linguística na quarta fase dos estudos toponímicos do Brasil, percebemos a manutenção da tendência dos estudos que vinham sendo desenvolvidos na fase tripartite anterior; com acréscimo de publicações que inserem a Toponímia no ensino e seus desdobramentos como componente de integração na educação básica.

A partir dessas análises e por ordem cronológica, inserimos esta dissertação na quarta fase dos trabalhos toponímicos nacionais; contudo, a mesma apresenta características que a

---

<sup>6</sup>Plataforma Sucupira: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>.

aproximam da terceira fase, uma vez que nos propomos a descrever os topônimos na perspectiva de um recorte regional para fazer um resgate da memória e motivação toponímica; bem como gerar material bibliográfico da toponomástica para o léxico de nomes de bairros pinheirenses.

## 2.5 Pesquisas regionais que contribuem com o Atlas Toponímico Brasileiro (ATB)

Os estudos das toponímias são relativamente recentes, como vimos os da pesquisadora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick que publicou vários trabalhos na área e definiu os parâmetros de análise e coletas de dados seguidos ainda nos dias atuais. Seus trabalhos, além da Toponímia trazem contribuições para a Dialectologia, Linguística, Etnolinguística, Terminologia, Geografia e História, uma vez que os conhecimentos toponímicos são interdisciplinares.

A partir da sua tese de doutoramento, *A motivação toponímica e a realidade brasileira*, publicada no formato de livro em 1990, estabeleceu-se os critérios para a descrição de taxas de natureza física e taxas de natureza antropocultural do Brasil a partir da década de 90. Desde então, as pesquisas têm se concentrado em todas as regiões brasileiras, com o intuito de colaborar na descrição da motivação toponímica nacional e construir o Atlas Toponímico Brasileiro (ATB). Curvelo (2014, p. 25) identifica as linhas de pesquisa que constituem o ATB em:

A Literatura de Viagem em Função Toponímica. Estudo Distributivo; Estudos do Homem e da Sociedade por meio da Linguagem: Inter-relação Língua, Cultura e Onomástica; Historiografia e Memorialística do Fato Onomástico; Lexicologia, Lexicografia e Terminologia em Função Onomástica. Os atlas e as diversidades regionais; Taxonomia Toponímica; Toponímia e Cartografia; Toponímia e Etnolinguística; Toponímia e Línguas Indígenas.

O ATB tem desdobramentos nas cinco regiões do Brasil. Na região Sudeste, destacam-se o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo – Projeto ATESP<sup>7</sup>, como desdobramento inicial do ATB sediado na Universidade de São Paulo (USP), sob a coordenação da pesquisadora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick e o Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais – Projeto ATEMIG (ativo desde 2004), coordenado pela professora Dra. Maria Cândida Trindade da Costa Seabra, com funcionamento na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

---

<sup>7</sup>O ATESP já foi concluído.

Na região Sul, sob a coordenação de Maria Antonieta Carbonari de Almeida, inscreve-se o Atlas Toponímico do Estado do Paraná – ATEPAR<sup>8</sup>, cuja sede estava localizada na Universidade Estadual de Londrina (UEL); enquanto na região Centro-Oeste, destacam-se como variantes regionais o Atlas Toponímico do Estado do Mato Grosso – ATEMT, desenvolvido por Maria Aparecida de Carvalho e o Atlas Toponímico do Estado do Mato Grosso do Sul – Projeto ATEMS (ativo desde 2002), que é coordenado por Aparecida Negri Isquerdo, com sede na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).

Na região Norte, temos o Atlas Toponímico do Estado do Tocantins – ATT (criado em 2007) e Atlas Toponímico de origem indígena do Tocantins – ATITO, ambos sob a coordenação de Karylleila dos Santos Andrade e com sede na Universidade Federal do Tocantins (UFT); o Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira – Projeto ATAQB (criado em 2008), coordenado por Alexandre Melo de Sousa e com sede na Universidade Federal do Acre (UFAC).

A região Nordeste destaca-se com o Atlas Toponímico do Ceará – ATEC<sup>9</sup>, coordenado por Alexandre Melo de Sousa; o Atlas Toponímico-Histórico dos Municípios Baianos - ATHMB, sob a coordenação de Ricardo Tuiniquim Ramos e o Atlas Toponímico da Bahia – ATOBH (criado em 2014), cuja coordenação é realizada por Celina Márcia de Souza Abbade e com sede na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Além destes, destacamos o trabalho de Sá (2020) cujo esforço de pesquisa culminou com o artigo *Projeto ATOEPE: gênese e estágio atual dos estudos sobre a toponímia pernambucana* e em Sergipe. Santos (2019, 2012), por sua vez, faz a descrição dos topônimos de cinco cidades sergipanas, além de analisar as toponímias nas cartas de sesmarias do Sergipe colonial.

O Estado do Maranhão tem trabalhos voltados ao estudo da Microtoponímia<sup>10</sup> e Macrotoponímia regional, concentrando-se, principalmente, na descrição de microtoponímia das Mesorregiões Norte e Sul; com trabalhos que descrevem topônimos dos municípios de Imperatriz, Balsas, Nina Rodrigues, São Luís e Grajaú. O Estado também tem contribuído com o ATB, com a elaboração do Atlas Toponímico Maranhense – ATEMA (criado em 2016) na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão/UEMASUL, sob a coordenação de Maria Célia Dias de Castro e supervisão de Aparecida Negri Isquerdo.

---

<sup>8</sup>O ATEPAR foi funcionou nos períodos de 1996-2004 e de 2005-2015 (SOUZA; DARGEL, 2020).

<sup>9</sup>O ATEC não possui vínculo institucional (SOUZA, 2022a).

<sup>10</sup> A Microtoponímia é a parte da toponímia que estuda os nomes de pequenos aglomerados humanos, mas que são vinculados a um município, por exemplo; enquanto a Macrotoponímia estuda os nomes de acidentes físicos ou aglomerados humanos de maior extensão (CASTRO, 2017).



Entretanto, percebemos que ainda não existem estudos dentro da área da linguagem, linguística, nem trabalhos lexicográficos-toponímicos voltados à descrição de cidades da Baixada Maranhense – região cuja importância econômica e cultural envolve as atividades de agropecuária em uma área de inundação sazonal e que, por isso, foi a porta de entrada para a colonização portuguesa na região continental nas porções norte em direção ao sentido leste do Estado.

Dentre tais cidades, destaca-se o município de Pinheiro, uma das primeiras vilas criadas para a expansão da atividade de criação de gado na região, com a vinda de rebanhos trazidos de Alcântara pelo Capitão-mor Inácio José Pinheiro, tornando-se um importante centro de expansão de atividades políticas, administrativas, comerciais e culturais da região. Destaque que perdurou por muitos anos, sendo-lhe atribuída a alcunha de *Princesa da Baixada* (FROES, 2019).

Diante da importância do município para a região da Baixada Maranhense e da posição geográfica de destaque para a expansão colonizadora na área, começamos a nos questionar acerca da influência dos portugueses, índios (que habitavam a região) e escravos africanos para a motivação toponímica dos bairros pinheirenses; bem como os processos histórico-culturais ao longo da história culminaram nas denominações contemporâneas. Outrossim, a escolha pela descrição da toponímia de Pinheiro deve-se à necessidade de estabelecermos raízes identitárias, compreendermos a memória local enquanto indivíduos oriundos da *Princesa da Baixada*, bem como gerar material bibliográfico inicial que subsidie pesquisas sobre o léxico toponímico do município e seu entorno.

Tomando como base esses principais pontos, nos baseamos em Curvelo (2014) e propomos os seguintes questionamentos a serem respondidos em nosso percurso investigativo: quais as causas denominativas, tanto na origem quanto na evolução histórica dos topônimos que nomeiam os bairros da zona urbana de Pinheiro? Quais são os fatores linguísticos que motivaram a constituição desses nomes de bairros? Quais fatores extralinguísticos influenciaram na motivação toponímica dos bairros pinheirenses? Como os topônimos podem auxiliar no resgate da memória histórica, cultural e social da sociedade pinheirense?

Assim, temos como principais objetivos descrever o léxico toponomástico pinheirense; descrever a origem e motivação dos bairros da região urbana do município; tendo em vista o resgate da memória e história inerentes à nomeação dos mesmos.

## 2.6 Classificação léxico-semântica dos topônimos

A classificação taxionômica dos topônimos que utilizamos no Brasil, leva em consideração as duas categorias delimitadas por Dick (1990) em taxes léxico-semânticas ou categoremáticas toponímicas de natureza física e de natureza antropocultural. No que concerne às de natureza física, Dick descreveu 11 taxes; enquanto para as de natureza antropocultural, foram descritas pela pesquisadora 16 taxes.

Somam-se a estas taxes léxico-semânticas, as contribuições de Francisquini (1998): Acronimotopônimos, Estamatotopônimos, Grafematopônimos, Higietopônimos e Necrotopônimos – todos compondo o grupo das taxes de natureza antropocultural; além das subdivisões das taxes propostas por Isquerdo (1996) e Lima (1997).

Ainda, a taxe de categoria mista Dirrematopônimos descrita por Curvelo (2009) e cuja origem pode ser antropocultural ou física, dependendo dos lexemas que a constituem, como por exemplo, Pastos Bons = Pastos (aspecto físico) + Bons (aspecto antropocultural); e os Siglatopônimos descrito por Curvelo-Matos (2014), cujas características nos permitem enquadrá-lo entre as taxes de natureza antropocultural.

### 2.6.1 Taxes de natureza física

Os topônimos de natureza física dividem-se em: *astrotopônimos*, topônimos dos corpos celestes (Cruzeiro de Santa Bárbara)<sup>11</sup>; *cardinotopônimos*, topônimos que descrevem as posições geográficas (Avenida Sul); *cromotopônimos*, topônimos referentes à escala cromática (Montes Claros); *dimensiotopônimos*, topônimos referentes às características dimensionais dos acidentes geográficos relativos à extensão, comprimento, largura, grossura, altura, profundidade, etc. (Chapada Grande); *geomorfotopônimos*, topônimos referentes às formas topográficas (Igarapé Fundo).

Os *fitotopônimos* descrevem os topônimos referentes aos nomes de vegetais (Cajazeiro); os *hidrotopônimos*, topônimos referentes aos acidentes hidrográficos (Olho D'Água); os *litotopônimos*, os topônimos referentes aos nomes dos minerais (Pedrinhas); os *metereotopônimos*, topônimos referentes aos fenômenos atmosféricos (Molha); os *morfotopônimos*, topônimos referentes às formas geométricas em geral (Banco de Areia) e os *zootopônimos*, topônimos referentes aos nomes dos animais (Tatuzinho).

---

<sup>11</sup> As denominações toponímicas que exemplificam as taxes referem-se a povoados do município de Pinheiro.

## 2.6.2 Taxes de natureza antropocultural

As taxes de natureza antropocultural dividem-se em: *animotopônimos* ou *nootopônimos*, topônimos referentes à vida psíquica, cultural e espiritual (Esperança); os *antrotopônimos*, topônimos referentes aos nomes próprios e individuais (Estáquio); os *axiotopônimos*, topônimos referentes aos títulos e dignidades que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais (Presidente Dutra); os *corotopônimos*, topônimos referentes aos nomes de cidades, países, regiões ou continentes (Cuba); os *cronotopônimos*, topônimos referentes às indicações cronológicas representadas em Toponímia, pelos qualificativos novo/nova, velho/velha (Campo Novo).

Destacam-se, também, os *ecotopônimos*, topônimos referentes a habitações em geral (Porãozinho); os *ergotopônimos*, topônimos referentes aos elementos da cultura (Apertado); os *etnotopônimos*, topônimos referentes aos elementos étnicos isolados ou não (Aldeia); os *dirrematopônimos*, topônimos referentes a frases ou expressões linguísticas (Vai Quem Quer); os *hagiotopônimos*, topônimos referentes aos nomes sagrados do hagiológico romano (São Benedito); os *hierotopônimos*, topônimos referentes aos nomes sagrado de diferentes crenças, associações religiosas e efemeridades (Espírito Santo).

Além destes, fazem referência às características antropoculturais as seguintes taxes: *historiotopônimos*, topônimos referentes aos movimentos histórico-sociais, às suas datas e seus membros (Fidel); os *hodotopônimos*, topônimos referentes às vias de comunicação rural ou urbana (Estrada Nova); os *numerotopônimos*, topônimos referentes aos adjetivos numerais Duas Visitas); os *mitotopônimos*, topônimos referentes às entidades mitológicas (Madre Deus); os *poliotopônimos*, topônimos referentes aos vocábulos aldeia, vila, povoação e arraial (Aldeia); os *siglatopônimos*, topônimos referentes às siglas de modo geral (Copisa); os *sociotopônimos*, topônimos referentes às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos moradores de uma comunidade (Fomento) e os *somatopônimos*, topônimos referentes às relações metafóricas das partes do corpo humano ou animal (Igarapé Corrimão).

Somam-se a estas, as designações de taxes de natureza antropocultural propostas por Francisquini (1998): *acronimotopônimos*, topônimos formados por siglas (Cohab); *estamatotopônimos*, topônimos relacionados aos sentidos dos seres vivos (Boa Vista); *grafematopônimos*, topônimos formados por letras do alfabeto; *higietopônimos*, topônimos relacionados à saúde, higiene e bem estar físico (Bom Viver) e *necrotopônimos*, topônimo relativo aos mortos e restos humanos (Morada Nova).

Ainda, Isquierdo (1996) divide a taxa *animotopônimos* em *animotopônimos eufóricos*, topônimos relativos à vida psíquica, espiritual e cultural agradáveis (Praça da Alegria) e *animotopônimos disfóricos*, topônimos relativos à vida psíquica, espiritual e cultural desagradáveis (Apertado); enquanto Lima (1997) subdivide a taxa *hagiotopônimo* em *hagiotopônimo autêntico*, topônimo com inspiração religiosa (Santo Antônio) e *hagiotopônimo aparente*, topônimo com inspiração política (Presidente Sarney).

## 2.7 A Toponímia e a interdisciplinaridade

Ao investigar os nomes próprios dos lugares a Toponímia não foge a uma das principais características da ciência Onomástica: o caráter interdisciplinar ou, mesmo, transdisciplinar; tendo em vista que para a compreensão do seu objeto de estudos esta se fundamenta em outros campos do saber. Segundo Ramos e Bastos (2010, p. 87) esse suporte é necessário, pois “[...] o seu conhecimento se relaciona ao de outras áreas, sem confundir-se com eles, sem negá-los”; ainda, a Onomástica, enquanto modelo para aquela, assume “[...] uma perspectiva capaz de integrar métodos e um número considerável de conhecimentos de campos muito diversos de maneira direta ou vertical e indireta ou horizontal, predominando, contudo, a perspectiva linguística, com valorização, em particular, da pesquisa etimológica” (RAMOS; BASTOS, 2010, p. 87).

Antes de estabelecermos a relação entre a toponímia e outras áreas do saber, entretanto, faremos a conceituação de intertextualidade. O termo surgiu na década de 60, quando os movimentos estudantis franceses e italianos passaram a discutir e reivindicar um ensino condizente com o contexto sociopolítico e econômico vigente; eles pleiteavam o ensino dos conhecimentos de modo geral e não fragmentado. No Brasil, a obra *Interdisciplinaridade e patologia do saber* (1976) de Hilton Japiassu lançou as bases para os debates acerca dos estudos interdisciplinares; tendo desdobramento na educação a partir da publicação de *Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia?* (1979) de Ivani Fazenda.

Para Japiassu, a interdisciplinaridade buscava minimizar os problemas decorrentes do ensino de disciplinas isoladas, trazendo os saberes para o contexto mais abrangente, a partir da reflexão mais aprofundada e crítica acerca do conhecimento; em suma, o que ele defendia era a desfragmentação dos saberes e a união da teoria com a prática. Segundo Japiassu (1976, p. 71),

[...] os contatos integrativos apresentam a grande vantagem de fornecer um conhecimento não somente mais completo e mais rico do objeto da pesquisa, no nível teórico, mas também de situar este objeto no contexto de uma ‘pesquisa orientada’, visando a dar resposta a problemas de ordem prática.

Nesse contexto, a divisão do ensino em disciplinas isoladas que não mantêm relação consubstancial entre si não é efetiva para a elaboração de conhecimentos concretos e efetivos para as demandas sociais, políticas e econômicas das sociedades. Na mesma linha de raciocínio, Fazenda (1979) defende que a interdisciplinaridade resulta da união de conhecimentos específicos e parciais que irão resultar em saberes gerais, globais.

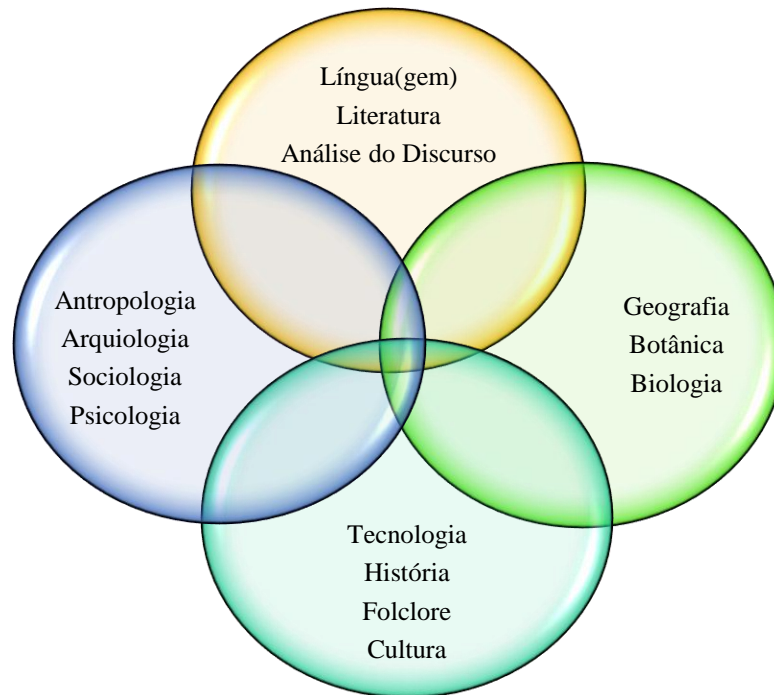
Outrossim, a interdisciplinaridade surge como uma forma de combate às realidades antagônicas que vivemos contemporaneamente. Japiassu (2005, p. 1) defende a busca do conhecimento na sua totalidade, em combate ao esfacelamento dos saberes. Ele critica a especialização sem limites, tendo em vista “[...] que culminou numa fragmentação crescente do horizonte epistemológico” e nos tornou reféns de formações cada vez mais frágeis e insipientes; o autor (2022, p. 1), ainda, faz um alerta acerca da fragmentação dos conhecimentos:

Chegamos a um ponto em que o especialista se reduziu ao indivíduo que, à custa de saber cada vez mais sobre cada vez menos, terminou por saber tudo (ou quase tudo) sobre o nada, em reação ao generalista que sabe quase nada sobre tudo. Ora, um saber em migalhas revela uma inteligência esfacelada. O desenvolvimento da especialização, com todos os seus inegáveis méritos, dividiu ao infinito o território do saber. Cada especialista ocupou, como proprietário privado, seu minifúndio de saber onde passou a exercer, ciumentamente e autoritariamente, seu minipoder (JAPIASSU, 2005, p. 1).

Mais uma vez o autor deixa claro que ao defender a interdisciplinaridade ele combate o poder pelo saber e prega o conhecimento partilhado; para isso, alega que é preciso contextualizar o particular em busca de solução para problemas concretos.

Nesse contexto, as toponímias refletem o contexto sociocultural, ideal e político de um povo. Estudá-las nos possibilita compreender os movimentos históricos, a caracterização físico-geográfica de um local, as manifestações míticas e religiosas de uma comunidade; assim representam a conjunção de saberes da Arqueologia, História, Geografia, Linguística, Lexicologia, Biologia, dentre outras (Figura 1). Segundo Dick (1990, p. 35-36), “[...] a Toponímia é um imenso complexo línguo-cultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente”.

**Figura 1** – Áreas de conhecimento que se inter cruzam na toponomástica



**Fonte:** Dados da pesquisa - elaboração própria

Cada uma das disciplinas envolvidas contribui para a análise dos nomes dos lugares, uma vez que a análise dos *onomas* nos mostra aspectos importantes dos designativos que compõem o signo toponímico. Andrade e Dick (2012, p. 205) descrevem alguns aspectos a serem observados na análise da Toponímia quanto às áreas de intertextualidade e como elas podem contribuir no resgate e compreensão dos topônimos:

Na geografia, a toponímia pode dar informações relevantes sobre vários aspectos: relevo, flora, fauna etc. pode ainda auxiliar na delimitação da separação entre duas zonas geográficas (por exemplo, entre a zona dos cocais e a caatinga do sertão brasileiro). É considerada uma fonte de informação para os historiadores (colonização, imigração, histórica e memória oral etc.), antropólogos (identidade, relação homem, cultura e meio social), biólogos (nomes de seres que compõem determinado bioma), botânicos (nomes de plantas) e outros pesquisadores. A linguística, particularmente, permite estudar a evolução fonética, a etimologia, os aspectos morfosintáticos e semântico-lexicais. Fruto de um movimento de aglutinação de aspectos sócio-históricos, culturais, geográficos e linguísticos, os nomes de lugares revelam a origem dinâmica dos lugares; tornando rica a maneira pelo qual os atores sujeitos se utilizam da linguagem para imprimir no espaço uma variedade de significados. O ato de nomear expõe como as pessoas se relacionam com os seus lugares, pensam, vivem e experimentam o espaço em sua plenitude (ANDRADE; DICK, 2012, p. 205).

Assim, o estudo das toponímias envolve diferentes áreas do conhecimento, que se complementam; estas por sua vez refletem no resgate da memória e da identificação dos

designativos de uma região e nos dão um vislumbre de como era a relação entre o denominador e os demais fatores de influência social local.

### 3 PINHEIRO: A PRINCESA DA BAIXADA

No final do século XVIII a maior parte da população do Maranhão vivia em São Luís e em Alcântara, sendo esta onde se localizavam as *plantations*<sup>12</sup> e fazendas de criação de gado da região. Era habitada por portugueses que vieram após a colonização, seus descendentes, brancos e fidalgos que formavam parte da elite maranhense. Nos primeiros anos de colonização da capitania o número de habitantes se manteve estável, sem crescimento significativo.

Nessa mesma época, a população local começou a crescer significativamente. Com o crescimento populacional da província, houve a necessidade de expandir espacialmente os territórios das microrregiões, principalmente aquelas que tinham áreas limítrofes com o núcleo inicial da colonização, Baixo Parnaíba, Médio Itapecuru, Alcântara e Viana, no período de 1798-1838 (ASSUNÇÃO, 2015).

Essa expansão culminou com o povoamento de terras ainda não apropriadas pela coroa portuguesa. A distribuição do território maranhense seguiu o modelo de distribuição de sesmarias<sup>13</sup> adotado em Portugal e nas suas colônias. Aqui as sesmarias eram dadas a fidalgos, brancos e descendentes de portugueses que dispunham de recursos e escravos para lavrar as terras – que em geral, compunham três léguas de comprimento por um ou dois de largura, sem a necessidade de pagamento de foro para a autoridade maior.

A *Princesa da Baixada* como é conhecida pelos moradores da região, foi fundada no início do século XIX pelo Capitão-mor Inácio José Pinheiro que saiu da Vila de Alcântara em direção às terras do rio Pericumã na região da baixada com o objetivo de estabelecer suas fazendas de gado em uma povoação constituída principalmente por índios que habitavam a localidade, através da doação de sesmarias.

O ano de fundação da cidade já foi motivo de debates entre pesquisadores, sendo a primeira data de fundação descrita entre os anos de 1817 e 1818. Viveiros (2007) alega que a chegada de Inácio à localização que daria a origem ao município de Pinheiro aconteceu anteriormente a 1819, pois “[...] o documento que lhe deu origem vem esclarecer um ponto obscuro da História que tentamos escrever: o ano da fundação da fazenda de Inácio Pinheiro.

---

<sup>12</sup> As *plantations* eram sistemas de produção agrícola que se baseavam em monoculturas cultivadas em latifúndio por meio de mão de obra escrava e implantado em países colonizados na América, África e Ásia. No Brasil foi empregado principalmente nas regiões Sudeste e Nordeste (ASSUNÇÃO, 2015).

<sup>13</sup> A sesmaria é a primeira categoria específica da história agrária no império colonial português. Originalmente foi uma instituição criada em Portugal em resposta à crise agrária que se seguiu à reconquista, durante o século XIV. [...] No Brasil, os capitães donatários foram encarregados de distribuir sesmarias aos colonos de sua capitania, só podendo reservar uma parte (mais ou menos 20%) das terras para uso próprio (ASSUNÇÃO, 2015, p. 106-107).



Sendo de 1819 a representação dos índios, segue-se ter sido ela anterior a esta data, em 1818 ou 1817” (VIVEIROS, 2007, p. 14).

Segundo Viveiros (2007), a vinda do capitão-mor foi motivada pela escassez de pasto para a manutenção das suas 3000 cabeças de gado e à indisponibilidade de terras adjacentes às fazendas do Tubarão para ampliação das pastagens. Além disso, o capitão-mor não queria entrar em disputa com a sua vizinha, dona Maria Rosa, que por ter um irmão bacharel em Coimbra entendia-se por dona das terras.

Entretanto, os índios tapuias que viviam aldeados na península do Pericumã sentiram-se incomodados com a presença dos imigrantes e, mesmo, sendo “domesticados” – é importante salientar que esta era uma prerrogativa para receberem sesmarias do governador da capitania – foram a Alcântara prestar queixas ao comandante da fortaleza São Matias, o tenente coronel Antônio Joaquim de Sousa Brochado que acatou a denúncia e enviou representação ao governador da capitania, o marechal Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca. Com a publicação do ofício nº. 85, em 16 de outubro de 1819, o marechal reconhece como legítimos donos da terra, os índios domesticados que aí já habitavam; mas permitiu “aos intrusos” a colheita das roças plantadas, como solução às queixas dos silvícolas (VIVEIROS, 2007).

Alvim (2006) encontrou indícios que levantam questionamentos quanto à data de chegada do Capitão-mor e a motivação para o povoamento da localidade, tendo em vista a descrição de relatos anteriores de viajantes que passaram pela região, como veremos a seguir:

O coronel engenheiro Pereira do Lago, na sua viagem de trabalho através do Estado, assinalou, ao passar em novembro de 1820 pela povoação que chamou de Vila Nova do Pinheiro, ser ela um lugar muito pobre, estando a se reduzir a nada se providências não fossem tomadas. Compreendia apenas 5 fogos e 23 almas, tendo uma capela sem cobertura e 1 capitão do mato por comandante (ALVIM, 2006, p. 27).

Partindo dessas informações, ele questiona:

[...] como é possível imaginar que aquele lugarejo originado há menos de 3 anos, a partir da instalação de uma fazenda com cerca de 3 mil cabeças de gado do Capitão-mór de Alcântara além de todo o pessoal que o seguiu, estivesse, em tão pouco tempo, nesse deplorável estado de penúria quase absoluta? Concluiu-se que alguma coisa devesse ser melhor esclarecida (ALVIM, 2006, p. 27).

Alvim indica a inviabilidade de deterioração populacional e estrutural avançada, tendo em vista a disposição de recursos serem abundantes na região, em tão pouco período de povoamento. Ele aponta, então, a data de 1807 como marco para a fundação do Lugar do Pinheiro:

Nos primeiros meses do ano de 1807, o Capitão-mór e Comandante da Vila de Alcântara, Inácio José Pinheiro, procurou o Governador e Capitão General do Maranhão, D. Francisco de Mello Manuel da Câmara, a quem relatou que, na data de 23 de novembro do ano de 1806, cumprindo ordens do seu antecessor, Governador Antônio de Saldanha da Gama, estabeleceu uma povoação entre as de Alcântara e Guimarães com a denominação de Lugar do Pinheiro para ali viverem e roçarem algumas famílias de índios dispersos (ALVIM, 2006, p. 28).

Chama atenção o fato do capitão-mor estar cumprindo ordens para a fundação de povoação para os indígenas que habitavam na localidade, pois a doação de terras para os índios era comum; desde que eles se submetessem voluntariamente ao poder da coroa portuguesa, adotando o catolicismo e os valores ocidentais. Além disso, a preferência aos títulos de sesmarias era dada às comunidades destribalizadas, civilizadas, controladas por missionários e que não representassem resistência ao domínio colonial, o que não parece ser o caso dos tapuias que residiam ali (ASSUNÇÃO, 2015).

Por outro lado, o governo provincial nomeava administradores para as aldeias indígenas não elevadas à categoria de vilas. Nessas áreas, os índios “bárbaros” já estavam em processo de “domesticação”; o que pode ser tomado como argumento que justifique a ida do capitão-mor Inácio José Pinheiro à região para fundar a sesmaria de índios que habitavam as paragens do rio Pericumã.

Dessa forma, a data fundacional mais acertada seria de dez anos a menos do que a descrita anteriormente; além disso, os fatos que culminaram no povoamento divergem daqueles iniciais que descreviam a necessidade de deslocamento das fazendas do Capitão-mor Inácio José Pinheiro e sim para atender às ordens governamentais do Capitão General D. Francisco de Mello Manuel da Câmara que tornou os índios que ali residiam donos legítimos daquelas terras.

Roland (2012), por sua vez, afirma que o Capitão-mor Inácio José Pinheiro já tinha conhecimento das terras da região há pelo menos dezessete anos da data prevista para a fundação de Pinheiro e que o mesmo fez o pedido de uma data de Sesmaria ao governador e capitão geral Fernando Pereira Leite Foyoz com o objetivo de estabelecer uma povoação. Para ele, fica evidente que

[...] a ocupação das terras do Pericumã por Ignácio Pinheiro e seus vaqueiros ocorreu antes de 1788. O que se explica pelo simples fato de que essas terras não tinham ainda possuidores e o mesmo andava lavrando até em outras terras da região por não ter suficientes em Alcântara para o número de gados e escravos que possuía. Tal constatação declara a fundação de Pinheiro a partir da confirmação da concessão de terras pela Sua Majestade D. Maria I (ROLAND, 2012, p. 6).

Se a data de fundação ainda continua em debate, não há dúvidas acerca do seu verdadeiro fundador. Inácio José Pinheiro tinha motivos econômicos para insistir na criação

do povoamento ou de uma vila, a fim de expandir as suas terras e ampliar a oferta de pastagem para seu gado e plantações. Além disso, o capitão-mor acabou dando origem ao nome do povoamento.

Quanto aos índios, a maior parte das terras de sesmarias indígenas foi usurpada com a conveniência das autoridades das províncias, com isso “[...] negava-se aos descendentes aculturados dos índios conservarem como coletivo a propriedade plena concedida aos seus antepassados indígenas se o seu processo de aculturação estivesse suficientemente avançado”, o que na verdade foi uma desculpa para a desapropriação das terras (ASSUNÇÃO, 2015, p. 148).

A partir da chegada do capitão e de sua comitiva formou-se o povoado Lugar do Pinheiro, que foi elevado à categoria de Freguesia através da lei provincial de nº. 370 de 1855; posteriormente, ascendeu à categoria de Vila de Santo Inácio de Pinheiro, em 1856 através da lei provincial nº. 439 e tornou-se município em 1920, após instituição da lei nº. 911 (CHAGAS, 2006). Pinheiro foi desanexado de Guimarães em 1835, passando a fazer parte da cidade de Alcântara; o que veio ao encontro dos anseios dos pinheirenses que nutriam fortes laços de parentesco, amizade e políticos com a sociedade alcantareense (ALVIM, 2016).

O crescimento populacional foi significativo até o período de 1860, saltando de 300 a 400 pessoas em 1826 para significativos 4.814 moradores quando a freguesia ascendeu à vila; com a tendência à exploração de atividades agropecuárias que formavam a base da economia local e incremento das atividades comerciais que atendessem à demanda em elevada curva de aumento dos moradores (ROLAND, 2020). Nesse período, o bairro da Matriz – o núcleo central da Vila - já estava completamente povoado, embora tivesse sua organização espacial ainda pouco desenvolvida, como foi constatado em censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

A cidade de Pinheiro possui 2 avenidas pavimentadas parcialmente com pedras irregulares, numa extensão de 4 000 metros quadrados e 2 praças, também pavimentadas parcialmente, com concreto, numa extensão de 3 000 metros quadrados. Conta, ao todo, 29 ruas, 5 travessas e 7 praças, dentre estas, 4 arborizadas. Dentre os prédios destacam-se: Templo da Matriz, Paço Municipal, Mercado Público, Cadeia Pública e o do Departamento dos Correios e Telégrafos (IBGE, 1959, p. 278).

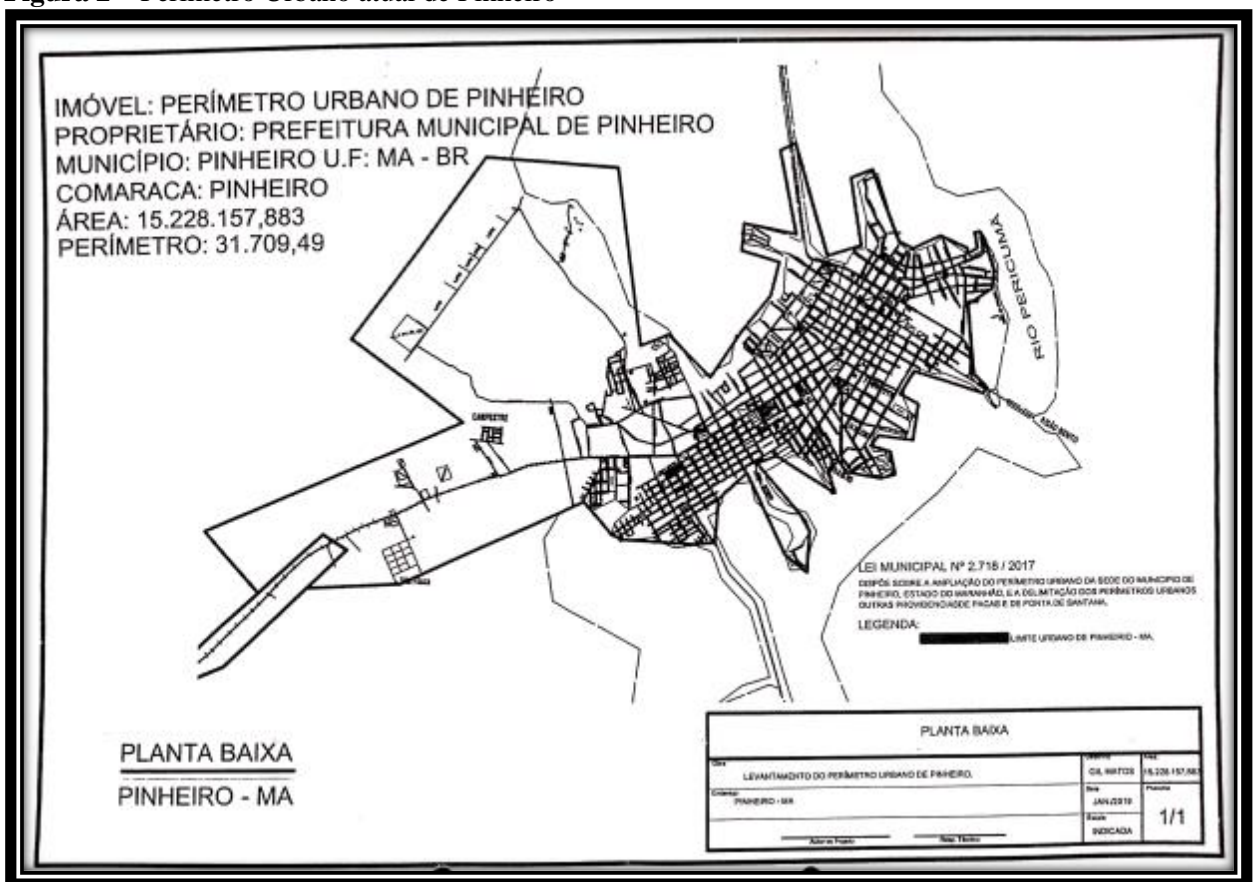
Ao longo da história, Pinheiro foi uma cidade muito próspera; sendo sede de cinemas, clubes desportivos, usina de beneficiamento de coco babaçu e seus subprodutos, fábrica de gelo, Companhia Pinheirense Industrial – COPISA, aeroporto com capacidade de pouso para aviões comerciais, posto agropecuário do Ministério da Agricultura e biblioteca popular.

Contudo, todas as benesses foram sendo destruídas, sucateadas e abandonadas; justificando a máxima “Pinheiro é a terra do já teve, teve tudo e não tem nada” (informação verbal)<sup>14</sup>.

Atualmente, considerado o centro econômico da microrregião da Baixada Maranhense – mesorregião do Norte Maranhense, o município de Pinheiro faz divisa com Santa Helena, Bequimão, Presidente Sarney, São Bento, Peri Mirim e Palmeirândia. Localizado a 86 km de distância da capital do estado, São Luís, o município destaca-se em relação aos demais por conta de sua localização geográfica, que lhe possibilita importantes investimentos e comunicação na região.

A sua população de 84.160 pessoas segundo dados do IBGE referente ao ano de 2021 (IBGE, 2022) está distribuída em uma área total de 1.512,969 km<sup>2</sup>, em que se localizam a sede do município ou zona urbana e povoados, distribuídos pela zona rural de Pinheiro. Com uma taxa demográfica extremamente superior às 23 almas e 5 fogos descritas pelo viajante Pereira do Lago, o perímetro da zona urbana foi ampliado pela Lei Municipal no. 2.718/2017 (Figura 2).

**Figura 2** – Perímetro Urbano atual de Pinheiro



Fonte: Lei Municipal no. 2.718/2017

<sup>14</sup>Entrevista concedida à pesquisadora por G. L., em São Luís (MA), em 24 de fevereiro de 2022.

Oficialmente, o perímetro urbano é composto pelos bairros: Alcântara, Antigo Aeroporto, Antigo Matadouro, Bupalina, Campestre, Campinho, Centro, Cohab, Dondona Soares, Enseada, Floresta, Fomento, Ilha de Leonor, Ilha de Ventura, João Castelo, Kiola Sarney, Matadouro, Matriz, Mercadinho Velho, Pacas, Quinta da Boa Vista, Residencial Verdes Campos, Santa Luzia, São Benedito, São Francisco, Sete, Sítio Bar, Tiririca, Vila Filuca, Vila Nova, Vila Toni Ferreira e Vila Zé Arlindo que constam no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos(PGIRS) (PINHEIRO, 2013).

A essa lista não se somam as localidades de criação espontânea – as invasões, conjuntos habitacionais do Programa Federal Minha Casa, Minha Vida (MCMV), conjuntos habitacionais de iniciativa particular, condomínios e desmembramento de bairros que não constam em mapas, leis e outros documentos oficiais.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A toponímia de uma comunidade guarda a memória dos moradores deste local, servindo como instrumento para compreendermos a história e o contexto de sua fundação. Além disso, permite que vislumbremos um pouco do nosso passado e façamos, assim, um exercício de resgate identitário em que nos aproximamos de nossa ancestralidade e dos desdobramentos sociais, políticos e econômicos que desenharam os locais em que vivemos.

No que compete aos procedimentos para a realização de nossa pesquisa, lançamos mão da abordagem qualitativa uma vez que vamos fazer a pesquisa de campo e, de posse do material coletado, buscar saber quais são os fatores próprios da estrutura lexical da língua (linguísticos) e extralinguísticos (das áreas de conhecimento), foram decisivos na nomeação e manutenção dos topônimos estudados. Para tanto, faremos a pesquisa de campo para coletar as informações diretamente/na interação com entrevistado/informante que mora no bairro ou que conheça os motivos da nomeação toponímica do lugar. A opção pela coleta dos dados diretamente no ambiente em que ele se processa/se dá, nos permite entender o porquê da motivação sem elementos intermediários, sem filtros. Cabe elucidar ainda, que temos muito pouco, quase nada ou nada sobre os topônimos em questão, daí a importância de aplicarmos entrevistas para coletarmos os dados diretamente na fonte e gerarmos, com nossa pesquisa, material bibliográfico que se tornará referência de consulta/pesquisas linguísticas sobre a toponímia urbana de Pinheiro.

Com foco na microtoponímia local fizemos a delimitação dos aspectos geográficos, históricos, sociais, econômicos e outras particularidades pinheirenses a fim de construir o perfil toponomástico dos nomes dos bairros urbanos; tomando como método de abordagem o Indutivo e procedimental o Tipológico.

O método de abordagem Indutivo nos possibilita construir hipóteses sobre a constituição dos topônimos no decorrer da investigação, compreender a motivação inerente à nomeação dos primeiros bairros fundados no perímetro urbano pinheirense e, assim, chegar a uma verdade sobre a denominação toponímica dos nomes estudados. Caso tais hipóteses sejam confirmadas, poderemos extrapolar ao conjunto de todos os bairros urbanos de Pinheiro, tomando como premissa o principal conceito da Indução defendido por Marconi e Lakatos (2003, p. 86), que consiste segundo esses autores em:

um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais as basearam. Uma característica que não pode deixar de ser assinalada é que o

argumento indutivo, da mesma forma que o dedutivo, fundamenta-se em premissas. Mas, se nos dedutivos, premissas verdadeiras levam inevitavelmente à conclusão verdadeira, nos indutivos, conduzem apenas a conclusões prováveis.

Dessa forma, a utilização deste método possibilita que este trabalho seja caracterizado, quanto à sua natureza, como pesquisa qualitativa; pois abordaremos os dados com a intenção de identificarmos o seu significado, olhando para o fenômeno – no nosso caso, o topônimo - dentro do seu contexto. Triviños (1987 apud OLIVEIRA, 2011, p. 24) defende que esse exercício de análise do fenômeno “[...] procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as consequências”.

Na pesquisa de campo, usamos como instrumento de coleta e armazenamento das informações, uma entrevista pautada em perguntas (Quadro 1), dessa forma, podemos explorar tanto os motivos da nomeação da localidade quanto os fatores culturais, históricos, sociais, geográficos, políticos que influenciaram nessa nomeação. Somada à pesquisa de campo, também usamos a bibliográfica, feita em livros, teses, dissertações e artigos científicos para complementarmos nossos dados de análise e, evidentemente, vemos a visão que têm outros pesquisadores, de outras áreas sobre os lugares e a importância social de seu nome/topônimo. Além destes, para a coleta de dados, utilizamos as técnicas de pesquisa de documentação direta e indireta, com foco na investigação documental e bibliográfica referente ao tema.

**Quadro 1** - Questionário toponímico

FICHA DO MORADOR	
<b>Nome/apelido:</b>	Ocupação/Idade:
<b>Endereço:</b>	Tempo de moradia na localidade:
<b>PERGUNTAS:</b>	
<b>01. Por que o bairro tem esse nome? Quando o bairro começou a ser povoado?</b> <b>02. Quais são os bairros vizinhos a este?</b> <b>03. Quais são as melhorias que beneficiaram o bairro?</b> <b>04. Quais são os problemas que os moradores daqui enfrentam?</b> <b>05. Tem algo significativo sobre o bairro que queira comentar (algo que chamou a atenção/envolveu os moradores)?</b>	

**Fonte:** Curvelo-Matos (2014, p. 61).

Como não há um banco de dados referentes à nomeação e/ou fundação dos bairros junto aos órgãos do Estado e do Município; a pesquisa indireta foi realizada em documentos oficiais e mapa fornecidos pela Câmara Municipal, documentos do IBGE, jornais e livros.

Nosso banco de dados foi composto por referenciais como: mapas, leis orgânicas, decretos, lista dos nomes dos bairros, artigos científicos, monografias, dissertações, jornais, livros e informações coletadas a partir de entrevistas com informantes locais.

A pesquisa direta, por sua vez, foi realizada a partir da aplicação de Questionário toponímico a membros da Academia Maranhense de Letras Pinheirense (APLAC) que pesquisam a história da cidade; moradores dos bairros e profissionais que desempenham ou desempenharam atividades relacionadas à delimitação topográfica da cidade<sup>15</sup>.

Para a obtenção do *corpus* deste estudo foram consultados documentos oficiais publicados pelos órgãos do Executivo municipal, dentre eles, o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) do Município de Pinheiro/MA (PINHEIRO, 2013) bem como o mapa da zona urbana de Pinheiro<sup>16</sup> (Figura3), com escala de 1:100, produzido pelo professor Alexandre Vitor de Lima Fonseca<sup>17</sup>, em comemoração ao aniversário de 163 anos da cidade, no qual são descritos os bairros do perímetro urbano atualizado até o ano de 2019. Importante salientar que este mapa é o *croqui* mais atualizado, embora não faça a delimitação fronteira dos bairros, descrevendo o perímetro urbano da cidade e foi elaborado a partir de iniciativa acadêmica, uma vez que o município não dispõe de um órgão específico para a confecção de seus mapas.

---

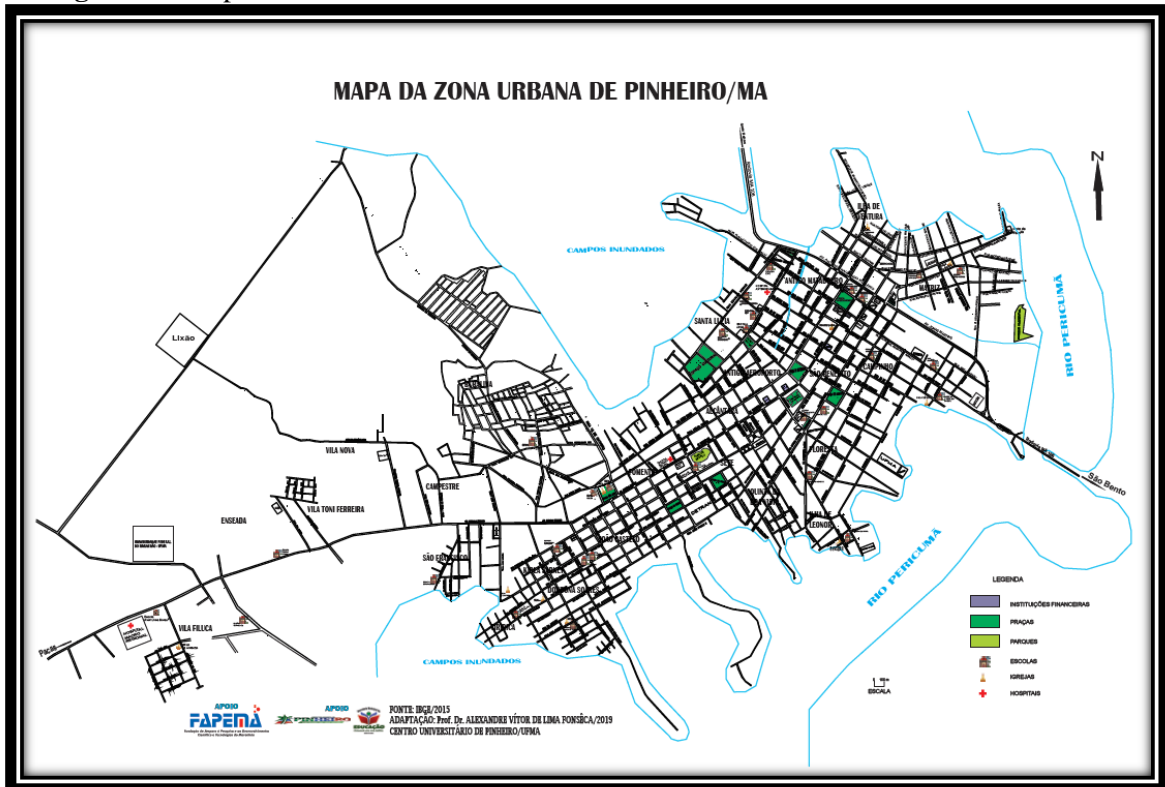
<sup>15</sup> As entrevistas e aplicações de questionários foram realizados em Pinheiro e São Luís, tendo em vista que alguns desses entrevistados têm residência permanente na capital, deslocando-se para o município objeto de pesquisa de forma esporádica.

<sup>16</sup> Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/xqg5p7xO30mPWed.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021.

<sup>17</sup> Professor do curso de Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão, campus de Pinheiro.



**Figura 3** – Mapa dos Bairros da Zona Urbana atual de Pinheiro



**Fonte:** <http://www.ufma.br/portaUFMA/arquivo/xqg5p7xO30mPWed.pdf>.

Assim, o *corpus* da pesquisa é composto de 10 topônimos de bairros da zona urbana, selecionados a partir da análise do histórico de fundação dos 33 bairros da zona urbana da sede do município: *Matriz, Campinho, Antigo Matadouro, Floresta, Alcântara, São Benedito, Fomento, Antigo Aeroporto, Bupalina e Pacas*. Para a seleção dos topônimos levamos em consideração o caminho inicial de fundação da cidade, a partir do bairro *Matriz*, seguindo do sentido Norte para o Sul, dado o processo de povoamento ter se estendido das margens do Rio Pericumã em direção às partes elevadas e com floresta da região.

A partir da análise do *corpus* da pesquisa respondemos, ao longo da nossa investigação, como se deu a dinâmica de expansão de Pinheiro e se esses 10 bairros, os mais antigos da cidade, influenciaram na constituição e toponímia contemporânea. Os dados coletados foram analisados com enfoque nos aspectos qualitativos e quantitativos: o primeiro para a identificação da motivação dos designativos, enquanto o segundo foi orientado para a análise estatística dos dados, com elaboração de quadros, gráficos e tabelas contendo os aspectos taxionômicos e morfologia dos topônimos.

Os dados coletados foram organizados em fichas lexicográfico-toponímica (Quadro 2) elaborada por Dick (2004) e adaptada por Curvelo (2009), contendo os seguintes campos: (1)

topônimo – vocábulo que identifica o nome do lugar ou acidente geográfico; (2) localização do bairro, com a descrição dos bairros fronteiriços; (3) taxonomia, identificação em taxes de natureza física ou antropocultural; (4) nota linguística, com informações sobre a estrutura morfológica do designativo; (5) nota histórica, cujas informações identificam os fatos históricos acerca do topônimo e (6) nota enciclopédica, com informações adicionais sobre o topônimo.

**Quadro 2-** Modelo da ficha lexicográfico-toponímica

<b>Topônimo</b>	
<b>Localização do bairro</b>	
<b>Taxonomia</b>	
<b>Nota linguística</b>	
<b>Nota histórica</b>	
<b>Nota enciclopédica</b>	

**Fonte:** Adaptado de Curvelo (2009, p. 70-73)

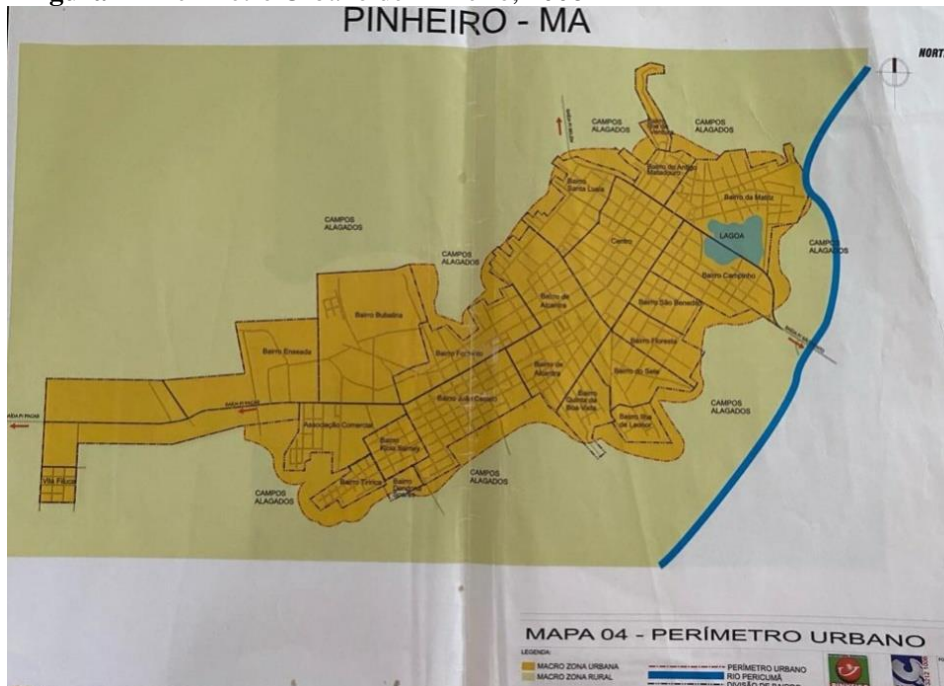
A classificação das taxes seguiu o Modelo proposto por Dick (1990), composto por 29 (vinte e nove) taxes – sendo 11 (onze) de natureza física e descrição de elementos do meio ambiente e 18 (dezoito) de natureza antropocultural, relacionadas aos aspectos sociais, histórico e ideológicos da vida dos denominadores e de sua comunidade. A partir dessa classificação, buscamos organizar as informações a fim de responder aos objetivos desta pesquisa: Quais as causas denominativas que nomeiam os primeiros bairros de Pinheiro? Quais são os fatores linguísticos que motivaram a nomeação dos bairros pinheirenses? Quais os fatores extralinguísticos que influenciaram na constituição dos nomes desses bairros? Qual a categoria toponímica retrata a denominação toponímica dos bairros pinheirenses: taxes físicas ou antropoculturais?

## 5 PINHEIRO-MA: MOTIVAÇÃO TOPONOMÁSTICA DOS NOMES DOS BAIRROS URBANOS PINHEIRENSES

A data precisa da fundação do município de Pinheiro ainda é alvo de discussões, entretanto o local de chegada é dado como certo no lugar em que mais tarde seria denominado como bairro da Matriz. Por mais de cem anos, mesmo com a elevação da Vila à categoria de cidade; o município se estendia, espacialmente, do bairro da Matriz – região mais alta – até a Praça da Família (antiga Praça do Centenário). O crescimento demográfico e espacial se intensificou a partir de 1940, com a abertura de novas estradas que comunicavam o município às cidades e povoados vizinhos.

Esse crescimento segue o traçado reto, em uma estrada que percorre toda a cidade desde a Igreja de Santo Inácio de Loyola, no bairro da Matriz até o bairro de Pacas (Figura4). Ao longo do trajeto recebe diferentes denominações: Avenida José Sarney – do Obelisco até a praça José Sarney; Avenida Getúlio Vargas – da praça José Sarney até a praça da Família; Avenida Tarquínio Lopes – da praça da Família até o hospital Nossa Senhora das Mercês; Avenida João Moreira – do hospital até a praça dos Moraes e estrada de Pacas da praça dos Moraes – no sentido sudoeste até o bairro de Pacas.

**Figura 4** – Perímetro Urbano de Pinheiro, 2008



Fonte: Arquivo de S. M.

A partir desse dado histórico – a fundação da povoação – seguindo o caminho de crescimento dessa estrada é que descrevemos a seguir os topônimos referentes aos 10 primeiros bairros surgidos na zona urbana pinheirense, caracterizados da seguinte forma: 01 Cardinotopônimo (Matriz); 01 Geomorfotopônimo (Campinho); 02 Cronotopônimos (Antigo Matadouro e Antigo Aeroporto); 01 Fitotopônimo (Floresta); 01 Corotopônimo (Alcântara); 01 Hagiotopônimo (São Benedito); 02 Sociotopônimos (Fomento e Bupalina) e 01 Zootopônimo (Pacas).

### 5.1 Matriz

Após dias de viagem, saindo de Alcântara, Inácio José Pinheiro chegou à região com seus pajens, vaqueiros e outros fazendeiros que o seguiram na missão de encontrar novas pastagens para abrigar as suas fazendas de gado, já que as paragens de Tubarão já não eram suficientes para manter os bovinos dos 18 fazendeiros que residiam ali. Viveiros (2007, p. 13) narra o momento da chegada do capitão-mor no local:

Naquela manhã, ao atingir a ponta de uma enseada, o capitão-mor Inácio José Pinheiro parou o belo cavalo baio que montava e, deslumbrado, percorreu a vista pela planície imensa que se desdobrava à sua direita e pela mata espessa que tinha muito longe à esquerda, a cuja frente se lhe afigurava a existência da superfície lisa de um lago. E então pensou: ‘Parece que descobri o que procurava, depois de tantas fadigas’ (VIVEIROS, 2007, p. 13).

Ao se estabelecer na região, o capitão-mor e sua comitiva construíram a casinha de palha em que dormiam em uma área de terra elevada e colocaram o gado para pastar, na porção leste do rio Pericumã. A palhoça foi construída onde atualmente está alicerçada a praça da Matriz, com a igreja matriz da cidade; de modo que a construção da capela foi posterior à fundação do povoado, diferente do que se observa em outras cidades maranhenses, que têm sua criação a partir da instalação de capelas católicas.

O bairro da Matriz, literalmente, lugar onde o tudo começou, onde foi implantado o núcleo habitacional de Pinheiro, foi onde: (i) funcionava a cadeia pública; (ii) sediaram a Casa da Intendência, primeira câmara de vereadores; (iii) recebia o comércio da cidade; tivemos as primeiras escolas, os primeiros estabelecimentos públicos de Pinheiro.

Durante muitos anos era muito movimentado, após esse período deixou de ser um bairro comercial e se tornou um bairro residencial. Não dá para saber a data exata da fundação do bairro, nem quando recebeu a denominação do topônimo Matriz, entretanto se nos atermos à etimologia do substantivo comum matriz, deu origem ao substantivo próprio Matriz,

referenciando o lugar em que algo se cria, tem sua gênese, tem sua *mater*, assim, podemos entender que a designação toponímica faz sentido na nomeação desse bairro, uma vez que este foi o local que serviu de base para o crescimento do povoado e de modelo para as relações comerciais e residenciais da futura cidade e município de destaque na Baixada maranhense.

O Cardinotopônimo Matriz representa não somente o local onde foi fundada a cidade, mas também uma rica área de atividades econômicas que subsidiaram a manutenção da comunidade local. Era lá, até meados de 1940, que atracavam os barcos que faziam o transporte de mercadorias e passageiros para a Capital e demais cidades que mantinham comunicação entre si, através do rio Pericumã.

**Figura 5**– Áreas que fazem divisa com Matriz



**Fonte:** Dados da pesquisa.

A Matriz foi habitada de forma pouco organizada, reflexo disso é que “as suas ruas são muito tortuosas, com vielas por todos os lados, em contraste com ruas bem traçadas e bastante largas” (ABREU, 2006, p. 26). No que se refere ao seu povoamento, se deu basicamente pela povoação das vias ao redor da praça e da capela, que acomodavam as principais instituições locais e as casas da elite. Com o esgotamento da área que circundava esse eixo e a necessidade de moradia o bairro foi ampliando e começou a fazer divisa com os recém-formados Campinho e Antigo Matadouro.

## 5.2 Campinho

Com o esgotamento dos espaços mais elevados adjacentes à praça da Matriz e construção de casas nas vielas que compunham aquele bairro, os moradores começaram a *aterrar* as margens do rio Pericumã e, a área que era conhecida como campinho, passou a designar o bairro que surgiu dessa organização estrutural. Segundo Leite (2022), o bairro

recebeu esse nome “porque tudo lá era campo, aí foram entulhando e fazendo casa, avançando pro campo”(informação verbal)<sup>18</sup>.

As águas do campo dominavam a paisagem durante o período chuvoso, transformando a única praça da vila em porto de embarque de barcos que chegavam ali. O igarapé por onde as canoas chegavam, formava um campinho, dando origem ao Geomorfotopônimo Campinho. Mendes (2022) relata que o “Campinho era um bairro muito bom de água, ao contrário da Matriz, que é o bairro mais alto de Pinheiro e que não é bom de água”(informação verbal)<sup>19</sup>.

**Figura 6** – Áreas que fazem divisa com Campinho



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Por conta da fartura de águas, esse bairro “[...] hoje está ligado com o bairro da Matriz, por uma barragem”, construída em 1948 no mandato do prefeito Dedeco Mendes, tornando-se, assim, o bairro mais comercial da cidade (GOMES, 2004, p. 128). Geograficamente, o bairro Campinho está localizado a sudoeste do rio Pericumã, está conectado aos bairros Matriz, São Benedito e Antigo Matadouro. É, também, a partir do bairro Campinho que a cidade se comunica com os municípios que a ligam até o Terminal do Cujupe e à capital do Estado.

### 5.3 Matadouro >Antigo Matadouro

Desde a chegada do capitão-mor Inácio José Pinheiro às paragens do Pericumã, a comunidade começou a organizar-se a fim de ter as suas necessidades básicas atendidas, sendo a alimentação uma das grandes preocupações dos moradores desde a fundação até a elevação da vila à categoria de cidade. A oferta de alimentos dependia das estações climáticas, no período de estiagem, que se estendia de julho a dezembro, havia fartura de peixes (piabas, jejús, traíras, jandiás, cabeça gorda, bagre, piranha, muçum) que abasteciam a

<sup>18</sup>Entrevista concedida à pesquisadora por G. L., em São Luís (MA), em 24 de fevereiro de 2022.

<sup>19</sup>Entrevista concedida à pesquisadora por S. M., em São Luís (MA), em 25 de fevereiro de 2022.

mesa das famílias, contudo, no período chuvoso a realidade era outra bem diferente e desafiadora.

No inverno pinheirense havia escassez de peixes nas águas do campo e era preciso solucionar tal problema, para tanto, foi construído, no início do século XX (1905), o Mercado Público Municipal, pelo então Intendente Coronal José Anastácio de Araújo e Souza. O mercado precisava de um matadouro para abastecê-lo e com isso construíram um matadouro com curral, casa, na rua Major José Gomes e durante muitos anos parte dos moradores exerciam atividades ligadas ao matadouro, sendo apelidados de *limpa fato* (GOMES, 2004).

**Figura 7** – Áreas que fazem divisa com Antigo Matadouro



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Com a chegada de novos moradores e construção de moradias no entorno do abatedouro, a vizinhança passou a reclamar do mau cheiro, do excesso de urubus e de dejetos descartados após o abate das rezes. O poder público municipal adquiriu um lote afastado de casas e construiu um novo matadouro, em 1983, para abastecer a feira municipal e açougues locais, entretanto, em referência ao local, o bairro ficou conhecido com o Cronotopônimo Antigo<sup>20</sup> Matadouro, topônimo reconhecido pela população pinheirense atualmente, em detrimento da denominação bairro Santa Terezinha que atribuíram ao bairro em homenagem à Santa Terezinha, santa para a qual construíram uma Igreja no local.

O Hagiotopônimo Santa Terezinha não é evidenciado na nossa pesquisa, pois não encontramos outras referências a ele –além das menções feitas por Gomes (2004) e no relato de Mendes (2022) – em documentos, livros, leis, jornal ou em relatos dos demais informantes; sendo preferível adotarmos o Cronotopônimo Antigo Matadouro que é o topônimo reconhecido pela população e pelos órgãos públicos locais consultados e, evidentemente, a referência toponímica mais antiga encontrada.

<sup>20</sup> Os Cronotopônimos Antigo Matadouro e Antigo Aeroporto sofreram alterações toponímicas, como poderíamos supor – ambos eram Sociotopônimos, Matadouro e Aeroporto, respectivamente, pois ao acrescentarem o adjetivo *antigo* mantém a significação original ao mesmo tempo que localiza o topônimo em outro contexto social e histórico.

#### 5.4 Aeroporto >Antigo Aeroporto

O Cronotopônimo Antigo Aeroporto também remonta a um estabelecimento fundado ainda no início do século XX, na Princesa da Baixada. O bairro surgiu no local em que funcionava o primeiro aeroporto da cidade, seguindo o traçado da pista de pouso e decolagem, em um percurso que começa na Barragem da Justina e termina na rua que é transversal ao hospital regional Doutor Antenor Abreu. Toda a rua era a pista do aeroporto.

Depois que transferiram o aeroporto para a Ponta de Santana, para o outro lado da barragem da Justina, a Prefeitura começou a lotear e vender para os interessados as terras do aeroporto, dessa forma, os proprietários dos lotes foram construindo casas e surgiu o bairro do Aeroporto, topônimo formado do substantivo *aeroporto*+ adjetivo *antigo*, indicar que ali já houve um empreendimento para pouso e decolagem de aeronaves.

#### 5.5 Alcântara

A maior parte dos moradores do povoamento inicial de Pinheiro, vieram do município de Alcântara, sendo o seu fundador, o capitão-mor uma importante personalidade da sociedade alcantareense do final do século XVIII. Carregados de saudosismo e com o orgulho de pertencer à segunda cidade mais importante da Capitania, os moradores que vieram anos depois da chegada do fazendeiro e seus companheiros ao bairro da Matriz, fundaram o bairro Alcântara, conforme relata Leite (2022):

o bairro de Alcântara não foi criado pelo colonizador, foi criado depois. Eu acredito que alguma dessas pessoas que vieram de lá e se estabeleceram na área foi que deu origem ao nome; uma homenagem à cidade de onde veio. Deve ter sido uma pessoa politicamente influente. Eu conheci o bairro de Alcântara da Praça do Centenário até o Fomento(informação verbal)<sup>21</sup>.

Importante salientar que não há uma data definida e nem documento que confirme a criação do bairro, contudo sabe-se que este teve uma importância muito grande ao longo da história de Pinheiro. Alvim (2011, p. 89) relata que até a década de 1940, mesmo alguns já tendo se passado da sua elevação à categoria de cidade, a “área urbana não ia além do bairro de Alcântara”, ou seja, Pinheiro ainda tinha poucos moradores vivendo na área urbana.

Tudo indica que o Corotopônimo Alcântara tenha sido adotado pelos portugueses como forma de reaproximar as suas novas vidas do apogeu da sociedade alcantareense e destacar-se dos demais moradores, pois indicava que vinham da principal sede da aristocracia

---

<sup>21</sup>Entrevista concedida à pesquisadora por G. L., em São Luís (MA), em 24 de fevereiro de 2022.



rural maranhense. Outrossim, essa cidade foi muito importante não somente como origem dos fundadores e moradores desta, mas como mercado consumidor dos produtos pinheirenses. Segundo Gomes (2004), a primeira exportação local se deu para o município alcantareense, com o envio de gado criado nas paragens do Pericumã para serem abatidos e comercializados para os moradores daquela.

**Figura 8** – Áreas que fazem divisa com Alcântara



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Assim, na microtoponímia pinheirense, o Corotopônimo Alcântara tem a função de homenagear a cidade dos fundadores e, ao mesmo tempo, manter os laços fraternos que os uniam aos moradores que partiram da cidade de Alcântara para estabelecer-se e gerar riquezas na região da Baixada Maranhense.

## 5.6 Toma Fresco > Floresta

O Fitotopônimo Floresta foi atribuído ao antigo *Toma Fresco*, uma área na beira do campo e mais elevada em relação ao bairro Campinho. Foi formado a partir da chegada das pessoas que vieram dos povoados Gama, Palestina e demais comunidades desse entorno que começaram a vir para a cidade, em busca de emprego e trazendo seus filhos para estudar nas escolas da cidade, já que nesses locais não tinham escolas para que os jovens concluíssem a formação dos ensinos fundamental e secundário.

O bairro Floresta se destacou localmente pela produção de ladrilhos polidos do tipo mosaico, em uma olaria construída pelo Doutor Elisabetho Barbosa de Carvalho e o poeta Clodoaldo de Carvalho<sup>22</sup>. Ambos se revezavam na tarefa de fiscalizar a produção, com a

<sup>22</sup>Não identificamos em documentos e outras publicações a que tivemos acesso o nome e nem a data de fundação da referida olaria; contudo, chegamos à conclusão que a mesma foi construída entre os anos de 1920, data da chegada do Dr. Elisabetho Barbosa de Carvalho à Vila de Pinheiro, e 1930, ano de nascimento do ex-presidente da República José Sarney, tendo em vista que os ladrilhos do tipo mosaico, fabricados pela olaria, compunham o piso da casa em que este nasceu, conforme descrição de Gomes (2004).

intenção de desfrutar do clima ameno das tardes de verão, na beira do campo; surgindo daí o apelido de *Toma Fresco*.

Por muitos anos, o local foi conhecido pelos moradores e populares pela designação toponomástica *Toma Fresco*, mas com a chegada da segunda leva de sacerdotes da ordem Missionários do Sagrado Coração de Jesus na cidade, em 1961, veio junto o jovem padre Luigi Riso. Este sacerdote tinha por hábito jogar futebol com os demais jovens da cidade e aos finais do dia era comum, vê-lo nadando nas águas da Faveira – região diante do Toma Fresco, bairro renomeado pelo clérigo como Floresta. Segundo Gomes (2004) a população aceitou a nova denominação e atualmente este segue como topônimo oficial do bairro.

**Figura 9** – Áreas que fazem divisa com Floresta



**Fonte:** Dados da pesquisa.

A alteração toponímica que este bairro sofreu foi da ordem de mudança de taxa de natureza antropológica para taxa de natureza física; em um processo inverso em que a dinâmica de uma atividade social que caracterizou o nome do local foi substituído em detrimento de um elemento da flora que compunha as margens do rio Pericumã, as palmeiras e cujo aglomerado de árvores se assemelha a uma floresta. Embora não se tenham evidências acerca da motivação da troca de designativos, é preciso salientar que a palavra “fresco” pode ser usada com sentido pejorativo em algumas regiões da Baixada Maranhense, fator que pode ter sido decisivo para a decisão do clérigo em mudar o nome do local ao qual seus moradores seriam associados.

## 5.7 São Benedito

O Hagiotopônimo São Benedito surgiu a partir da igreja de São Benedito, entretanto, originalmente a igreja era destinada à Nossa Senhora dos Remédios, por conta da devoção de dona Fausta Soares Barbosa de Carvalho, esposa do Doutor Elisabetho Barbosa de Carvalho, que fez quermesses, movimentos para angariar os recursos necessários para a construção da

capela; entretanto com a sua morte prematura, a obra ficou inacabada e anos depois foi refeita, porém a capela foi dedicada a São Benedito.

Importante destacar que a própria praça em que está assentada a capela de São Benedito é cercada de história, uma vez que ali, naquele terreno, havia funcionado em anos anteriores o antigo cemitério de Pinheiro. Leite (2022) afirma que essa informação é verídica, “tanto é que quando começaram a cavar encontraram vários cadáveres, esqueletos”(informação verbal)<sup>23</sup>. A igreja dedicada a São Benedito e que viria a dar origem ao bairro é uma evidência formal da participação dos negros na sociedade pinheirense, reconhecendo a tradição cultural e religiosa que veio com eles para o território local.

Originalmente dedicada a outra santa, a igreja foi reconstruída e passou a ser palco das festividades dedicadas a São Benedito que anteriormente aconteciam no largo da praça da Matriz, essa mudança aconteceu com a chegada dos Missionários do Sagrado Coração de Jesus e instalação da prelazia em 1946; pois os mesmos não viam com bons olhos a manifestação das práticas vinculadas à tradição de matriz africana durante os devocionários local.

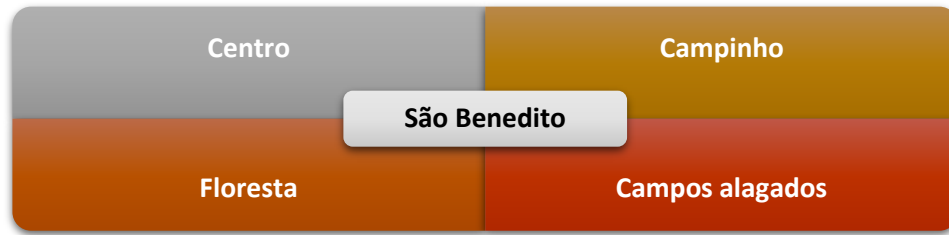
Araújo (2015, p. 149) destaca que os padres italianos entraram em choque com as práticas populares locais, pois eles “[...] possuíam um perfil diferenciado e eram reconhecidos como portadores de uma religiosidade mais espiritualizada. Estavam como que separados de muitos dos costumes da terra, em particular de práticas do catolicismo menos ortodoxo”. Contudo, a tentativa de apagar os costumes já “[...] enraizados nos costumes do povo (ladainhas, procissões, rezas, novenas, as festas do Divino Espírito Santo, os tambores de São Benedito, etc.)” não agradou a população e os padres mantiveram algumas tradições herdadas dos primeiros moradores (LEITE, 1996 apud ARAÚJO, 2015, p. 149).

Para tanto, deslocaram os festejos de São Benedito – santo de devoção dos negros que foram trazidos para Pinheiro; cujo nome remete aos quilombos formados nos arredores do município e que deram origem às povoações de onde vieram muitos moradores que ocuparam as áreas periféricas da zona urbana. Assim, os fiéis poderiam manter a religiosidade de acordo com os preceitos da igreja católica; sem desvincular-se das raízes dos afrodescendentes, que estavam entrelaçados na sua ancestralidade.

---

<sup>23</sup>Entrevista concedida à pesquisadora por G. L., em São Luís (MA), em 24 de fevereiro de 2022.

**Figura 10** – Áreas que fazem divisa com São Benedito



**Fonte:** Dados da pesquisa.

O Hagiotopônimo São Benedito atesta o resgate/preservação da cultura afrodescendente, ao manter um nome de um santo negro de grande devoção entre as comunidades quilombolas e, também, presente nas religiões de matriz africana; além de representar um marco para a população local, uma vez que a Igreja Católica foi obrigada a reconhecer a importância dos ritos africanos para a comunidade pinheirense – embora, tenha restringido os tambores de crioula, os batuques e as caixas para a zona mais periférica do perímetro urbano.

Ainda hoje, a motivação toponímica continua a mesma, pois a igreja construída em homenagem a São Benedito continua a receber anualmente os fiéis devotos do santo, no mesmo local que deu origem ao Hagiotopônimo São Benedito. Ressaltamos ainda, que a não alteração toponímica atesta a resistência dos pretos e um, nas escassas contribuições toponímicas do/no nosso Estado.

### **5.8 Posto Agropecuário de Pinheiro-PAP > Fomento Agrícola de Pinheiro > Fomento**

O desenvolvimento comercial de Pinheiro se deu de forma significativa a partir da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Até então a economia da Vila, na primeira metade do século XX, era voltada para a agricultura de subsistência, extração e beneficiamento do babaçu; mas a partir desse período o comércio foi aberto para a exportação de grandes quantidades de amêndoas e os subprodutos do babaçu, tornando o produto pinheirense muito valorizado no mercado de exportação.

No que tange à agropecuária, o município não estava aquém das demais localidades do estado, ocupando o 3º lugar na criação de equinos; 9º na de suínos; 12º em bovinos; 16º em ovinos e 22º nas criações de asininos e muares, em censo nacional de 1920 (ABREU, 2006). Entretanto, os donos desses animais sentiam a necessidade de melhorar a qualidade dos animais criados e ansiavam pelo aumento da produtividade agropecuária.

A partir desse desejo, o então Deputado Federal Elisabetho Carvalho de Babosa apresentou um projeto à Câmara dos Deputados, em 1948, solicitando a criação do Posto Agropecuário de Pinheiro (PAP). O posto foi criado em 1956, pelo governo estadual, situado em uma extensa área na porção mais ao sul da cidade. A intenção do projeto era melhorar a genética dos animais de Pinheiro. Com esse projeto, o rebanho local ganhou destaque entre os demais pecuaristas da Baixada, regiões Nordeste e Norte, sendo o município sede da primeira exposição de gado em 1956, em homenagem ao centenário do município.

**Figura 11** – Áreas que fazem divisa com Fomento



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Popularmente, o PAP ficou conhecido como Fomento Agrícola de Pinheiro e funcionou por aproximadamente 15 anos. O Sociotopônimo Fomento, que indica o *começo*, foi fundado pelo comerciante Edgar Carneiro; grande comerciante da cidade, que movimentava a economia local e era muito respeitado pelos populares. Contudo, com a extinção do Fomento Agrícola, o governador João Castelo doou toda a área da Instituição, que era muito grande, para fazer os bairros (de) João Castelo e Kiola Sarney, a partir daí, começou o desmembramento oficial do Sociotopônimo Fomento e crescimento para a região mais interna da península, configurando-se da seguinte forma o processo toponomástico: Posto Agropecuário de Pinheiro-PAP > Fomento Agrícola de Pinheiro > Fomento.

### 5.9 Fazenda Bupalina>Bupalina

Embora as atividades do PAP não tenham gerado o crescimento esperado para a criação e melhoria dos rebanhos da região, o governo estadual persistiu na ideia de crescimento econômico através da pecuária e voltou-se para a introdução de bubalinos na região dos campos alagados da Baixada Maranhense. A partir da avaliação das condições geográficas, ecológicas e de sustentabilidade dos rebanhos de búfalos, o governo de Newton Bello criou, no início dos anos 60, uma Fazenda Experimental de Bubalinos ligada à

Secretaria Estadual de Agricultura do município de Pinheiro (GERUDE NETO; PEREIRA; MOURA; MIRANDA, 2022).

A fazenda era popularmente chamada Bupalina pelos moradores da redondeza. Com o declínio das atividades oficiais no local, a mesma foi desativada e as terras foram sendo povoadas irregularmente por moradores que vinham de povoados mais afastados da sede do município. O declínio das atividades da Fazenda Experimental de Bupalinos aconteceu entre os anos de 1990 e 2004, quando a criação de bupalinos em campo foi proibida, uma vez que prejudicava seriamente o ecossistema, gerando atrito com os moradores locais, pescadores e demais pessoas que dependiam das águas do campo para desenvolverem suas atividades econômicas e de subsistência.

**Figura 12** – Áreas que fazem divisa com Bupalina



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Embora já tenham se passado quase vinte anos do encerramento das atividades, a fazenda deu origem a um bairro populoso e que a cada dia chegam mais pessoas dispostas a conquistar sua moradia, seja de forma irregular ou através da aquisição de imóveis financiados pelos projetos do governo federal. Leite (2022) resume muito bem o que foi a fazenda:

A Bupalina foi anterior à Ditadura e começou com o financiamento da compra de búfalos de Marajó pelo Governo para os fazendeiros, a juros baixos. Quando Cafeteira foi governador do estado, começaram as denúncias de problemas com os búfalos e, então, proibiu a criação de búfalos em áreas abertas. Como era facilidade de comprar, o governo financiava, muitos fazendeiros venderam os gados comuns para comprarem búfalo; aí veio o governo e proibiu a criação, como resultado, Pinheiro não se tornou um grande produtor de gado que poderia ter evoluído para isso (informação verbal)<sup>24</sup>.

Assim, as atividades desenvolvidas inicialmente pelos órgãos públicos municipal, estadual e com financiamento federal deram origem aos Sociotopônimos Fomento e Bupalina, em referência aos animais de pecuária, que a princípio representaram esperança de grande crescimento econômico para a região; mas que com o passar dos anos se mostraram problemas social, ambiental e político sérios, além de implicar no fracasso em tornar o

<sup>24</sup>Entrevista concedida à pesquisadora por G. L., em São Luís (MA), em 24 de fevereiro de 2022.

Município em referência na criação de gado de corte, caprinos, suínos, equinos e bubalinos na Baixada Maranhense, reforçando a máxima “Pinheiro é a terra do já teve, teve tudo e não tem nada”.

### **5.10 Rio das Pacas> Pacas**

Quando a povoação de Pinheiro foi elevada à categoria de vila, na segunda metade do século XIX, em 1856, havia alguns povoados que se destacavam economicamente e em número de moradores na sua zona rural, dentre os quais: Ribeirão, Macapazinho, Pau Furado, Três Furos, Galiza e Pacas. Este último era o mais próximo da sede e no ano em que Pinheiro foi declarado vila, “[...] o povoado de Pacas já era uma localidade digna de registro, com 40 casas, 01 comércio, 01 escola particular de alfabetização, 01 oratório e 01 oficina de prestação de serviço. Já era ligada à Vila por uma estrada carroçável” (GOMES, 2004, p. 137).

Desde a colonização de Pinheiro, o Zootopônimo Pacas é referenciado em importantes passagens da história econômica, política e social do município: o povoado foi moradia de grandes comerciantes de aviamentos em geral; posto de compra e venda de amêndoas e subprodutos do babaçu; trânsito de informações e deslocamento de moradores entre os povoados mais ao sul e a sede desde o período de povoado até a elevação à categoria de cidade. Gomes (2004, p. 137) nos informa que

o povoado, no passado, tinha um engenho para o fabrico de açúcar mulatinho e aguardente de cana e também a primeira fábrica para beneficiamento do arroz e algodão na zona rural do município. O principal logradouro público, ou seja, a praça, foi um canavial do Sr. Januário Constâncio Dias, que hoje tem seu nome.

Por ter essa posição geográfica e econômica privilegiada, o então povoado foi escolhido para ser a sede do Centro Agrícola em 1924, mas os esforços foram em vão, uma vez que o governo federal não atendeu as expectativas da cidade recém instituída (VIVEIROS, 2007). Pacas manteve-se pacato e com rotina interiorana até o início dos anos de 1990 a 2000, quando o Município começou a expandir-se para a direção sul; pois já não havia mais área a ser habitada nas proximidades dos primeiros bairros.

Mas foi apenas com a Lei Municipal nº. 2718/2017 que o povoado foi oficialmente reconhecido como bairro da zona urbana de Pinheiro, passando a integrar o perímetro urbano do município enquanto bairro; mantendo de forma oficial o Zootopônimo Pacas, que remete à origem do nome do então povoado. Segundo Gomes (2004) o nome Pacas nasceu de um rio nas localidades.

Para este mesmo autor, nas cabeceiras deste rio existia “[...] abundância de caça de carne saborosa, que se chama paca. Os caçadores, nas suas caçadas, forçavam o animal a correr para o rio, que com o decorrer dos tempos recebeu a denominação de Rio das Pacas, ligando seu nome às primeiras casas que formavam um aglomerado” (GOMES, 2004. p. 137).

**Figura 13** – Áreas que fazem divisa com Pacas



**Fonte:** Dados da pesquisa.

A partir do que informamos, podemos perceber que o Zootopônimo Pacas surgiu de forma espontânea e tem sua motivação toponomástica em um aspecto natural da área ocupada, a presença do animal que servia de base para as atividades de caça dos primeiros moradores da área, tornando assim esse roedor uma espécie de referência toponímica para o povoado, que mais tarde viria a se tornar importante bairro da zona urbana do município.



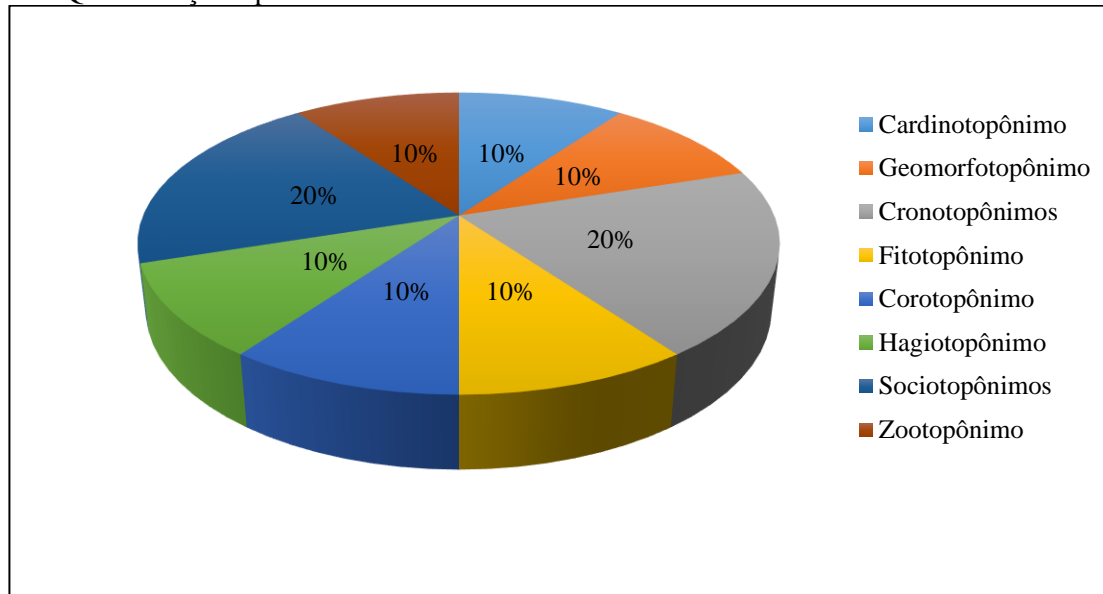
## 6 BAIROS URBANOS DE PINHEIRO/MA E SUAS MOTIVAÇÕES TOPONOMÁSTICAS

A partir da análise dos 10 topônimos que formam o conjunto histórico dos primeiros bairros criados na zona urbana de Pinheiro, identificamos 04 de natureza física e 06 de natureza antropocultural. Isso nos mostra que o nomeador memorizou em 40% dos topônimos, a (i) presença dos elementos naturais e físicos na sua colonização, como o local de chegada e estabelecimento da primeira edificação e expansão da povoação (Matriz); (ii) a geomorfologia dos campos alagados, muito característicos de Pinheiro (Campinho); (iii) a vegetação densa formada pelas palmeiras de babaçu e juçaral que davam aspecto de floresta às margens do rio Pericumã (Floresta); (iv) e aos animais que integravam/integram o conjunto de caça dos primeiros moradores (Pacas).

Em contrapartida, o nomeador memorizou 60% dos nomes dos bairros urbanos pinheirenses, aspectos de natureza antropocultural: (i) nas atividades profissionais e antigos locais de trabalho da comunidade local, bem como o local de encontro dos pinheirenses que compunham a comunidade pecuarista da região da Baixada maranhense, eternizadas nos topônimos locais (Fomento e Bupalina); (ii) na homenagem ao local de onde vieram os colonizadores (Alcântara); (iii) na presença da religiosidade, neste caso representando o sincretismo religioso católico e a herança das matrizes africanas (São Benedito); (iv) e na indicação cronológica referente a locais importantes para a história da cidade (Antigo Matadouro e Antigo Aeroporto).

Assim, a quantificação e a porcentagem dos 04 topônimos de natureza física (Cardinotopônimo, 10%; Geomorfotopônimo, 10%; Fitotopônimo, 10%; e Zootopônimo, 10%) e dos 06 de natureza antropocultural (2 Cronotopônimos, 20%; 1 Corotopônimo, 10%; 1 Hagiotopônimo, 10%; e 2 Sociotopônimos, 20%) que caracterizam os primeiros bairros da zona urbana de Pinheiro, pode ser observada no gráfico a seguir.

**Gráfico 1** – Quantificação e percentual dos taxes dos bairros analisados



**Fonte:** Dados da pesquisa.

A motivação dos topônimos dos primeiros bairros da zona urbana pinheirense está diretamente relacionada aos aspectos da vida dos habitantes que chegaram para colonizar o povoado. A própria chegada da primeira grande figura histórica à região, o capitão-mor Inácio José Pinheiro, já enseja na nomeação do primeiro bairro local que se tem notícia; indicando o ponto em que a povoação se iniciou, a partir do qual os outros se originaram, tornando Matriz a pedra basilar para a sua fundação e crescimento.

A própria escolha do *onoma* Matriz – um elemento de natura física e representando os aspectos geográficos – que foi mantido ao longo de quase dois séculos de fundação pela população, indica uma tendência à escolha de nomes de forma espontânea, com a única prerrogativa de atender o gosto popular e que à medida que o tempo vai passando acaba se consolidando como denominação toponímica do local, conforme salienta Dick (1992).

Outros topônimos de natureza física remetem à formação geográfica típica da cidade, cujas planícies são cercadas por campos alagados que definiam a dinâmica das pessoas que moravam ali, às juçareiras que caracterizavam as margens do rio Pericumã e proviam alimento farto para todos, seguindo o mesmo entendimento, a escolha de um *onoma* de origem animal, cuja importância remete à sobrevivência dos primeiros moradores dos povoados adjacentes à sede indicam a proximidade que os homens têm com os elementos da natureza e que se refletem na denominação dos lugares em que vivem (Rio das Pacas > Pacas).

Por outro lado, a predominância de denominadores ligados às atividades antropoculturais refletem, a necessidade de inclusão de práticas culturais, políticas,

ideológicas e religiosas na denominação dos lugares que o cercam. Ao nomear com o Hagiotopônimo São Benedito, por exemplo, o denominador evocou a sua religiosidade de matriz africana e, ao mesmo tempo, buscou se adequar aos preceitos católicos do colonizador. Dick (1990, p. 311) afirma que “a razão de ser dessa toponímia de origem religiosa encontra no homem, ou no denominador, a sua expressividade, objetiva e concreta”, sendo assim, um “legítimo produto de uma mentalidade de época”.

Atividades cotidianas e de funcionamento da comunidade pinheirense inspiraram a criação de quatro nomes de bairros – os Cronotopônimos Antigo Matadouro e Antigo Aeroporto e os Sociotopônimos Fomento e Bubalina, confirmando a teoria defendida por Seabra (2006) segundo a qual “o topônimo e o antropônimo são, pois, entidades que vão além da expressão linguística e envolvem, obrigatoriamente, os referentes que destacam”, ou seja, a função simbólica ou referencial de um topônimo está diretamente relacionada à vinculação do significado que denominador atribui ou que este representa para determinado lugar.

Seguindo essa lógica, a escolha do Corotopônimo Alcântara para designar um dos bairros da recém-formada povoação, remete à ideia de resgate de sua história, que se torna referente para a designação onomástica dos lugares a serem colonizados pelos moradores recém chegados. Seabra (2006), por sua vez, nos indica que esse processo é inerente ao ato de nomear lugares e coisas, uma vez que ao fazê-lo preserva a informação sobre o lugar que dá nome e, com isso, rememora as suas próprias origens.

Por outro lado, diferente do observado por Dick (1990) percebe-se uma inexistência de topônimos oriundos de nomes próprios de pessoas (estudados pela Antroponímia) na denominação dos primeiros bairros urbanos da cidade – algo comum na toponímia de colonização brasileira. Esse fenômeno que só vai ocorrer com a criação dos bairros mais recentes e que precisam ser analisados à luz dos acontecimentos históricos e políticos modernos, para que se possa traçar com clareza a motivação por trás dessas nomeações.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, intitulada *Pinheiro-MA: motivação toponomástica dos nomes dos bairros urbanos pinheirenses*, foi composta por seis capítulos. O primeiro consistiu na Introdução, em que fizemos a abordagem geral do tema, com a delimitação e exposição dos questionamentos a serem respondidos a partir da investigação; neste capítulo, também, justificamos a escolha da pesquisa.

O segundo capítulo foi dedicado aos princípios teóricos da Toponímica e as relações que estabelecem com outras ciências; além de conceitualizá-los enquanto signo toponímico, diferenciando-os dos signos linguísticos e suas particularidades, tais como sua estrutura, classificação léxico-semântica e as taxas de natureza física e antropocultural que auxiliaram na análise da motivação dos topônimos que constituem o *corpus* deste trabalho. Ainda, fizemos uma revisão dos trabalhos sobre a Toponímia no mundo, no Brasil e no Maranhão; fazendo, também, o levantamento das produções em dissertações e teses nos cursos de pós-graduações brasileiras.

No terceiro capítulo, nos dedicamos a trazer um panorama do histórico da cidade de Pinheiro, desde a chegada do capitão-mor Inácio José Pinheiro até o contexto de meados do século XX, a fim de compreender como se deu a sua fundação e os acontecimentos políticos, culturais e históricos que influenciaram a escolha dos nomes destes primeiros bairros. A seguir, no quarto capítulo detalhamos os procedimentos metodológicos utilizados para a coleta de dados e delimitação do *corpus* desta pesquisa. Neste sentido, fizemos a escolha da abordagem qualitativa, com a análise dos fatores próprios da estrutura lexical da língua (linguísticos) e extralinguísticos (das áreas de conhecimento), decisivos na nomeação e manutenção dos topônimos estudados.

Optamos, em nossa metodologia, pela coleta de dados através da pesquisa de campo, pois nos proporcionou coletar as informações diretamente/na interação com entrevistado/informante que morava no bairro ou que conhecia os motivos da nomeação toponímica do lugar. Outrossim, esta escolha se mostrou relevante, pois tínhamos muito pouco, quase nada ou nada sobre os topônimos em questão, daí a importância de aplicarmos entrevistas para coletarmos os dados diretamente na fonte e gerarmos, com nossa pesquisa, material bibliográfico que se tornará referência de consulta/pesquisas linguísticas sobre a toponímia urbana de Pinheiro.

Na pesquisa de campo, usamos como instrumento de coleta e armazenamento das informações, uma entrevista pautada em perguntas, dessa forma, pudemos explorar tanto os

motivos da nomeação da localidade quanto os fatores culturais, históricos, sociais, geográficos, políticos que influenciaram nessa nomeação. Somada à pesquisa de campo, também usamos a bibliográfica, feita em livros, teses, dissertações e artigos científicos para complementarmos nossos dados de análise e, evidentemente, vemos a visão que têm outros pesquisadores, de outras áreas sobre os lugares e a importância social de seu nome/topônimo.

Após a descrição dos procedimentos metodológicos, prosseguimos com a exposição e análise dos resultados no quinto capítulo; no qual identificamos os 10 topônimos analisados, sendo 04 de natureza física e 06 de natureza antropocultural. Os primeiros, representados pelos Cardinotopônimos, marcando o local de chegada e estabelecimento da primeira edificação e expansão da povoação (Matriz); Geomorfotopônimos, caracterizando a geomorfologia dos campos alagados (Campinho); Fitotopônimos, representando a vegetação densa formada pelas palmeiras de babaçu e juçaral que davam aspecto de floresta às margens do rio Pericumã (Floresta) e Zootopônimos, relativo aos animais que integravam o conjunto de caça dos primeiros moradores (Pacas).

Já os de natureza antropocultural, foram distribuídos em: Cronotopônimos, tendo como destaque as atividades profissionais e antigos locais de trabalho da comunidade local, bem como o local de encontro dos pinheirenses que compunham a comunidade pecuarista da região da Baixada maranhense, eternizadas nos topônimos locais (Fomento e Bubalina); Corotopônimos, em homenagem ao local de onde vieram os colonizadores (Alcântara); Hagiotopônimos, para marcar a presença da religiosidade, neste caso representando o sincretismo religioso católico e a herança das matrizes africanas (São Benedito) e os Sociotopônimos, com a indicação cronológica referente a locais importantes para a história da cidade (Antigo Matadouro e Antigo Aeroporto).

A povoação dos 10 bairros descritos se deu de forma espontânea, marcando a chegada dos colonizadores e o local em que se estabeleceram, tomando como base a formação geográfica e disponibilidade de pastos para a criação da fazenda de gado de corte, Matriz; com a posterior ocupação de áreas ao redor deste primeiro local de estabelecimento populacional. Essa distribuição levou em consideração a distribuição dos recursos vegetais, Floresta, e de água, como no Campinho e as atividades econômicas, como o abate de bovinos na então vila, Matadouro; este recebendo o adjetivo Antigo para indicar a relação cronológica com o atual matadouro da cidade.

Além desses, identificamos o saudosismo e ligação dos colonizadores e primeiros moradores a chegar na povoação, com a transposição do nome do local de origem daqueles, Alcântara; a representação da religiosidade, com a representação do catolicismo e das

religiões de matrizes africanas em relação de sincretismo, São Benedito; bem como a chegada de novos investimentos e prosperidade da economia e transporte local, Fomento e Antigo Aeroporto, respectivamente.

Ainda, a zoologia esteve presente na denominação dos bairros urbanos local, com homenagem a um grande destaque da pecuária da Baixada Maranhense, a bubalino cultura; que representou não apenas o crescimento dos rebanhos locais, mas o desejo de ascensão pecuária e econômica no cenário nacional, Bubalina. Por outro lado, temos a busca da sobrevivência dos moradores a partir da atividade de caça; indicando a dependência que os primeiros moradores tinham da natureza e dos recursos animais e vegetais da região, Pacas.

Assim, evidenciamos que os topônimos são testemunhos históricos dos fatos e representam fidedignamente os diferentes aspectos dos diversos momentos da vida de uma comunidade, por isso, transpassam a sua função no ato de nomear. É a partir dos topônimos que podemos conhecer a realidade social, política e geográfica de uma sociedade. Nesse sentido, os topônimos analisados nesta pesquisa nos contam um pouco da histórica, sociedade e relações estabelecidas ao longo da história, desde a chegada do colonizador alcantareense, o capitão-mor Inácio José Pinheiro, até os dias atuais.

Com a certeza de não se ter esgotado o assunto, este trabalho configura-se como uma pesquisa onomástica de caráter léxico-linguístico sobre a cidade de Pinheiro. Atualmente, o perímetro urbano conta com 33 bairros; com isso, percebe-se que ainda há muita possibilidade de estudos desta natureza. Espera-se, assim, que esta dissertação sobre a toponímia dos primeiros bairros da zona urbana pinheirense venha somar-se aos demais trabalhos sobre a temática, contribuindo assim, com os estudos da Onomástica maranhense, da língua(gem) portuguesa e como os aspectos históricos, culturais e sociais influenciam na denominação dos nomes dos lugares na Toponímia brasileira.

## REFERÊNCIAS

- ABRALIN. **A pesquisa toponímica no Brasil**: estudos contemporâneos. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=8YcU-obkeuc&ab\\_channel=Abralin](https://www.youtube.com/watch?v=8YcU-obkeuc&ab_channel=Abralin). Acesso em: 28 maio 2022.
- ABREU, Josias. **Coisas de Antanho**. São Luís: Academia Pinheirense de Letras, Artes e Ciências, 2006.
- ALVIM, Aymoré de Castro. **O Lugar do Pinheiro**: recontando a história. São Luís: 360 Graus Gráfica Editora, 2016.
- \_\_\_\_\_. **Contos e crônicas de um pinheirense**. São Luís: [s.n.], 2011.
- \_\_\_\_\_. **Pinheiro em foco**. São Luís: [s.n.], 2006.
- ANANIAS, Anna Carolina Chierotti dos Santos; TAVARES, Marilze. Pesquisas em toponímia no Brasil: trabalhos produzidos na pós-graduação *stricto sensu*. **Acta Scientiarum. Language and Culture**, Maringá, v. 44, e53282, 2022.
- ANDRADE, Karylleila Santos. Os nomes de lugares em rede: um estudo com foco na interdisciplinaridade. **Domínio de lingu@gem**: Revista Eletrônica de Linguística, Uberlândia, v. 6, n. 1, p. 205-225, 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/14557/9599>. Acesso em: 21 abr. 2021.
- ANDRADE, Karylleila Santos; DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A interdisciplinaridade no contexto da toponímia: reflexões iniciais de uma proposta aplicada ao ensino. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. **Ciências do léxico**. Campo Grande: UFMS, 2012. v. 6, p. 193-207.
- ARAÚJO, Raimundo Inácio Souza. **O reino do encruzo**: práticas de pajelança e outras histórias do município de Pinheiro – MA (1946-1988). 2015. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.
- ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. **De caboclos a bem-te-vis**: formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão, 1800 – 1850. São Paulo: Annablume, 2015.
- BANDEIRA, Arkley Marques; RODRIGUES, Sávio José Dias; SANTOS, Alipio Felipe Monteiro dos. Memórias, territorialidades e identidades do quilombo Santana dos Pretos, Pinheiro, MA: experienciando memórias pela interdisciplinaridade. **Revista Memórias em Rede**, Pelotas, v. 13, jul./dez, 2021.
- BATISTA, Patrícia de Oliveira. **Toponímia cearense no século XIX**. 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.
- BECHARA, Evanildo. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2011.

BÍBLIA sagrada. São Paulo: Paulinas Editora, 2011.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. *In*: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. (org.). **As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia**. 2 ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001, p. 14-22.

\_\_\_\_\_. Dimensões da Palavra. **Filologia e Linguística Portuguesa**, [S. l.], n. 2, p. 81-118, 1998. DOI: 10.11606/issn.2176-9419.v0i2p81-118. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59660>. Acesso em: 10 fev. 2023.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Dicionário de linguística e gramática**. Petrópolis: Vozes, 1986.

CAMBRAIA, César Nardelli; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. A batalha dos topônimos: reversão toponímica nos primórdios da cidade de Belo Horizonte. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas/TO, v. 9, n. 21, p. 84-100, 2023. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/7713>. Acesso em: 10 fev. 2023.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. Aplicações da teoria dos signos na Onomástica. **Língua e Literatura**, São Paulo, n. 27, p. 301-311, out. 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linguaeliteratura/article/view/105474/104140>. Acesso em: 7 set. 2021.

CARVALHO, Francisco de Assis. **Entre a palavra e o chão: memória toponímica da estrada real**. 2012. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CASTRO, Maria Célia Dias de. Atlas toponímico do estado do Maranhão: uma proposta de análise da macrotoponímia. **Caderno Seminal Digital**, ano 23, n. 28, v. 1, jul.-dez., 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cadernoseminal/article/view/28381/22092>. Acesso em: 14 jan. 2023.

CHAGAS, Janaína de Oliveira. **Análise da dinâmica de expansão dos sítios urbanos de Anajatuba – MA e Pinheiro – MA e seus impactos sócio-ambientais: perspectivas de um planejamento sustentável**. 2006. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade de Ecossistemas) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Sustentabilidade e Ecossistema, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.

COSTA, Flaviano Menezes da. **Moradas da memória: o valor patrimonial dos lugares privados da antiga São Luís sob o olhar da literatura, da toponímia e da geografia humanista cultural**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, São Luís, 2014.

CURVELO, Heloísa Reis. **Topônimos maranhenses: testemunhos de um passado ainda presente**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2009.



CURVELO-MATOS, Heloísa Reis. **Análise toponímica de 81 nomes de bairros de São Luís/MA**. 2014. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A estrutura do signo toponímico. **Língua e literatura**, São Paulo, n. 9, p. 287-293, 2 dez. 1980. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linguaeliteratura/article/view/115875/113377>. Acesso em: 7 set. 2021.

\_\_\_\_\_. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

\_\_\_\_\_. Atlas Toponímico: um estudo dialetológico. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 61-69, 1998.

\_\_\_\_\_. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. Campo Grande: Editora. UFMS, 2004. v. 2, p. 121-130.

\_\_\_\_\_. **Toponímia e Antroponímia: coletânea de estudos**. 3 ed. São Paulo: FFL/USP, 1992.

\_\_\_\_\_. Toponímia e dicionário especializado. **Estudos Linguísticos XXIV/Anais dos Seminários do GEL**, v. 1, p. 346-351, 1995.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia?** São Paulo: Loyola, 1979.

FERREIRA, Jurandyr Pires. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959.

FROES, Benedito. **Baixada maranhense**. São Luís, MA: Viegas Editora, 2019.

FRANCISQUINI, Ignez de Abreu. **O nome e o lugar: uma proposta de estudos toponímicos da microrregião de Paranavaí**. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1998.

GERUDE NETO, Osman José de Aguiar; PEREIRA, Daniel Rocha; MOURA, Livia Suellen Pontes; MIRANDA, Rita de Cássia Mendonça de. A distribuição dos bubalinos no mundo, no Brasil, e a realidade atual da espécie no Maranhão. **Conjecturas, [S. l.]**, v. 22, n. 11, p. 948-970, 2022.

GOMES, Francisco José de Castro. **Coisas da nossa terra: subsídios para a história do município de Pinheiro**. Coletânea de artigos publicados no jornal Cidade de Pinheiro de 1921 a 2003. Pinheiro: Secretaria da Cultura de Pinheiro, 2004.

GOMES, João Nilson Silva. **Qualidade da água do Rio Pericumã e sua relação com ocupação urbana em Pinheiro-MA**. 2017. Dissertação (Mestrado em Recursos Hídricos)- Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos, Universidade Federal do Pará. Belém, 2017.

IBGE. **Brasil: Maranhão: Pinheiro**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/pinheiro/panorama>. Acesso em: 14 ago. 2022.

\_\_\_\_\_. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 15.

ISQUERDO, Aparecida Negri. **O fato linguístico como recorte da realidade sócio-cultural**. 1996. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara (SP), 1996.

\_\_\_\_\_. La recherche toponymique au Brésil: une perspective historiographique. **Cahiers de Lexicologie**, Paris, v. 101, p. 15-35, 2012.

JAPIASSU, Hilton. O espírito interdisciplinar. **Educação pública**, Rio de Janeiro, 31 dez. 2005. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/2/1/o-espirito-interdisciplinar>. Acesso em: 11 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LEITE, Graça. **Debaixo do Angilzeiro**. São Luís: Halley Gráfica e Editora, 2020.

LIMA, Ivone Alves de. A motivação religiosa dos topônimos paranaenses. **Estudos linguísticos GEL** (Organizado pelo Grupo de Estudos Linguísticos de São Paulo), XXVI. Campinas: UNICAMP, 1997.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MATRIZ. *In*: DICIO, Dicionário online de língua portuguesa. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em:

<https://www.dicio.com.br/matriz/#:~:text=Significado%20de%20Matriz&text=Lugar%20onde%20alguma%20coisa%20se,%2C%20fonte%2C%20princ%3ADpio%3B%20manancial>. Acesso em: 11 set. 2022.

MORAES, Jonas Rodrigues de; BANDEIRA, Arkley Marques; SANTOS, Alipio Felipe Monteiro dos. Comunidade Caruma: memória subterrânea, cultura e identidade quilombola no município de Pinheiro-MA. **Revista Desenredos**, Teresina/PI, ano 12, p. 148-165, ago. 2020.

NUNES, Veronica Ramalho; ANDRADE, Karylleila dos Santos. Toponímia na perspectiva da teoria interdisciplinaridade: breves considerações no contexto do ensino. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA, 19., 2015, Rio de Janeiro. **Cadernos do CNLF**: lexicografia, lexicologia, fraseologia, terminologia e semântica. Rio de Janeiro: CiFEFil, v. 19, n. 2, 2015. p. 515-525.

OLIVEIRA, Antonio Guimarães. **Becos e telhados**. São Luís: AMEI, 2018.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em Administração. Catalão: UFG, 2011.

PINHEIRO. **Plano de gestão integrada de resíduos sólidos (PGIRS):** Pinheiro – Maranhão. Pinheiro, MA: Prefeitura Municipal de Pinheiro, 2013.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim; BASTOS, Gleyce Ramos. Onomástica e possibilidades de releitura da história. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, ano 15, n. 30, p. 86-92, ago. 2010.

ROLAND, Samir Lola. Ensaio histórico sobre a fundação de Pinheiro - MA. *In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DO IMPÉRIO BRASILEIRO: CULTURA E PODER NO OITOCENTOS*, 3., 2012, São Luís - MA. **Encontro de História do Império Brasileiro: Cultura e Poder no Oitocentos**. São Luís: Impresso no Brasil, 2012. v. 3. p. 1-8.

\_\_\_\_\_. **Sesmarias, ocupação, povoamento e trajetória social e militar:** Inácio José Pinheiro e o processo de colonização do Maranhão Ocidental e Baixada Maranhense (1786-1820). Curitiba: CRV, 2020.

ROLAND, Mariléia Costa. **Os reflexos da urbanização no processo de desenvolvimento do espaço do centro urbano de Pinheiro-MA**. 2007. Monografia (Licenciatura) – Curso de Geografia/PROEB, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.

SÁ, Edmilson José de. Projeto ATOEPE: gênese e estágio atual dos estudos sobre a toponímia pernambucana. **Revista GTLex**, v. 6, n. 1, p. 83-102, jul./dez. 2020.

SANTOS, Cezar Alexandre Neri. Contribuições da linguística histórica aos estudos toponímicos brasileiros. **Macabéa**– Revista Eletrônica do Netlli, v. 8, n. 2, p. 453-472, jul./dez. 2019. Disponível em: <http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/MacREN/article/view/1995>. Acesso em: 8 jun. 2021.

SANTOS, Cezar Alexandre Neri. Panorama das pesquisas toponímicas no Brasil. **Revista da Abralín**, v. 19, p. 1-5, 2020.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. 27 ed. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Referência e Onomástica. *In: MAGALHÃES, José Sueli de; TRAVAGLIA, Luís Carlos. (org.). **Múltiplas perspectivas em linguística: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)***. Uberlândia: ILEEL, 2006. p. 1953-1960.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de; ISQUERDO, Aparecida Negri. A Onomástica em diferentes perspectivas: resultados de pesquisas. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 26, n. 3, p. 993-1000, 2018.

SILVA, C. C. **Os cursos d'água de Pires do Rio: análise das motivações toponímicas**. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2017.

SOUSA, Alexandre Melo de. **O andamento dos projetos (ATAOB) Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira e (ATEC) Atlas Toponímico do Estado do Ceará**.

Disponível em:

[http://www.filologia.org.br/iiijnlflp/textos\\_completos/pdf/o%20andamento%20dos%20projeto](http://www.filologia.org.br/iiijnlflp/textos_completos/pdf/o%20andamento%20dos%20projeto)

os-%20ataob%20-atlas%20topon%C3%ADmico%20da%20amaz%C3%B4nia%20ocidental%20brasileira%20e-%20atec%20-atlas%20topon%C3%ADmico%20do%20estado%20do%20cear%C3%A1%20-%20alexandre.pdf. Acesso em: 25 maio 2022a.

\_\_\_\_\_. **Topônimo e ensino:** propostas para a aplicação no nível básico. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/LinguaPortuguesa/toponimia\\_e\\_ensino\\_propostas\\_.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/LinguaPortuguesa/toponimia_e_ensino_propostas_.pdf). Acesso em: 25 maio 2022b.

SOUSA, Alexandre Melo de; DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício. Caminhos da Toponímia no Brasil e as contribuições de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick. **Revista GTLex**, v. 6, n. 1, p. 6-19, jul./dez. 2020.

TIZIO, Iberê Luiz Di. **Santo André. A causa toponímica na denominação de seus bairros.** 2009. Tese (Doutorado em Semiótica e Lingüística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História social, econômica e política de Pinheiro.** São Luís: Editora UEMA, 2014.

\_\_\_\_\_. **Quadros da vida pinheirense.** São Luís: Instituto Geia, 2007.

ZAMARIANO, Márcia. Reflexões sobre a questão do nome próprio na Toponímia. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: América Central e Caribe: múltiplos olhares**, n. 45, p.351-372, 2012.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A**–Dissertações publicadas nas três primeiras fases dos estudos toponímicos brasileiros

<b>Título da Dissertação</b>	<b>Ano</b>	<b>Autor</b>
A morfologia sufixal indígena na formação de topônimos do Estado do Rio de Janeiro	1992	Álvaro Alfredo Bragança Júnior
Militares na toponímia paulistana: axiotopônimos militares nas vias públicas da cidade de São Paulo	1996	Francisco Possebom
Reconstituição dos fitotopônimos paraibanos	1996	Severino Bernardo dos Santos
O nome e o lugar: uma proposta de estudos toponímicos da microrregião de Paranavaí	1998	Ignez de Abreu Francisquini
Título: A toponímia portuguesa: um recorte linguístico do Douro ao Tejo	1998	Patricia de Jesus Carvalhinhos
Nomes próprios de origem Tupi no Brasil do século XIX	1999	Ricardo Tupiniquim Ramos
Pouco espaço com grandes ideais: os topônimos de Vila Nova Savóia	2000	Maria da Penha MarinovicDoro
Estudo onomástico contrastivo das regiões econômicas de Irecê e do Recôncavo Sul, BA. Um estudo de caso: municípios de Barra do Mendes (I) e de Nazaré (RS)	2000	Maria José Oliveira Matos
Um olhar sobre os caminhos do Pantanal sul-mato-grossense: a toponímia dos acidentes físicos	2002	Marlene Schneider
Entre buritis e veredas: o desvendar da toponímia do Bolsão sul-mato-grossense	2003	Ana Paula Tribesse Patrício Dargel
Um estudo da toponímia da porção Sudoeste de Mato Grosso do Sul: acidentes físicos e humanos	2004	Doraci da Luz Gonsalves
Toponímia sul-mato-grossense: um caminhar pelas microrregiões de Dourados, Iguatemi e Nova Andradina	2004	Marilze Tavares
A relação da hidronímia com a história social no Paraná: uma descrição diacrônico-contrastiva	2004	Lidia Albino
Estudo toponímico da região Centro-Norte de Mato Grosso do Sul: o desvendar de uma história	2005	Marineide Cassuci Tavares
Estudo toponímico do município de Barra do Garça, microrregião do Médio Araguaia: contribuição para o Atlas Toponímico de Mato Grosso	2005	Florisvaldo Fernandes dos Santos
Contribuições para o Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso – mesorregião Centro-sul Mato-grossense	2005	Maria Aparecida de Carvalho
Toponímia e Entrelaçamentos Históricos na Rota da Retirada da Laguna	2006	Carla Regina de Souza Figueiredo
A toponímia paranaense na rota dos tropeiros: Caminho das Missões e Estrada de Palmas	2006	Hélio Costa Moreira
Toponímia paranaense do período histórico de 1648 a 1853	2006	Marcia Zamariano
S. João Batista do Glória: Estudo Toponímico das Regiões, Microrregiões e de Topônimos da Zona Rural	2008	Divenia Maria Lopes
O sistema produtor do Alto Tietê: um estudo toponímico	2008	EdelsvithaPartelMurillo
Estudo toponímico do município de Promissão (SP): a cidade e as ruas	2008	Gisela Felix de Fazzio
A morada dos Wapixana – Atlas Toponímico da Região Indígena da Serra da Lua (RR)	2008	João Paulo Jeannine Andrade Carneiro
Glossário de Topônimos do Bolsão Sul-mato-grossense	2008	Ana Claudia Castiglioni
Topônimos maranhenses: testemunhas de um passado ainda presente	2009	Heloísa Reis Curvelo Matos

O léxico toponímico nos domínios de Dona Joaquina de Pompéu	2009	Joara Maria de Campos Menezes
A Toponímia de Goiás: em busca da descrição dos nomes de lugares dos municípios do Sul Goiano	2009	Renato Rodrigues Pereira
Iconicidade toponímica na Chapada Diamantina, MG	2009	Carlos Eduardo de Oliveira
Hidronímia da região do Rio das Velhas: de Ouro Preto ao Sumidouro.	2009	Letícia Rodrigues Guimarães Mendes

**Fonte:** Adaptado de Ananias e Tavares (2022).

**APÊNDICE B**– Teses defendidas sobre a toponímia nacional a partir de 2010

<b>Título da Tese</b>	<b>Ano</b>	<b>Autor</b>
Estudo toponímico no espaço geográfico das mesorregiões paranaenses: Metropolitana de Curitiba, Centro-Oriental e Norte Pioneiro	2010	Marcia Zamariano
Contribuições para o Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso – mesorregião sudeste mato-grossense, ano de obtenção	2010	Maria Aparecida de Carvalho
A Onomástica no discurso publicitário turístico das estâncias hidrominerais: Águas de São Pedro, um estudo	2011	Maria da Penha MarinovicDoro
Toponímia da Estrada Real: Descrição, História e Mudanças Linguísticas	2012	Francisco de Assis Carvalho
O nome e o lugar: a toponímia na região central de Minas Gerais	2012	Joviano Gonçalves dos Santos
Marcas toponímicas em solo piauiense: seguindo as trilhas das águas	2012	Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos
Maranhão: sua toponímia, sua história	2012	Maria Célia Dias de Castro
Dos Nomes à História – o processo constitutivo de um Estado: Mato Grosso	2012	TaisirMahmudoKarim
Estudo Toponímico do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, PETAR: historicidade e etnicidade nos aspectos conceituais dos nomes de lugar	2013	EdelsvithaPartelMurillo
Análise toponímica de 81 nomes de bairros de São Luís – MA	2014	Heloísa Reis Curvelo Matos
Hagiotoponímia em Minas Gerais	2014	Ana Paula Mendes Alves de Carvalho
Dicionário enciclopédico de topônimos do estado de Mato Grosso do Sul: uma proposta de modelo	2014	Ana Claudia Castiglioni
Da terra ao mar: um estudo de microtoponímia caiçara em Iguapé/SP	2015	Roseli da Silveira
Toponímia dos primeiros municípios tocaninenses	2016	Ana Lourdes Cardoso Dias
Tradição e memória: um estudo antroponímico dos nomes de logradouros da cidade de Ponte Nova – Minas Gerais	2017	Glauçiane da Conceição dos Santos Faria
Aqui tem Murundu, Marianga, Murici, Capanema, Areal e Água Limpa: uma análise de topônimos do recôncavo baiano	2018	Lana Cristina Santana
Marcas de Religiosidade Impressas na Toponímia Paranaense	2018	Anna Carolina Chierotti dos Santos Ananias
A zootoponímia em Minas Gerais	2018	Cassiane Josefina de Freitas
Litotoponímia Mineira	2018	Maryelle Joelma Cordeiro
A formação de uma região: leitura das marcas de colonização italiana nos topônimos do Nordeste do Rio Grande do Sul	2018	Bruno Misturini
Dicionário toponímico de Alagoas (dital): municípios e seus aspectos linguísticos e extralinguísticos	2018	Pedro Antonio Gomes de Melo
A Toponímia em Sergipe: descrição e análise	2019	Cezar Alexandre Neri Santos
Interfaces entre a toponímia brasileira e a paraguaia em área de fronteira: perspectiva etnodialetológica	2019	Suely Aparecida Cazarotto
Estudo toponímico antropológico de Uiramutã – Roraima	2019	Maria do Socorro Melo Araújo
Glossário toponímico dos municípios do estado do Ceará	2019	Patricia de Oliveira Batista
A toponímia em Mato Grosso do Sul: um estudo etnolinguístico	2020	Camila André do Nascimento da Silva



O nome do lugar e o lugar do nome: toponímia e memória em terras goianas	2020	Rayne Mesquita de Rezende
Topônimos e história ambiental no Rio Grande do Sul	2020	Melissa HeberleDiedrich
A antroponímia da cidade de São João del-Rei – Minas Gerais	2021	Celso Reis Macedo

**Fonte:** Adaptado de Ananias e Tavares (2022), com acréscimos da autora

**APÊNDICE C–Dissertações defendidas sobre a toponímia nacional a partir de 2010**

<b>Título da Dissertação</b>	<b>Ano</b>	<b>Autor</b>
Língua e cultura do norte de Minas: A toponímia no município de Montes Claros	2010	Mônica Emmanuelle Ferreira de Carvalho Nogueira
Léxico toponímico de Diamantina: língua, cultura e memória	2010	Tatiana Martins Mendes Silvestrow
Rua de minha cidade: um estudo hodonímico	2010	Tríssica OrdovásSartóri
Glossário de fitotopônimos sul-mato-grossenses: uma proposta	2010	Suely Aparecida Cazarotto
A razão de nomear: o papel da identidade étnica na denominação dos logradouros de Caxias do Sul	2011	Manuela Damiani Poletti da Silva
Cada Nome uma História: dos nomes geográficos de São Bernardo do Campo aos nomes das ruas e vilas do bairro de Rudge Ramos	2011	Virgilio Antiqueira
Brás, Bexiga, Bela Vista, Barra Funda: Estudo Antropotoponímico	2011	Alessandra Cirrincione
As Taxionomias Toponímicas de Natureza Física e suas Influências na Navegação Aérea: Conceitos de Dick	2011	Francisco José Rezende
A toponímia cearense em documentos do século XIX	2011	Patricia de Oliveira Batista
Estudo lexical dos nomes indígenas das regiões de Aquidauana, Corumbá e Miranda no Estado de Mato Grosso do Sul: a toponímia rural	2011	Lucimara Alves da Conceição Costa
A presença italiana em nomes de ruas de Belo Horizonte: passado e presente	2011	Zuleide Ferreira Filgueiras
De Bracara Augusta a Braga: análise toponímica de um concelho português	2012	Adriana Tavares Lima
Os nomes do município de São Marcos: linhas, comunidades, bairros e ruas	2012	Fernanda Bassanesi Cioato
O léxico toponímico das comunidades rurais de Santo Antônio de Jesus: uma análise semântica e sociocultural	2012	Lana Cristina Santana
Os nomes do 'lado de baixo da linha do trem': uma análise toponímica do Jardim Lapena, Vila Nair e Vila União, em São Miguel Paulista, São Paulo/SP	2012	Millyane Magna Moura
Estudo toponímico dos bairros e distritos de Farroupilha-RS	2012	Rubens César Baretta
Lagoas de Imbituba, SC: Margens Encantadas que Contribuem para um Estudo Etnotoponímico	2012	Miriam Quirino de Souza
O patrimônio histórico-linguístico do Sertão dos Tocós: Edição e estudo toponímico dos primeiros registros escritos do município de Tucano – BA	2012	Bárbara Bezerra de Santana Pereira
De Cirigype a Sergipe Del Rey: os topônimos nas cartas de sesmarias (1594-1623)	2012	Cezar Alexandre Neri Santos
Título: A toponímia africana em Minas Gerais	2012	Emanoela Cristina Lima Cotta
Estudo dos nomes das cidades da 4ª Colônia de Imigração Italiana do RS.	2013	Aline Pegoraro
Um caminhar pela toponímia das microrregiões de Toledo e Foz do Iguaçu	2013	Anna Carolina Chierotti dos Santos Ananias
Estudos toponímicos do Norte Central Paranaense- em busca do café	2013	Robson Rogério do Rego
Estudo da Toponímia de Tropas e Boiadas, de Hugo de Carvalho Ramos	2013	Evanaide Alves de Souza
De Sergipe a Tituapara: os topônimos no Livro Velho do Tombo	2013	Flávia Daianna Calcabrine Vicente
Topônimos no Sul da Bahia: Nomações dos	2013	Harmensz Van Rin Morais de Assis

municípios originados da Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilhéus (1950 a 1960)		
A toponímia em Bento Gonçalves: um estudo interdisciplinar sobre os bairros da cidade	2014	Bruno Misturini
Toponímia urbana da região central de Campo Grande/MS: um olhar socioetnolinguístico	2014	Letícia Alves Correa de Oliveira
Os nomes das escolas da cidade de Bento Gonçalves: uma perspectiva onomástico cultural	2014	Elis Viviana Dal Pizzol
Moradas da Memória: o valor patrimonial dos lugares privados da antiga São Luís sob o olhar da Literatura, da Toponímia e da Geografia Humanista Cultural	2014	Flaviano Menezes da Costa
A Toponímia de Comunidades Indígenas do Município de Pacaraima	2014	Maria do Socorro Melo Araújo
Rastros Indígenas: busca pelos topônimos do tupi na cidade de Castanhal/PA	2014	Sara ConcepcionChenaCenturion
Toponímia Afro-Indígena do Vale do Ipojuca	2014	Sivaldo Correia da Silva
Guia de Ruas (Bairros) e Mistérios: A Toponímia como elemento identitário em Bahia de Todos os Santos	2015	Analidia dos Santos Brandão
A Toponímia das regionais, bairros e ruas de Rio Branco	2015	Delbiany Lima de Oliveira
Toponímia Urbana da cidade de Três Lagoas - MS: interfaces entre o léxico, cultura e história	2015	Karla Porto Bittencourt
A Toponímia da Região Central Mineira	2015	Patrícia de Cássia Gomes Pimentel
A Religiosidade na Toponímia Urbana de Campo Grande/MS: Entrelaçamentos históricos e linguísticos	2015	Priscila do Nascimento Ribeiro Rezende
Toponímia e ensino: estudo dos nomes de lugares de origem indígena no livro didático de Geografia	2015	Verônica Ramalho Nunes
A motivação toponímica a partir da memória de comunidades tradicionais do Sul do Amazonas	2016	Ana Paula Teixeira Gouveia
Léxico Toponímico Urbano da cidade de Campo Grande/MS: Região do Imbirussu	2016	Letícia Barbosa da Silva Cavalcante
Os nomes de escolas públicas na cidade de Mariana: microtoponímia urbana	2016	Beatriz Latini Gomes Neta
Relações entre nome e lugar: estudo dos nomes das escolas públicas de Porto Nacional em uma perspectiva onomástico-toponímica	2016	Carla Bastiani
Toponímia e religião: a contribuição nordestina na nomeação de espaços geográficos acreanos	2016	Mayra Raelly da Costa Silva Saar
A Toponímia urbana de Campo Grande/MS: um estudo etnolinguístico da região do Segredo	2017	Bianca da Silveira de Amorim
Bahia de todos os cantos e recantos: marcas identitárias e culturais na toponímia da Bahia	2017	Clese Mary Prudente Correia
Do não-lugar ao lugar: a toponímia marapaniense do estado do Pará	2017	Érica Patrícia Barbosa Costa
O sobe e desce soteropolitano; estudo toponímico de ladeiras	2017	Marta Maria Gomes
A toponímia na cidade de Rio Branco: a revolução acreana e o movimento de trabalhadores rurais no Acre como símbolos identitários	2017	Nayara Maria Pessoa Lessa
A toponímia da zona rural do Alto Acre: abordagem linguística dos sintagmas toponímicos	2017	Sandra Mara Souza de Oliveira Silva
Os cursos d'água de Pires do Rio: análise das motivações toponímicas	2017	Cleber Cezar da Silva
Pelos caminhos das águas maranhenses: um estudo da hidronímia da Mesorregião Norte	2017	Edson Lemos Pereira

Maranhense		
História e Cultura do Centro-Oeste Mineiro retratadas na Antropotoponímia da Cidade de Bom Despacho	2017	Fernanda Lellis Fernandes Loureiro Gontijo
O perfil da Toponímia indígena na zona rural do estado do Acre	2017	Rozangela de Melo Martins
Proposta preliminar de um software toponímico: um estudo de caso sob a ótica de professores de geografia do ensino fundamental	2017	Rodrigo Vieira do Nascimento
Um Estudo Toponímico dos Quilombos do Litoral Norte e Agreste Baiano: Identidades e Memórias	2018	Ayesk de Jesus Machado
O perfil toponímico da zona rural da regional Juruá/AC: análise quantitativa das taxionomias toponímicas	2018	Carla Fernanda Coelho de Melo Sampaio
Um estudo toponímico no município de Vigia de Nazaré-PA	2018	Laís de Nazaré dos Santos Santos
A toponímia como construção histórico-cultural: um estudo dos municípios que compõem o Recôncavo Baiano	2018	Raquel Fontes Santana
A presença da religiosidade na toponímia: um estudo interdisciplinar sobre os bairros de Anápolis (GO)	2018	Larissa Ferreira de Souza
Perfil toponomástico de 30 bairros com nomes de origem indígena de Campo Grande/MS	2018	Amanda Luiza da Silva Zuque
Toponímia e ensino: um resgate sócio-histórico-linguístico e cultural	2018	Rafaelle Arruda Aguiar
Toponímia e Ensino: um estudo dos nomes dos logradouros de Mundo Novo/MS	2018	Silmara Cristina Batista da Silva
A toponímia do Ambiente urbano da região do Anhanduizinho de Campo Grande/MS: um estudo Etnolinguístico	2019	Cesar AdilonCanheteQuisnau
Toponímia urbana de Campo Grande/MS: um estudo etnolinguístico dos nomes das ruas da região do prosa	2019	Janaina Domingues Verão das Neves
A figura da mulher na toponímia urbana do município de Porto Nacional (TO)	2019	Franciele Rodovalho Ferreira
Os aspectos culturais na toponímia: hagiopônimos da região de Piracanjuba – GO no século XIX	2019	Lidiane Silva Araújo Guimarães
Geomorfotopônimos Históricos	2019	Marianna de Franco Gomes
De Oxumaré à Rosa de Sarom: a influência religiosa na substituição dos topônimos do Loteamento Jardim Sucupira em Feira de Santana – BA	2019	Natália Oliveira Nascimento
Toponímia Indígena: um estudo a partir da zona ribeirinha do município de Porto de Moz – PA	2019	Adelson Luiz Bayma da Silva
Os nomes de lugares nas provas do Enem: reflexões sobre Toponomástica e ensino	2019	Anna Inez Alexandre Reis
Toponímia e Interdisciplinaridade: uma proposta de estudo do léxico para turmas do 6º ano do ensino fundamental	2019	Michelly Moura dos Santos
Água doce, o saber que vem das fontes: Estudo toponímico de fontes na cidade de Salvador	2020	José Martins Abbade
Estudo toponímico nos panfletos de Eulálio Motta	2020	Joilma Maria de Freitas Trindade
A toponímia rural na construção cultural e histórica de Alagoinhas: acidentes humanos	2020	Edileuza Moura Candido da Silva
Toponímia Curuçense: nomes de lugares e seus caminhos históricos	2020	RiziaSamela Martins Ferreira

Toponímia em Libras: descrição e análise dos sinais dos municípios do Tocantins	2020	Roselba Gomes de Miranda
Ortografia e norma: os efeitos das reformas ortográficas em alguns topônimos brasileiros	2020	Patrícia Andréa Borges
A toponímia rural no contexto cafeeiro da Serra do Caparaó	2021	Jacqueline Helen de Lima
Axiotopônimos: um estudo dos logradouros públicos da cidade de Betim (MG)	2021	Jeander Cristian da Silva

Fonte: Adaptado de Ananias e Tavares (2022), com acréscimos da autora

**APÊNDICE D –Fichas toponímicas dos 10 bairros**

Topônimo	Matriz (1)
Localização do bairro	O bairro é banhado ao norte e nordeste pelo Rio Pericumã e fica entre os bairros Ilha de Ventura, Antigo Matadouro e Campinho.
Taxonomia	Cardinotopônimo
Nota linguística	<p>Os conceitos de matriz envolvem a definições de fundamento, início, começo de alguma coisa. Bechara (2011, p. 816) define matriz como a “fonte ou fundamento de outras coisas”, enquanto em outras acepções temos matriz como “lugar onde alguma coisa se gera ou se cria; fonte”, “o que pode ser usado como princípio” (MATRIZ, 2022).</p> <p>De modo, que ao adotar o termo matriz, o denominador quis indicar o lugar em que se originou a povoação, o ponto de princípio da comunidade pinheirense.</p>
Nota histórica	<p>A fundação do bairro da Matriz é imprecisa, tendo em vista as divergências entre as possíveis datas da chegada do capitão-mor Inácio José Pinheiro às paragens do rio Pericumã. Entretanto, o que se sabe é que o local em que ele se estabeleceu, intitulado como colonos os índios que lá habitavam, recebeu o Cardinotopônimo Matriz. Abreu (2006, p. 26) reafirma que</p> <p style="text-align: center;">Ainda hoje se verifica que o começo do povoado foi no bairro da Matriz, pois as suas ruas são muito tortuosas, com vielas por todos os lados, em contraste com ruas bem traçadas e bastante largas, fazendo de Pinheiro uma das cidades mais lindas cidades maranhenses.</p> <p>O bairro da Matriz foi o núcleo da cidade, onde funcionava a cadeia pública; a Casa da Intendência (primeira câmara de vereadores); recebia o comércio da cidade; tinha escola. Durante muitos anos, era muito movimentado e deixou de ser um bairro comercial e se tornou um bairro residencial.</p> <p>A emancipação e autonomia política local, por exemplo, se iniciou com a instalação da Câmara de vereadores da Vila de Santo Inácio do Pinheiro em 26 de fevereiro de 1861, em uma casa no bairro da Matriz; indicando a importância do Cardinotopônimo para a evolução da vila (ALVIM, 2016)</p> <p>A vida de Pinheiro, desde a fundação da fazenda Lugar do Pinheiro; elevações às categorias de Freguesia (1855), Vila (também descrita como: Vila Nova; Vila Nova de Pinheiro e Vila de Santo Inácio de Pinheiro) (1856) e Município (1920) girava em torno do bairro Matriz. As famílias mais influentes da sociedade pinheirense se estabeleceram nessa área, nas proximidades do Obelisco e iam às compras nas quitandas, farmácias e repartições públicas ali mesmo.</p> <p>A devoção aos santos do catolicismo está presente</p>

neste bairro desde a chegada de Inácio e os demais compratotas alcantarenses que vieram com ele em busca de novas terras para abrigar seus rebanhos.

Após a instalação de suas fazendas, um dos primeiros cuidados dos novos moradores foi a construção de uma pequena capela em que pudessem rezar por proteção e dirigir preces ao Altíssimo; contudo a mesma só foi reconhecida oficialmente pela igreja católica em 1826, sendo a primeira missa celebrada somente em 30 de julho de 1828, pelo padre Raimundo José de Assunção (ABREU, 2006).

Com o passar dos anos, essa capela deu origem à igreja Matriz, por ser, assim, como o bairro, a primeira igreja da povoação. Esta igreja foi, também, o primeiro cemitério de Pinheiro, onde se enterravam as pessoas mais nobres; depois as pessoas passaram a ser enterradas na praça. Atualmente, ela é dedicada ao santo padroeiro da cidade, Santo Inácio de Loyola.

Os moradores do bairro Matriz eram orgulhosos no que tange à sua localidade, demonstrando antipatia aos moradores de outros bairros que foram se formando com o crescimento da vila, como por exemplo, os residentes no bairro Alcântara – inimigos por muitos anos. Abreu (2006, p. 65) nos informa que

Havia forte rivalidade entre os caboclos da vila. Os moradores do bairro Matriz, esperavam na travessa Joaquim Mendes, antes da missa, os do bairro de Alcântara, e, armados de fortes cacetes de tatajuba desancavam os desafetos. Da mesma maneira, os do bairro de Alcântara, onde era mais intenso o movimento nas noites de Natal, esperavam os do bairro da Matriz, além da Baixinha da Glória, e caíam-lhe em cima, com fortes pauladas, deixando-os seriamente contundidos.

Mendes (2022) em seu depoimento também nos relatou essa inimizade, que acirrava os ânimos dos moradores dos dois bairros.

Havia muita briga entre o pessoal que morava em Alcântara e Matriz. Parece que em Alcântara tinha muita mangueira e eles apelidavam os moradores da Matriz de ‘comedores de piaba’ e os de Alcântara de ‘comedores de manga’; tanto que quando fizeram a Praça do Centenário plantaram algumas mudas de manga e o povo botou água quente nelas que era para não continuar com esse nome (informação verbal)<sup>25</sup>.

Ainda, por ser um dos pontos mais altos da cidade, o bairro Matriz tinha problemas quanto ao abastecimento de água, tendo poucos poços com água suficiente e disponível

<sup>25</sup>Entrevista concedida à pesquisadora por S. M., em São Luís (MA), em 25 de fevereiro de 2022.

	<p>para os moradores; assim, durante o mandato do prefeito Dedeco Mendes (1972-1976) foi construída uma barragem ligando este ao bairro Campinho, para facilitar o seu abastecimento, já que este dispunha de maior disponibilidade de água por ser mais baixo e contemplado por muitos “veios d’água” (MENDES, 2022) (informação verbal)<sup>26</sup>.</p> <p>Até a década de 1940, a cidade se estendia até o bairro de Alcântara, sendo o bairro Matriz ainda destaque econômica, política e socialmente. Para que se tenha uma ideia, em censo do período de 1955, o IBGE publicou o seguinte extrato na Enciclopédia dos municípios brasileiros:</p> <p style="padding-left: 40px;">A cidade de Pinheiro possui 2 avenidas pavimentadas parcialmente com pedras irregulares, numa extensão de 4 000 metros quadrados e 2 praças, também pavimentadas parcialmente, com concreto, numa extensão de 3 000 metros quadrados. Conta, ao todo, 29 ruas, 5 travessas e 7 praças, dentre estas, 4 arborizadas. Dentre os prédios destacam-se: Templo da Matriz, Paço Municipal, Mercado Público, Cadeia Pública e o do Departamento dos Correios e Telégrafos. (FERREIRA, 1959, p. 278).</p> <p>Após esse período, a cidade começou a receber mais recursos financeiros e novos empreendimentos, bem como escolas, hospitais e aumento de empregos, o que atraiu mais moradores, vindos da zona rural, dos povoados e redondezas para a cidade. Com isso, a área urbana, conseqüentemente, foi expandindo-se e as áreas comerciais foram se deslocando para outras partes da zona urbana pinheirense. O Cardinotopônimo Matriz permaneceu, assim, como o detentor do legado histórico e cultural da sociedade pinheirense.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	Campinho (2)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Floresta, São Benedito, Antigo Matadouro e Matriz.
Taxonomia	Geomorfotopônimo
Nota linguística	Campinho é diminutivo de campo. Neste caso, o diminutivo indica uma redução das áreas de campo, possivelmente ocorria no período de estiagem, quando as águas do campo retrocediam e formavam pequenas lagoas, daí o Geomorfotopônimo Campinho.
Nota histórica	Com o crescimento da Vila e depois município, a região atraiu muitos moradores dos povoados que compunham Pinheiro. Estas pessoas vinham com o intuito de encontrar oportunidades de trabalho, bem como trazer os

<sup>26</sup>Entrevista concedida à pesquisadora por S. M., em São Luís (MA), em 25 de fevereiro de 2022.



	<p>filhos para estudar nas escolas da cidade, uma vez que na zona rural o acesso às escolas era difícil ou inexistente.</p> <p>Assim, os novos moradores foram construindo suas casas, de forma não planejada, nas proximidades do bairro da Matriz, onde existiam os comércios, escolas e demais instituições públicas. À medida que os terrenos foram sendo ocupados, as pessoas que chegavam iam construindo as casas mais próximas às margens do campo; essa proximidade justifica-se pela necessidade de prover alimentos para as suas famílias e as águas do campo ofereciam fartos cardumes de peixes e água para as atividades cotidianas dos novos moradores.</p> <p>Gomes (2004) afirma que a paisagem do início do bairro era marcada por tucunzais que tomavam de conta da vegetação; sendo a única praça existente, o porto de embarque durante o período chuvoso. As embarcações chegavam ao porto através do igarapé que deu origem ao nome do bairro, Campinho. Ainda, Gomes (2017, p. 32)</p> <p style="text-align: center;">Existia um campinho, único existente, daí nasceu o nome de Campinho e, na sua extremidade, a Ponta do Campinho. A presença desse alagado dividia a cidade em dois bairros distintos: Leste Matriz e ao Oeste o bairro de Pinheiro que passou a chamar-se Campinho.</p> <p>Por ser mais baixo que o bairro Matriz, Campinho tinha água em abundância, ao contrário daquele que sofria com a falta de água. Em 1948, no mandato do prefeito Dedeco Mendes, foi construída uma barragem ligando os dois bairros (GOMES, 2004).</p> <p>Atualmente, o Geomorfotopônimo Campinho tornou-se o bairro mais comercial da cidade; além de ser a principal entrada para o município daqueles que chegam a partir da capital, seja pelo <i>ferry boat</i> ou por Vitória do Mearim.</p> <p>A praça que deu nome ao bairro, hoje é a sede de uma das principais escolas públicas da cidade que atendem estudantes do Ensino Médio, o Centro Educacional José de Anchieta.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	Antigo Matadouro (3)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Ilha de Ventura, Matriz, Campinho, São Benedito, Antigo Aeroporto e Santa Luzia.
Taxonomia	Cronotopônimo
Nota linguística	
Nota histórica	O bairro do Matadouro, surgiu a partir da construção do Mercado da Matriz, em 1905. Este precisava de um matadouro para abastecê-lo e com isso construíram um matadouro com curral, casa (ainda está em pé e funciona

estabelecimento da área da saúde). Com o funcionamento do matadouro, muitas pessoas passaram a exercer atividades envolvidas com o abate dos animais (limpeza de vísceras, processamento do couro, etc.).

Essas pessoas, além de desenvolverem suas atividades laborais no matadouro e nas suas redondezas, passaram a residir na sua proximidade. Assim, rapidamente, formou-se uma comunidade dependente física e economicamente do matadouro e que logo passou a ser chamada de bairro do Matadouro.

A construção do mercado público, além de gerar emprego e atrair moradores, foi relevante para a distribuição de alimentos durante o período chuvoso e melhoria da qualidade e quantidade de produtos ofertados. Roland (2007, p. 25) afirma que

O Mercado Público Municipal, localizado na Praça Rio Branco, mais conhecida como praça do Mercado, na Vila de Pinheiro, foi construído no ano de 1905, pelo Intendente Cel. José Anastácio de Araújo e Souza, passando a ser chamado de Mercado Central.

O matadouro fornecia carne diariamente para o mercado público, sendo abatidos uma média de 180 a 220 reses por ano. O consumo da proteína bovina aumentava no inverno (ROLAND, 2007). Isso acontecia, pois no período chuvoso a fartura de peixes diminuía nas águas do campo. Por outro lado, a quantidade de bois abatidos diariamente era insuficiente para atender a demanda de consumidores. Leite (2020, p. 104) narra a dificuldade para comprar carne no mercado:

Um a dois bois eram abatidos diariamente e os homens se dirigiam ao mercado para comprar carne. As mulheres não iam ao mercado, apenas os homens e as crianças iam cedinho colocar pedras e chamatós na fila e na hora em que a carne chegava na carroça, todos assumiam o seu lugar na fila que era respeitada, sem que pedras e chamatós fossem desconsiderados e passados para trás. Verduras, quase nenhuma. Somente alguns macinhos de jongome, vinagreira, maxixe e cheiro verde. Nada mais e até esses eram difíceis de comercialização porque muitos tinham um jirau no quintal com essas plantações. Quando a carne acabava o mercado era fechado, abrindo só na manhã seguinte (LEITE, 2020, p. 104).

O antigo matadouro ficava na beira do campo, os resíduos de sangue eram escoados no campo, mas os moradores não reclamavam porque tinham poços e cacimbas em suas residências. Por outro lado, quando a estrutura do matadouro começou a deteriorar-se a população solicitou junto à prefeitura a reforma do mesmo, que aconteceu durante

	<p>o primeiro mandato do prefeito Josias Abreu (1922-1926). Viveiros (2014, p. 195) destaca a preocupação deste administrador com a reforma do local:</p> <p style="padding-left: 40px;">Uma das primeiras reclamações que me fizeram, logo ao empossar-me no honroso cargo, que humildemente venho exercendo, consistiu sobre o estado de ruínas, em que se encontrava o curral do matadouro público.</p> <p style="padding-left: 40px;">Preparei-o convenientemente, construindo outro completamente novo, em substituição ao existente, que já não podia, prestar serviços.</p> <p>Quando Pedro Lobato foi prefeito (1992-1996) houve a necessidade de retirar o matadouro do Bairro Antigo Matadouro; então a prefeitura comprou uma grande área de Dondona Soares (ex-vereadora de Pinheiro).</p> <p>Segundo Basto (2022), como a área era muito grande, ela não vendeu todo o terreno para a prefeitura construir o novo matadouro, loteando e vendendo a parte que sobrou das terras; que daria origem a outro bairro ao redor do novo matadouro (informação verbal)<sup>27</sup>.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	Antigo Aeroporto (4)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Alcântara, São Benedito, Santa Luzia e Antigo Matadouro.
Taxonomia	Cronotopônimo
Nota linguística	<p>Antigo = Cronotopônimo (topônimo referente às indicações cronológicas) + Matadouro = Socitopônimo (topônimo referente às atividades profissionais, aos locais de trabalho de uma comunidade); sendo preferível, neste caso, a adoção do Cronotopônimo para evidenciar a importância histórica e transformações que o topônimo sofreu ao longo da história.</p>
Nota histórica	<p>O bairro Antigo Matadouro surgiu a partir do abandono da pista de pouso construída para abrigar o primeiro aeroporto da cidade em 1937. A autorização para a construção do campo de aviação foi publicada no jornal <i>Cidade de Pinheiro</i> em 4 de abril de 1937. Segundo Viveiros (2007, p. 244),</p> <p style="padding-left: 40px;">O campo estava bem elaborado. O prefeito Costa Rodrigues, que então a esse tempo já se entusiasmava pela aviação, havia se esmerado na sua leitura. Uma segunda vistoria, procedida pelo capitão-tenente aviador Henrique Hoelck, constatou isso mesmo: ‘Iguais ao de Pinheiro só os de Balsas, Grajaú e Barra do Corda’, dissera o inspecionador citado.</p>

<sup>27</sup>Entrevista concedida à pesquisadora por P. B., em Pinheiro (MA), em 30 de junho de 2022.

	<p>Percebemos, com esta declaração que Pinheiro tinha interesse em tornar-se referência no que tange ao transporte viário no estado do Maranhão. Fato que pode ser confirmado quando verificamos que a construção do aeroporto se deu no mesmo período em que aconteceu a criação do Aeroclube do Maranhão, em São Luís.</p> <p>A construção da pista de pouso e da estrutura para recepção dos passageiros foi concluída em 1951, sendo constituídos por “uma área de 800 m x 120 m e a sua pista piçarrada e cercada por arame farpado, além de uma casa de tijolos e coberta de telhas para abrigos dos passageiros e depósito de bagagem” (VIVEIROS, 2007, p. 246).</p> <p>O primeiro avião a pousar no aeroporto foi o Tianguá, da companhia alemã Condor. Contudo, a homologação do aeroporto só ocorreria em 1956, quando o senador do Maranhão, Assis Chateaubriand veio à cidade como representante do Presidente da República para as comemorações do centenário da cidade (SOARES, 2006).</p> <p>Operando aviões de pequeno porte pelas companhias Aéreo Clube Maranhense, Aliança, Estrela Matutina, Aeronorte e São Luís, o aeroporto começava na Barragem da Justina e terminava no bairro de Alcântara. Com a proximidade das casas e crescimento da cidade, as atividades do aeroporto foram encerradas e um novo campo de aviação foi construído afastado da zona urbana, na Ponta de Santana.</p> <p>Com o abandono da área, o governo federal doou as terras para o poder municipal; que, posteriormente, as loteou e vendeu para interessados em construir casas na região, formando o Bairro Antigo Aeroporto.</p> <p>Entretanto, o traçado original da pista de pouso permanece o mesmo e, atualmente, forma uma extensa avenida onde estão localizados as escolas Fundação Bradesco, Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – CAIC, Instituto de Ensino Pinheirense – IEP, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e o Hospital Regional Dr. Antenor Abreu.</p> <p>Atualmente, não há viagens aéreas regulares para Pinheiro; sendo o aeroporto usado esporadicamente. O transporte de passageiros e mercadorias ocorre através das rodovias da BR 116 para o vizinho Pará e Vitória do Mearim para a capital, que, também, pode ser acessada pelos <i>ferryboats</i>.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	Alcântara (5)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Antigo Aeroporto, Sete, Floresta e Fomento.

Taxonomia	Corotopônimo
Nota linguística	
Nota histórica	<p>O bairro de Alcântara surgiu quando Pinheiro foi fundada e veio muita gente de Alcântara – que era perto e em homenagem ao pessoal que morava lá recebeu esse. Entretanto, acredita-se que o bairro não tenha sido criado pelo mesmo fundador do povoado, o capitão-mor Inácio José Pinheiro. Leite (2022) confirma essa informação:</p> <p style="padding-left: 40px;">O bairro de Alcântara não foi criado pelo colonizador, foi criado depois. Eu acredito que alguma dessas pessoas que vieram de lá e se estabeleceram na área foi que deu origem ao nome; uma homenagem à cidade de onde veio. Deve ter sido uma pessoa politicamente influente. Eu conheci o bairro de Alcântara da Praça do Centenário até o Fomento (informação verbal)<sup>28</sup>.</p> <p>Os laços mantidos com a cidade de origem dos fundadores estavam presentes por muito tempo, sendo, inclusive, as primeiras exportações feitas para a cidade de Alcântara. De acordo com E. (2021) “o bairro de Alcântara, as pessoas foram chegando e crescendo gradativamente”; confirmando assim a informação de que foram outras pessoas, diferentes do fundador da cidade, que criaram o bairro.</p> <p>Até a década de 1940, o bairro de Alcântara tinha início na praça do Centenário (atual praça da Família) até a Rua Francisco da Costa Leite; porém atualmente esses limites foram sendo reestabelecidos, não constando em órgãos responsáveis as coordenadas específicas.</p> <p>Entretanto os moradores do bairro tinham uma rivalidade declarada aos moradores do bairro Matriz “Havia muita briga entre o pessoal que morava em Alcântara e Matriz. Parece que em Alcântara tinha muita mangueira e eles apelidavam os moradores da Matriz de ‘comedores de piaba’ e os de Alcântara de ‘comedores de manga’; tanto que quando fizeram a Praça do Centenário plantaram algumas mudas de manga e o povo botou água quente nelas que era para não continuar com esse nome” (informação verbal)<sup>29</sup>.</p> <p>Gomes (2004, p. 130), contudo, afirma que essa rivalidade não passava de gozação, mas traz um fato novo para a identificação dos moradores do bairro de Alcântara: “lá para cima”; segundo o autor quando os moradores diziam “[...] eu vou lá para cima, era para Alcântara, e ao contrário, era para a Matriz. [...] Era comum na safra de manga o pessoal lá de baixo, com cofos, irem juntar manga, porque naquele tempo a fruta não se vendia”.</p> <p>Assim, o bairro de Alcântara foi testemunha das transformações sociais e políticas que ocorreram ao longo da</p>

<sup>28</sup>Entrevista concedida à pesquisadora por G. L., em São Luís (MA), em 24 de fevereiro de 2022.

<sup>29</sup>Entrevista concedida à pesquisadora por S. M.s, em São Luís (MA), em 25 de fevereiro de 2022.

	história pinheirense; acolhendo comerciantes e outras pessoas influentes cujas origens remontam aos colonizadores alcantarenses.
Nota enciclopédica	

Topônimo	Floresta (6)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Campinho, São Benedito, Antigo Matadouro, Alcântara, Quinta da Boa Vista e Ilha de Leonor
Taxonomia	Fitotopônimo
Nota linguística	
Nota histórica	<p>Pinheiro tem o formato de uma península cercada pelas águas do rio Pericumã e suas margens eram protegidas pela vegetação local: palmeiras de babaçu, juçareira, tucunzeiras, dentre outras. Algumas dessas margens formavam pontas de terras que eram usadas como áreas de lazer pelos populares.</p> <p>Dentre as quais destacava-se o antigo “Toma Fresco”, uma área na beira do campo, mais elevada em relação ao bairro Campinho, e que reunia alguns moradores da região aos finais das tardes do período de estiagem para se refrescarem com a brisa suave que vinha das águas do Pericumã.</p> <p>Para entender a formação deste bairro é preciso fazermos um resumo do contexto escolar da época. Até a década de 1950, Pinheiro tinha um número reduzido de escolas, 32 escolas isoladas, para atender toda a população; na sede do município havia os grupos escolares Odorico Mendes e Desembargador Elisabetho de Carvalho, que ofereciam ensino primário aos pinheirenses. Com a chegada dos Missionários do Sagrado Coração de Jesus na cidade, por volta de 1950, essa realidade começou a mudar.</p> <p>Os clérigos dessa congregação começaram a investir na educação dos jovens pinheirenses, com isso atraiu moradores dos povoados do interior e de cidades vizinhas que vinham trazer seus filhos para matricular no Colégio Pinheirense, que oferecia o ensino ginasial, por exemplo.</p> <p>Assim, o bairro Floresta foi formado a partir da chegada das pessoas que vieram dos povoados Gama, Palestina e demais comunidades desse entorno que começaram a vir para a cidade, em busca de emprego e trazendo seus filhos para estudar nas escolas da cidade.</p> <p>Por muitos anos, o local foi conhecido pelos moradores e populares como Toma Fresco; mas com a chegada da segunda leva de sacerdotes da ordem Missionários do Sagrado Coração de Jesus na cidade, em 1961, veio junto o jovem padre LuigiRisso. Este sacerdote tinha por hábito jogar futebol com os demais jovens da cidade e aos finais do dia era comum, vê-lo nadando nas águas da Faveira – região diante do Toma Fresco; bairro renomeado pelo clérigo como</p>

	Floresta. Segundo Gomes (2004) a população aceitou a nova denominação e atualmente este segue como topônimo oficial do bairro.
Nota enciclopédica	

Topônimo	São Benedito (7)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Antigo Matadouro, Campinho, Floresta e Antigo Aeroporto.
Taxonomia	Hagiotopônimo
Nota linguística	
Nota histórica	<p>A região da Baixada Maranhense tem uma história escravocrata muito pungente, sendo a economia pinheirense fruto do trabalho árduo de escravos negros vindos do continente africano. Eles vieram para cá para trabalhar nas fazendas de cana-de-açúcar; algodão; extração e beneficiamento de amêndoas do coco babaçu. Assim, não podemos nos isentar desse triste aspecto da história que perpassa a colonização e construção da identidade brasileira. Segundo Moraes, Bandeira e Santos(2020, p. 162),</p> <p style="text-align: center;">Considera-se Pinheiro como herdeira de uma vasta história escravista, fundada pelo trabalho de escravos em fazendas e engenhos, onde esses foram esquecidos, suas revoltas e seus modos de vida; seus territórios foram esquecidos e afugentados pela memória oficial.</p> <p>Bandeira, Rodrigues e Santos (2021) destacam que no Maranhão Colonial dos séculos XVII e XVIII, a população de escravos negros correspondia a 55% de cativos africanos em território brasileiro. Para se ter uma noção, a Companhia do Grão-Pará e Maranhão importou, no final do centenário setecentista, 41 mil peças, ou seja, 41 mil indivíduos. Desses, alguns conseguiam fugir e se escondiam em quilombos. Na Baixada Maranhense, os mais importantes eram: São Benedito, São Benedito do Céu, São Vicente do Céu e São Sebastião.</p> <p>No início do século XIX esses quilombos foram vítimas constantes das ações das forças militares do governo, de fazendeiros que desejavam reaver seus escravos fugidos e ampliar a mão de obra e de caçadores de escravos. Contudo, os integrantes sobreviventes dos ataques formavam novos quilombos espalhados pelo interior da Baixada, mantendo os mesmos nomes das comunidades de fugitivos de origem. Bandeira, Rodrigues e Santos (2021, p. 53) afirmam que</p> <p style="text-align: center;">Esse fato pode ser um indicativo de uma identidade ligada a formação territorial original do quilombo de onde o grupo familiar foi disperso, demonstrando a reminiscência desses antigos quilombos objetivando conservar a memória dos</p>

	<p>pioneiros.</p> <p>O bairro surgiu a partir da construção da capela dedicada a São Benedito. A igreja foi construída no mesmo local em que anteriormente funciona o cemitério da cidade, tanto que durante as escavações para a construção da nave foram encontrados alguns esqueletos. Araújo (2015, p. 152) afirmou que</p> <p style="padding-left: 40px;">Com a chegada dos missionários, os batuques em louvor a São Benedito, costumeiramente realizados na igreja matriz de Santo Inácio de Loyola, seriam transferidos para essa capela. Os eclesiásticos deslocaram o costume da realização do tambor de crioula e o festejo de São Benedito para a periferia da cidade, rebatizando a igreja para homenagear o santo negro, de grande devoção entre as comunidades de terreiro.</p> <p>Contudo, este não foi o primeiro cemitério da Vila e foi construído com o intuito de resolver o problema do cemitério anterior, que ficava no terreno da praça da igreja da Matriz. Segundo Viveiros (2014, p. 195),</p> <p style="padding-left: 40px;">Nos primeiros tempos, os pinheirenses enterravam os seus mortos na capela primitiva. Aumentando a população, passaram a fazê-lo no adro da referida capela, e ainda no largo dos Remédios. Cheios estes lugares, prepararam, então, o seu primeiro campo santo, na Praça da Independência, cercando-o de arame farpado, e dotando-o de um portão de madeira e um cruzeiro.</p> <p>O cemitério do bairro São Benedito funcionou até 1901, quando o Intendente, o coronel João Albino Gomes de Castro mandou construir outro cemitério, o Cemitério Novo/Cemitério de Santo Inácio, próximo ao bairro da Floresta.</p> <p>Atualmente, os festejos de São Benedito se concentram no bairro de mesmo nome e acolhe a comunidade negra e mestiça de toda a região; bem como é caracterizada pela mistura de ritos católicos e de matrizes africanas.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	Fomento (8)
Localização do bairro	O bairro fica entre: João Castelo, Alcântara, Sete e Quinta da Boa Vista.
Taxonomia	Sociotopônimo
Nota linguística	Fomento, de acordo com Bechara (2011, p. 650) significa o “auxílio ou contribuição para a realização ou desenvolvimento de algo”; no caso em específico indica o início das atividades de incentivo governamental agrícola na



	Baixada Maranhense.
Nota histórica	<p>A criação do bairro Fomento é resultado das iniciativas governamentais de melhorar a qualidade da pecuária desenvolvida em terras pinheirenses no século XX. O então deputado Elisabetho de Carvalho Barbosa apresentou um projeto à Câmara dos Deputados propondo a criação do Posto Agropecuário de Pinheiro – PAP, em 1948.</p> <p>Com a aprovação do projeto, o município doou uma área de 200 hectares – entre os povoados de Tiririca e Quinta da Boa Vista para a construção do posto e implantação das atividades. Inaugurado em 29 de outubro de 1949, funcionou até 1964 contribuindo para a melhoria dos rebanhos locais e criação de empregos (GOMES, 2004).</p> <p>Com esse projeto, o rebanho local ganhou destaque entre os demais pecuaristas da Baixada, regiões Nordeste e Norte; sendo o município sede da primeira exposição de gado em 1956, em homenagem ao centenário do município.</p> <p>A população local esperava a visita do ilustre presidente da República, entretanto quem compareceu às comemorações do centenário foi o Senador eleito pelo Maranhão, Assis Chateaubriand – inclusive, participando da exposição. O mesmo chegou a desfilar em cavalo na arena de apresentação da exposição. Soares (2006, p. 204) nos narra essa passagem da história local.</p> <p style="text-align: center;">Assis Chateaubriand deixou no seio da comunidade a imagem de ‘homem muito preparado’, como dizia Chiquinho de Jéco, presente à abertura das solenidades comemorativas do centenário, e ‘proferiu um grande discurso, de improviso, falando sobre a alta cúpula do Brasil e do Mundo’. Fez a abertura da primeira Exposição Agropecuária organizada por Henrique Schalcher no Fomento Agrícola, chegando a montar um touro que estava sendo exposto por ocasião do evento comemorativo do centenário. Foi naquela ocasião muito fotografado, primeiro pela sua importância como patrono do centenário e senador da República, mas, principalmente, devido a sua baixa estatura: contrastava uma figura pequenina domando um touro de grandes proporções.</p> <p>Durante quinze anos, os pecuaristas locais foram assistidos por agrônomos, veterinários e demais técnicos que trabalhavam no Fomento; entretanto com as mudanças de governos, o PAP foi sendo deixado de lado até encerrar as suas atividades em meados da década de 1960.</p> <p>Segundo Basto (2022) quando o governo do Estado, começou a se desinteressar do melhoramento do gado, o Fomento foi deixado de lado. No governo do prefeito Dedeco Mendes, foi feito um requerimento para o Ministério da Agricultura doar as terras para a prefeitura; que recebeu uma parte mais afastada das terras enquanto a “melhor parte” foi</p>

	<p>doado para a construção da SIMEC, pelo governo estadual (informação verbal)<sup>30</sup>.</p> <p>Posteriormente, a área foi doada pelo governador João Castelo para a prefeitura, durante o pleito de Maneco Paiva, que deu o nome do bairro de João Castelo “com o intuito de receber benesses do governo estadual”(informação verbal)<sup>31</sup>. Com a doação das terras para o poder público municipal, foi iniciado o processo de loteamento do terreno e o Fomento subdividiu-se em diferentes bairros, como: João Castelo, Kiola Sarney, Quinta da Boa Vista; bairros estes que precisam ser estudados mais pormenorizadamente, tendo em vista as particularidades que envolvem as suas criações e dinâmicas sociais.</p> <p>No que tange, à povoação e organização do bairro do Fomento em si, antes da sua divisão, destacamos a figura do comerciante Edgar Cordeiro. O mesmo construiu sua residência, um grande bangalô, nas proximidades do PAP.</p> <p>Além da sua moradia, construiu uma capela dedicada a São José, santo de sua devoção, e a praça em volta da capela (oficialmente praça de São José, conhecida popularmente como praça do Fomento), dando início à ocupação do local.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	Bubalina (9)
Localização do bairro	O bairro fica à esquerda do Fomento e é margeado pelos campos inundados.
Taxonomia	Sociotopônimo
Nota linguística	<p>Bubalina, vem de bubalino; que são búfalos ou búbalos, espécie de mamífero da família dos bovídeos; também conhecidos como um tipo de boi selvagem nativos da África e Ásia, mas que se adaptaram perfeitamente às condições da Ilha do Marajó, no Pará e na região da Baixada Maranhense.</p>
Nota histórica	<p>A atividade pecuária está presente na história de Pinheiro, desde a sua fundação; quando o capitã-mor deslocou suas fazendas de gado de Tubarão para a península do rio Pericumã e desde a sua chegada a qualidade dos rebanhos locais sempre foi uma preocupação entre os criadores locais.</p> <p>A maioria dos criadores se dedicavam à criação de gado de corte, sendo a raça “pé-duro” a mais comum entre os rebanhos. Contudo, as condições ambientais dos campos pinheirenses similares àquelas encontradas na ilha de Marajó, no Pará chamaram a atenção dos criadores e autoridades, que desejavam explorar a criação de bubalinos como forma de dinamizar a economia local.</p> <p>Assim, durante o governo de Newton Belo, em 1960,</p>

<sup>30</sup>Entrevista concedida à pesquisadora por P. B., em Pinheiro (MA), em 30 de junho de 2022.

<sup>31</sup>Entrevista concedida à pesquisadora por P. B., em Pinheiro (MA), em 30 de junho de 2022.

foi iniciado o programa de fomento à criação de búfalos no Estado do Maranhão, apoiado pelo Instituto de Pesquisa e Experimentação Agronômica do Norte – Ipeam/Belém-PA. O governo levou em consideração a baixa mortalidade e o elevado índice de produtividade dos bubalinos para justificar a implantação da fazenda experimental de bubalinos em Pinheiro (SOARES, 2006).

Em 31 de janeiro de 1961 a fazenda de bubalinos foi inaugurada pelo prefeito Elisabetho Carvalho, tendo como diretor o Sr. Ozório de Abreu. Ao longo de sua atuação, a fazenda chegou a atingir elevado padrão de qualidade do seu rebanho e comercializava reprodutores de alta linhagem, com excelente padrão genético.

Com financiamento fácil e poucas exigências por parte dos organismos financiadores, como o extinto Banco de Desenvolvimento do Maranhão – BDM, o Banco do Brasil, o Banco da Amazônia, dentre outros, o rebanho de bubalinos que ocupava a Baixada, na década de 1980, alcançou o quantitativo de 250 mil cabeças (SOARES, 2006).

Contudo, o aumento no número de búfalos nos campos da Baixada Maranhense trouxe graves problemas para a população local, sobretudo aqueles que dependiam ou moravam nas proximidades dos campos. Segundo Soares (2006, p. 220)

Começaram a aparecer tantas desavenças entre criadores e trabalhadores rurais, prejudicados pelas invasões dos animais em suas roças, que as autoridades foram forçadas a conter, através da legislação, a criação desordenada de búfalos em todos os campos da Baixada Maranhense.

Diante desses problemas e das constantes reclamações, a Assembleia Legislativa aprovou a emenda constitucional nº 5/91 que determinava a retirada dos búfalos dos campos das Baixada Ocidental e Oriental maranhenses; dessa forma, os rebanhos foram drasticamente reduzidos e no ano de 2005 já eram inferiores a 50 mil cabeças na região.

Leite (2022) resume muito bem o que foi a fazenda:

A Bubalina foi anterior à Ditadura e começou com o financiamento da compra de búfalos de Marajó pelo Governo para os fazendeiros, a juros baixos. Quando Cafeteira foi governador do estado, começaram as denúncias de problemas com os búfalos e, então, proibiu a criação de búfalos em áreas abertas. Como era facilidade de comprar, o governo financiava, muitos fazendeiros venderam os gados comuns para comprarem búfalo; aí veio o governo e proibiu a criação, como resultado, Pinheiro não se tornou um grande produtor de gado

	<p>que poderia ter evoluído para isso (informação verbal)<sup>32</sup>.</p> <p>Assim, o que se tornou uma grande oportunidade de crescimento econômico para as finanças pinheirenses, se mostrou a longo prazo problemático para o meio ambiente, pois os rebanhos bubalinos se mostraram extremamente danosos para os campos, reduzindo o número de peixes, poluindo as águas e invadindo as roças dos pequenos produtores rurais.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	Pacas (10)
Localização do bairro	O bairro fica na parte mais interna do município, na porção sul; fazendo divisa com povoados da zona rural pinheirense.
Taxonomia	Zootopônimo
Nota linguística	Pacas, vem de paca = pequeno roedor que habita as margens de rios e que serve de caça.
Nota histórica	<p>Pacas só foi reconhecido como bairro da zona urbana de Pinheiro em 2017, contudo desde o período de sua fundação já existia; porém como povoado. Tendo relevante importância geográfica, serviu de rota comercial ente a zona urbana e os seus povoados.</p> <p>Gomes (2004, p. 137) afirma que quando a povoação de Pinheiro foi elevada à categoria de vila, ou seja, a criação do Município, no ano de 1856,</p> <p style="padding-left: 40px;">o povoado de pacas já era uma localidade digna de registro, com 40 casas, 01 comércio, 01 escola particular de alfabetização, 01 oratório e 01 oficina de prestação de serviço. Já era ligada à Vila por uma estrada carroçável (GOMES, 2004, p. 137).</p> <p>Com uma posição geográfica e econômica privilegiada, o então povoado foi escolhido para ser a sede do Centro Agrícola em 1924, mas os esforços foram em vão, uma vez que o governo federal não cumpriu com as promessas feitas à cidade recém instituída (VIVEIROS, 2007). Pacas manteve-se pacato e com rotina interiorana até o início dos anos de 1990 a 2000, quando o município começou a expandir-se para a direção sul; pois já não havia mais área a ser habitada nas proximidades dos primeiros bairros.</p> <p>Mas foi apenas com a Lei Municipal nº. 2718/2017 que o povoado foi oficialmente reconhecido como bairro da zona urbana de Pinheiro, passando a integrar o perímetro urbano do município enquanto bairro. Enquanto bairro, manteve de forma oficial o nome Pacas, que remete à origem do nome do então povoado. Segundo Gomes (2004) o nome Pacas nasceu de um rio nas localidades.</p>

<sup>32</sup>Entrevista concedida à pesquisadora por G. L., em São Luís (MA), em 24 de fevereiro de 2022.

	<p>O nome Pacas – “nasceu de um rio. Nas cabeceiras do citado córrego ou igarapé existia abundância de caça de carne saborosa, que se chama paca. Os caçadores, nas suas caçadas, forçavam o animal a correr para o rio, que com o decorrer dos tempos recebeu a denominação de Rio das Pacas, ligando seu nome às primeiras casas que formavam um aglomerado (GOMES, 2004, p. 137).</p> <p>Segundo este autor, nas cabeceiras deste rio existia “[...] abundância de caça de carne saborosa, que se chama paca. Os caçadores, nas suas caçadas, forçavam o animal a correr para o rio, que com o decorrer dos tempos recebeu a denominação de Rio das Pacas, ligando seu nome às primeiras casas que formavam um aglomerado” (GOMES, 2004. p. 137).</p>
Nota enciclopédica	